



ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU**

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 015/2022

**RESPOSTAS AOS RECURSOS DA PROVA  
ESCRITA (OBJETIVA) DO CONCURSO  
PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO  
IGUAÇU – PR, EDITAL DE ABERTURA Nº  
001/2022.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, Estado do PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no item 7 do Edital nº 001/2022, de 09 de maio de 2022 e nos itens 6.6 do Anexo V,

**TORNA PÚBLICO** A divulgação das respostas aos recursos da Prova Objetiva do Concurso Público de São Miguel do Iguaçu – Pr nº 001/2022, para os candidatos dos cargos contidos no Edital 01/2022 conforme Anexo deste Edital.

Art.1º - As respostas aos recursos interpostos pelos candidatos contra o Gabarito Provisório das questões da Prova Objetiva, para os candidatos conforme Anexo deste Edital.

Art. 2º - Os pontos relativos às questões anuladas serão atribuídos a todos os candidatos do respectivo cargo.

Art. 3º - O Gabarito Definitivo da prova Objetiva para todos os cargos será publicado no dia 06/07/2022.

Publique-se e cumpra-se.

São Miguel do Iguaçu - PR, 05 de julho de 2022

**BOAVENTURA MANOEL JOÃO MOTTA**  
Prefeito Municipal

**ROSA MARIA SEIFFERT BIRKHANN**  
Presidente da Comissão Organizadora do  
ConcursoPortaria Municipal nº 222/2022

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Fund. Port.**

**Número da questão: 2**

Inscrição: **206755** Data do Envio: **29/06/22 14:16**

A questão nº2 não possui resposta correta, devendo ser anulada, uma vez que: as alternativas A,D estão totalmente destoadas do que se lê no texto. Na alternativa B, o erro paira na impossibilidade de saber qual causa da morte defende o autor, a teórica (ração envenenada) ou a prática (estresse provocado pelo superaquecimento), podendo assim alcançar as duas conclusões, a posição do autor é importante porque a alternativa fala: (...) com relação às informações prestadas no texto, se ele não deixa claro qual motivo de morte defende, não é possível alcançar tal resposta. Já a alternativa C, dada como a correta pelo gabarito, está errada porque é contrária ao sentido da 1ª oração presente no início do 2º parágrafo do texto, a oração em questão fala que o espaço era suficiente para movimentação AINDA QUE PRESA, ou seja, não era restrito em poucos centímetros, conforme alternativa em tese correta, isso porque mesmo presa ela podia movimentar-se e A CONJUNÇÃO CONCESSIVA IMPÕE ESSE SENTIDO, o de que apesar de presa ela podia movimentar-se tranquilamente. O que passa o entendimento de que LAIKA NÃO FOI “condicionada em um espaço restrito, com alguns centímetros para movimentação.” Tal resposta contraria também o presente no 1º parágrafo, que se refere da seguinte maneira: ‘(...) seu porte era adequado ao tamanho da cabine;(...)’ sendo um dos motivos pelos quais ela foi escolhida para a missão.

Por esses motivos a questão Nº 2 não possui alternativa correta devendo ser anulada e os pontos pertinentes adicionados a todos os candidatos concorrentes.

**Resposta aos Recursos**

A questão n. 2 pedia para assinalar a resposta CORRETA. O gabarito indica que a resposta correta seria a “C - Laika foi acondicionada em um espaço restrito, com alguns centímetros para movimentação”. Em parte do texto, diz-se: “A cabine da cadelinha na Sputnik II era pressurizada, acolchoada e com espaço suficiente para que ela deitasse ou ficasse de pé ainda que presa por uma guia”. O conhecimento de mundo do candidato, que deve ser acionado na interpretação de um texto – como, por exemplo, o tamanho de um cachorro e o espaço disponível em naves espaciais –, e os elementos linguísticos dados – que informam que havia “espaço suficiente para que ela deitasse ou ficasse de pé” são suficientes para chegar à conclusão de que não havia um grande espaço na nave para acomodar a cachorra, mas sim ‘espaço suficiente para deitar e ficar em pé’, ou seja, alguns centímetros (considerando o espaço ocupado pelo corpo de um cachorro), que lhe permitiam a movimentação (deitar ou ficar em pé).

Logo, o recurso não procede, ficando inalterado o gabarito provisório divulgado.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Matéria: Fund. C. Gerais**

**Número da questão: 11**

Inscrição: **203615** Data do Envio: **27/06/22 19:03**

A questão 11 tem duas respostas certas. Missal realmente não faz divisa ou limite com São Miguel do Iguaçu, porém o país da Argentina tbm não faz fronteira com o município de São Miguel do Iguaçu. Aguardo retorno.

Inscrição: **212080** Data do Envio: **27/06/22 22:09**

solicito anulação da questão, pois segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dicionário, fronteira é linha que divide ou delimita, separando um país ou de território de outro(os), sendo assim a resposta considerada pela banca "MISSAL" NÃO estaria correta.

O que são divisas e limites territoriais? São áreas geográficas que dividem Estados e Municípios, definindo-lhes o tamanho dos seus territórios para os devidos efeitos jurídicos, administrativos e socioculturais. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Inscrição: **209042** Data do Envio: **29/06/22 8:50**

A resposta está correta. Missal. Porém a elaboração da organização da pergunta não é coerente. Missal não faz LIMITE com o município de São Miguel do Iguaçu. Missal também não faz fronteira. Nesse âmbito da pergunta, sim ela não faz Fronteira, e sim faz limite, porém, Medianeira e Serranópolis também não fazem fronteira, mas fazem limite, o que faria com que essas alternativas também estivessem corretas.

Segundo o artigo da autora Maristela Ferrari no que se refere à Fronteira, sabe-se que: “Se nos questionarmos hoje sobre a utilização do termo “fronteira”, veremos que ele está em tudo presente e engloba tanto fronteiras materiais quanto metafóricas. O termo tem sido empregado hoje em vários sentidos, que vão desde o limite entre dois países – talvez o de uso mais freqüente – até em sentidos simbólicos ou figurados, como: fronteira social, fronteira moral, fronteira epistemológica, fronteira militar, fronteira entre consciente e inconsciente, fronteira linguística, fronteira entre o bem e o mal etc.” (ISSN 1981 – 4801 UNIOESTE V.9, N.10 2014)

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Fund. C. Gerais**

**Número da questão: 11**

Obrigado.

Inscrição: **202578** Data do Envio: **29/06/22 13:20**

Solicito anulação da questão, porque empregou a palavra fronteira, que é utilizada para a separação de países, conseqüentemente não se encaixa em nenhuma das alternativas apresentadas.

Ressalta-se ainda, Limite, divisa e fronteira são palavras usadas para definir a separação entre territórios e cada uma delas tem um significado específico.

- Limite é usado para designar a separação de dois municípios, por exemplo: o limite entre São Miguel do Iguazu e Medianeira.
- Divisa é usada para a separação de dois Estados, por exemplo: a divisa entre Paraná e Santa Catarina.
- Fronteira é usada para a separação de países, por exemplo: a fronteira entre o Brasil e Argentina.

Dessa forma a questão deve ser anulada.

**Resposta aos Recursos**

O TERMO FRONTEIRA OU LIMETE GEOGRÁFICO SÃO SIMILARES PORTANTO A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA É MISSAL LETRA C.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Matéria: Mecânico**

**Número da questão: 25**

Inscrição: **206755** Data do Envio: **29/06/22 14:19**

Tal questão deve ser anulada porque possui duas alternativas corretas, sendo elas a A e D. a alternativa D enumera como indispensáveis: botas impermeáveis, avental de proteção, luvas nitrílicas impermeáveis, protetor auricular e máscara. Já o item A também trás como indispensáveis bota de borracha, macacão e óculos de proteção, nas duas alternativas todos equipamentos de proteção são obrigatórios para o trabalho e manuseio com partículas volantes, conforme o item B do anexo I da NR 6, incluído pela portaria MTE:1.134, de 23 de julho de 2014. Assim as duas alternativas estão corretas, então não tendo a possibilidade de apenas uma correta, deve tal questão ser anulada e os pontos somados a todos os candidatos do certame.

**Resposta aos Recursos**

Justificativa não aceita, atenção a característica de cada equipamento.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Matéria: Motorista**

**Número da questão: 19**

Inscrição: **205362** Data do Envio: **27/06/22 22:42**

A placa em questão significa "alargamento de pista a direita", e nenhuma das alternativas possuía esta resposta, podendo então confundir.

Inscrição: **202470** Data do Envio: **28/06/22 12:51**

Na questão 19, da prova para o cargo de Motorista da Prefeitura de São Miguel do Iguazu, a placa mostrada na figura, significa Alargamento de Pista à Direita, conforme o Manual de Sinalização de Trânsito, do Conselho Nacional de Trânsito CONTRAN, Volume II, disponível em:

[https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transito/arquivos-senatran/educacao/publicacoes/manual\\_vol\\_ii\\_-2.pdf](https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transito/arquivos-senatran/educacao/publicacoes/manual_vol_ii_-2.pdf) A resposta apontada como correta é: Alongamento de Pista à Direita. De acordo com o Dicionário Priberam (<https://dicionario.priberam.org/>), da Língua Portuguesa, o verbo Alongar tem o significado de Tornar ou ficar longo ou mais longo e o verbo Alargar tem o significado de Dar maior largura. Tendo o verbo utilizado na resposta significado diferente do utilizado no Manual, solicitamos a anulação da referida questão por não conter resposta correta.

Inscrição: **208558** Data do Envio: **29/06/22 12:02**

A questão 19 tem como tema a placa (alargamento de pista á direita).

O gabarito considerou a afirmativa (B) como certa, (alongamento de pista á direita)

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Motorista**

**Número da questão: 19**

Apesar da compreensão inicialmente estabelecida por esta Banca Examinadora, requer a ponderação de que: a placa de sinalização de advertência tem como nome (alargamento de pista à direita), e não alongamento de pista à direita.

De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), vigente:

A-21e — Alargamento de pista à direita

Adverte ao condutor do veículo da existência, adiante, de alargamento da pista no lado direito.

De acordo com o Aurélio (Dicionário da Língua Portuguesa) Alongamento significa: [alongar] sm.1. Ato ou efeito de alongar (-se). 2. Modalidade de exercícios físicos cujo objetivo é alongar músculo (s).

Assim, requer a avaliação das ponderações apresentadas, de modo a promover a anulação/alteração da questão.

Certos de vossa compreensão, desde já agradeço.

**Resposta aos Recursos**

Questão anulada por haver erro na digitação.

Decisão da Banca: **Questão Invalidada**

**Matéria: Médio Port.**

**Número da questão: 1**

Inscrição: **206347**

Data do Envio: **27/06/22 17:27**

A questão requer que seja assinalada pergunta que mais se aproxima de uma possibilidade de subtítulo para o trecho do texto apresentado.

No gabarito provisório, consta a alternativa "A" como a correta a ser assinalada. No entanto, tal questão merece ser anulada, pois, no trecho destacado, não há nenhum tipo de instrução ao leitor de como o discurso de ódio deve ser combatido, tampouco apresenta maneiras ou formas deste tipo de crime ser afrontado, vez que o trecho destacado se limita a informar que não há legislação específica para os crimes de ódio e apresenta como tais crimes são previstos no nosso ordenamento jurídico.

Assim, o texto não transmite noção de combate ao discurso de ódio, tampouco apresenta maneiras de combatê-lo, restringindo-se a informar ao leitor que mesmo não tendo legislação específica, há proibições legais em nossa corrente legislativa.

Portanto, a QUESTÃO 01, da prova aplicada ao cargo de Oficial Administrativo I, merece ser anulada pela banca examinadora designada pela Unioeste/COGEPS, por não estar consoante ao exigido do candidato no enunciado.

Inscrição: **204241**

Data do Envio: **27/06/22 20:14**

Tendo em vista que a questão 01 solicita qual das perguntas mais se aproxima de uma possibilidade de subtítulo, a alternativa B é tão coerente quanto a primeira, pois logo se conecta com a ideia de que, apesar de não existir nenhuma lei específica sobre o ódio, a Constituição brasileira oferece aparato legal contra crimes que se enquadram no discurso de ódio, como descrito no "art. 3º - IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação" (BRASIL, 1988), estando igualmente adequada para subtítulo a opção "O que diz a Constituição sobre o ódio?", havendo duas respostas corretas para a questão.

Inscrição: **207357**

Data do Envio: **28/06/22 8:52**

Baseado no fato que se da sobre o que seria um subtítulo, que se segue ao principal e o complementa. A questão traz referência ao "Discurso de ódio promove discriminação e até violência, entenda". O conteúdo do texto relata situações advindas de legislação, homofobia, transfobia e até mesmo racismo. No segundo parágrafo fala sobre a injúria discriminatória, esta fundamentada na lei, fala ainda sobre crimes, estes são fundamentados pela lei.

Portando a resposta que mais se adequaria como correta na questão seria a Letra B, que se encaixaria mais adequadamente como subtítulo do texto mencionado na questão e não a Letra A como publicado no gabarito provisório.

Inscrição: **203668**

Data do Envio: **28/06/22 9:29**

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Médio Port.**

**Número da questão: 1**

Ilustríssima banca examinadora, a questão objeto deste recurso deve ser anulada, pois trata-se de uma questão subjetiva, onde depende do entendimento de pessoa para pessoa, dando a entender que qualquer das respostas poderia ser a correta.

Inscrição: **206079** Data do Envio: **28/06/22 13:40**

A questão 1 da prova para para oficial administrativo que o gabarito da a resposta A. creio que a melhor opção seria a opção B. Pois a pergunta que o texto, no meu entendimento, melhor responde é "existe crime de ódio no Brasil?"

Sendo o mais parecido a letra B.

Pois o texto não passa como combater o crime de ódio.

Inscrição: **211545** Data do Envio: **28/06/22 13:49**

Apesar de não existir algum tipo de lei específica que fale sobre o discurso de ódio, como explica João Pedro, a nossa legislação já proíbe algumas dessas expressões e ações contra certos grupos. É o caso do crime de racismo, que em 2019 passou a enquadrar a homofobia e a transfobia. "Também temos a injúria discriminatória, que é fundada em motivação de raça, etnia, cor, deficiência, idade, e proibições específicas ao discurso nazista e ao uso da suástica. E há o crime de incitação ao genocídio, só que esse é menos usado", explica

Acerca da referida questão, interponho um recurso para reapreciação do avaliador responsável para que haja a alteração de g a b a r i t o .

01.Qual das perguntas a seguir mais se aproxima de uma possibilidade de subtítulo para esse fragmento de texto ?

- A) Como combater o discurso de ódio? .
- B) O que diz a Constituição sobre o ódio?
- C) Quais são os tipos de injúria?
- D) Como o racismo pode ser penalizado?

Segundo o que consta na questão (01) da Prova de português, pode-se ver que o texto em nenhum momento evidencia formas de combater o discurso de ódio, entretanto ele deixa explícito o fragmento do texto "também temos a Injúria discriminatória" que caracteriza mais de uma forma de injúria. De toda forma, seria interessante uma reavaliação de alternativa para a questão supracitada, pois não se vê um enquadramento adequado com o gabarito provisório (gabarito está assinalando a alternativa A), dito que o excerto não apresenta caminhos de combater o ódio emanado pela sociedade.

Inscrição: **208762** Data do Envio: **28/06/22 13:51**

Ao final do título do texto, encontra-se a expressão "entenda". Com isso, vale a interpretação de que o autor visa o entendimento do assunto do título nas linhas subsequentes, sem demonstrar semanticamente uma conexão textual sobre os meios de combater o discurso de ódio.

Ademais, no início do primeiro parágrafo, ao citar "Apesar de não existir algum tipo de lei específica ..." e, no mesmo parágrafo, mencionar diretamente o crime de racismo, vale a interpretação de que o texto inclui matéria constitucional, conforme previsto no Art. 4º, inciso VIII da Constituição Federal de 1988.

Dessa forma, a alternativa "B" não é uma alternativa errada diante do enunciado da Questão 1. Assim, solicito que a Questão 1 seja dada como acerto.

Inscrição: **207305** Data do Envio: **28/06/22 14:13**

Sendo o título, uma síntese do texto e sua função estratégica é despertar o interesse do leitor e intenções do autor, o subtítulo só irá atestar essa intenção prestada no título, e que serão desmembradas no texto. A questão referida traz como correta o item "A", porém quando lê-se o texto, ele não responde a questão "Como combater o discurso de ódio?".

Por esse motivo solicito a anulação da questão.

Inscrição: **201240** Data do Envio: **28/06/22 14:45**

O título da questão supramencionada se trata das consequências do discurso de ódio, já o fragmento do texto trazido em discussão é a respeito dos tipos de discurso de ódio, e outros crimes correlacionados, trazidos na Constituição. Em nenhum momento está dada alguma solução para combater o discurso de ódio, apenas está descrito que "a nossa legislação já proíbe algumas dessas expressões", deixando bem claro que não existe algum tipo de lei específica para o tema. Sendo assim, peço revisão da questão, devido que a alternativa que mais se aproxima de um subtítulo para tal fragmento é a alternativa B, pois, como já dito, o fragmento não traz uma solução para o problema exposto, e sim, explica algumas formas de discurso de ódio expostas na Constituição Federal. Talvez o texto na íntegra possa tratar de soluções para conter o discurso de ódio, mas aqui estamos analisando apenas um fragmento, sendo assim, peço e espero deferimento da análise e mudança de alternativa na presente questão.

Inscrição: **206978** Data do Envio: **28/06/22 16:07**

Leia-se a segunda linha do primeiro parágrafo "...a nossa legislação já proíbe algumas dessas expressões e ações...".



**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Médio Port.**

**Número da questão: 1**

Verifica-se portanto que o texto, ao se referir a legislação, delimita exclusivamente punições legais. Nota-se também que o enunciativo pede, categoricamente, qual seria o subtítulo adequado a, especificamente, "esse fragmento de texto".

Acontece que esse "fragmento de texto" em momento algum faz de fato juízo de valores sobre os crime referidos, apenas taxando as punições legais cabíveis a sua ocorrência. Ou seja, o contexto maior do texto origem do qual o fragmento de texto foi retirado não importa para a questão.

Portanto, se referir a "combater" o discurso de ódio seria auferir um valor que não existe neste fragmento de texto puramente explicativo, uma vez que "combater" se refere a um conflito do moral contra o imoral, e não existe imoral sem julgamento de valores, que não existem nesse texto.

Diga-se também que ao citar hipóteses de penalizar ódio, o texto liga racismo a todas as definições, citando-o explicitamente, apresentando homofobia e transfobia como extensões do crime de racismo, e categorizando três qualificativos de racismo na hipótese de injúria discriminatória - raça, etnia e cor -, assim como discurso nazista, fundado na ideia de racismo, e por fim, a definição mais comum de genocídio é o "extermínio deliberado de um grupo étnico ou racial". Portanto, racismo pode ser ligado a todas as hipóteses de penalização apresentadas no texto. Assim, a alternativa "D" - Como o racismo pode ser penalizado? - seria perfeitamente aceitável como correta.

Proponho, portanto, a anulação da Questão Número 1 de Português.

Inscrição: **202874** Data do Envio: **29/06/22 9:24**

Prezados Senhores Examinadores, ao analisar a questão número 1, obteve-se como gabarito provisório a alternativa A: "Como combater o discurso de ódio", porém, há de se analisar os seguintes fatos: a primeira afirmação feita é que não existe sequer uma lei específica que fale sobre o discurso de ódio, proíbe-se somente algumas dessas expressões contra grupos específicos, ou seja, as formas de represália ainda são pouco abrangentes e incisivas e nem mesmo a própria legislação o reprime na sua integralidade.

Em seguida, é feita uma descrição sobre quais condutas podem ser caracterizadas como discurso de ódio, porém, em nenhuma parte do fragmento é incitada uma discussão sobre quais são as possíveis maneiras de combatê-lo. Tendo em vista que nenhuma proposição das alternativas do gabarito é plenamente debatida, entende-se que manter como subtítulo uma indagação que destoa do que é abordado no texto pois não é debatida afim de se chegar a uma resposta ou solução torna-o incoerente, pede-se, respeitosamente, a anulação da questão.

Inscrição: **210585** Data do Envio: **29/06/22 9:55**

Gostaria de saber em qual parte do texto esta explicando "como combater o discurso de ódio?", porque ao meu entendimento esse texto não explica isso não, não está citando como combater o discurso de ódio e nenhuma parte dele, mas sim o que diz a constituição sobre isso com exemplos de algumas leis.

Inscrição: **204254** Data do Envio: **29/06/22 9:52**

Solicito por meio deste que a questão de numero 1 da prova de oficial administrativo seja revista, pelo fato que o texto expõe que não existe nenhuma lei especifica em nossa legislação tratando do discurso de ódio e que com isso acaba se enquadrando em outras leis. Portanto em meu modo de ver o gabarito da referida questão esta errado, pois em se tratar de lei especifica automaticamente esta se tratando da constituição federal, sendo a alternativa certa a questão de numero B.

Inscrição: **208472** Data do Envio: **29/06/22 11:07**

Quando na questão (1) pede pra que assinale a pergunta (resposta) que MAIS SE APROXIMA, subentende que não existe uma resposta objetiva. porque diz ' se aproxima' do real, ou seja, resposta genérica, ou sem definição especifica. Segundo motivo contra gabarito dessa questão.. De acordo com o gabarito provisório seria a letra A ( Como combater o discurso do Ódio?). Em momento algum, o texto fala sobre combater, e sim alertar que existe leis especificas que protege quem toma atitudes racistas e preconceituosas. Por este motivo escolhi a letra B( O que diz a constituição sobre o ódio?), A questão causa confusão. Pergunta incoerente, ilógico.

Inscrição: **203504** Data do Envio: **29/06/22 10:25**

recurso contra a questão 1 da prova de português (oficial administrativo)

ocorre que o enunciado da questão diz:

Fragmento do texto "Discurso de ódio promove discriminação e até violência; entenda", de Paula Rodrigues de Ecoa, publicado em 01/02/2022

[ . . . ]  
Apesar de não existir algum tipo de lei específica que fale sobre o discurso de ódio, como explica João Pedro, a nossa legislação já proíbe algumas dessas expressões e ações contra certos grupos. É o caso do crime de racismo, que em 2019

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Médio Port.**

**Número da questão: 1**

passou a enquadrar a homofobia e a transfobia.

“Também temos a injúria discriminatória, que é fundada em motivação de raça, etnia, cor, deficiência, idade, e proibições específicas ao discurso nazista e ao uso da suástica. E há o crime de incitação ao genocídio, só que esse é menos usado”,  
e x p l i c a .

e a questão pede:

01. Qual das perguntas a seguir mais se aproxima de uma possibilidade de subtítulo para esse fragmento de texto?

- A .  
Como combater o discurso de ódio?
- B .  
O que diz a Constituição sobre o ódio?
- C .  
Quais são os tipos de injúria?
- D .  
Como o racismo pode ser penalizado

No gabarito foi apontado a questão A como resposta correta.

ocorre que claramente o enunciado apenas tipifica e exemplifica algumas formas de discurso de ódio e em nenhum momento diz qualquer forma de combater discurso de ódio.

Em suma a opção b leva muito mais em conta o enunciado, visto que mesmo sendo sobre leis e não a constituição, sabe-se que a legislação do país vem da constituição.

sendo assim a questão pede a que mais se aproxima e não exatamente qual a exata. dessa forma , talvez justamente a que menos se aproxime seja a opção A.

dessa forma para comparar textos que realmente falam sobre combate ao discurso de ódio , envio abaixo alguns textos:

O que são discursos de ódio e como eles podem ser combatidos?

Discursos de ódio são manifestações que avaliam negativamente um grupo vulnerável ou um indivíduo por ser membro de um grupo vulnerável, a fim de estabelecerem que ele é menos digno de direitos, oportunidades ou recursos do que outros grupos ou indivíduos membros de outros grupos, e, conseqüentemente, legitimar a prática de discriminação ou violência. Isso significa que discursos de ódio podem causar danos diretos e indiretos aos membros do grupo vulnerável que é alvo. Os danos diretos são o prejuízo psicológico causado aos membros de grupos vulneráveis (que sentem, por exemplo, medo e angústia quando tem contato com o discurso), enquanto os danos indiretos são a ocorrência de discriminação e violência em decorrência do prejuízo (muitas vezes de longo prazo) à reputação social dos membros de grupos vulneráveis, que faz que eles não sejam reconhecidos como iguais e portadores dos mesmos direitos que outros cidadãos.

Os principais fatores que levam um discurso de ódio a ser mais ou menos grave, ou seja, a causar mais ou menos danos, são seu alcance e seu impacto persuasivo. Um discurso de ódio ter maior alcance significa que ele atinge e, conseqüentemente, pode convencer mais pessoas de que o grupo vulnerável merece tratamento discriminatório ou violento. Um discurso de ódio ter maior impacto persuasivo, por outro lado, significa que, quando ele entra em contato com a audiência, ele tem uma maior chance de efetivamente convencer essa audiência, influenciando seu comportamento.

O alcance e o impacto persuasivo são influenciados por diversas características do próprio discurso de ódio, mas são mais influenciados ainda pelo contexto em que esse discurso é manifestado. Se a mensagem é particularmente direta; se o orador da mensagem é uma pessoa influente; se a audiência tem conflitos históricos com o grupo alvo; se o discurso é transmitido em papel ou pela internet; se o grupo vulnerável tem voz para responder aos seus agressores. Todas essas são questões relevantes para se determinar se o discurso tem impacto persuasivo e grande alcance.

Por outro lado, o agente regulador interessado em coibir discursos de ódio ou em mitigar seu potencial de causar dano pode utilizar essas questões contextuais como pontos de intervenção. Dessa forma, ele pode evitar o uso de medidas mais agressivas aos direitos individuais do orador (como sanções criminais), como sua liberdade de expressão e sua liberdade de ir e vir. Retirar de circulação um discurso de ódio já publicado, por exemplo, pode reduzir seu alcance total. Preparar a audiência, com medidas educativas que estimulem a empatia, para receber o discurso de ódio de forma crítica, pode reduzir seu impacto persuasivo.

Assim, ao pensar novas formas de combater o discurso de ódio de forma eficaz, o poder público deve ter como objetivo (1) prevenir a ocorrência desse discurso; (2) restringir seu alcance ou (3) restringir seu impacto persuasivo.

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Médio Port.**

**Número da questão: 1**

Mesmo assim, é importante destacar que as ferramentas de que o Estado dispõe para lidar diretamente com o discurso de ódio e seus oradores são limitadas. Já que grande parte do discurso de ódio transita pela internet, os intermediários de comunicação, como as plataformas de redes sociais, detêm poder considerável sobre os instrumentos mais eficazes no combate a essas manifestações. São eles que detêm informações sobre seus usuários (normalmente protegidos da perseguição direta por pseudônimos) e são eles que detêm o poder de controlar diretamente o fluxo das mensagens de ódio que circulam em seus espaços de comunicação. Por isso o Estado depende, em diversos graus, da atuação dessas plataformas para combater adequadamente os discursos de ódio. Essa dependência estará refletida nos Projetos de Lei que trago a seguir.

**ALÉM DESTES TEMOS :**

Prevenção e Combate ao Discurso de Ódio

**P a r a g r a f h**

O Discurso de Ódio engloba “todas as formas de expressões que propagam, incitam, promovem ou justificam o ódio racial, a xenofobia, a homofobia, o antissemitismo e outras formas de ódio baseadas na intolerância” (Conselho da Europa). O Discurso de Ódio constitui uma violação aos Direitos Humanos. A sua dimensão (online e offline) e os danos potenciais que pode provocar em processos democráticos dão-nos razões para agir!

Lançada em 2012, pelo Conselho da Europa, a Campanha “Movimento Contra o Discurso de Ódio” foi inserida no Plano de Acção de Combate ao Extremismo Violento e à Radicalização Conducente ao Terrorismo (relatório disponível em <https://rm.coe.int/sg-inf-2018-7-fight-against-violent-extremism-and-radicalisation-leadi/16807c0d4b>). Centrada, inicialmente, no discurso de ódio online, a Campanha estendeu-se à prevenção e combate ao discurso de ódio offline. Os recursos educativos da Campanha continuam disponíveis no sítio do Conselho da Europa (<https://www.coe.int/en/web/no-hate-campaign>), bem como no sítio nacional da Campanha (<http://www.odionao.com.pt/>).

COMO VIMOS ACIMA TANTO NUM TEXTO DO MINISTERIO DA CIDADANIA DE PORTUGAL , COMO UM TEXTO BRASILEIRO, TRAS EXATAMENTE AS FORMAS DE COMBATE E CLARAMENTE SAO DIFERENTES DO ENUNCIADO.

TRATA-SE DE MEIOS DE PREVENÇÃO, MEIOS DE COMBATE E NÃO SOBRE O QUE DIZ A LEI BRASILEIRA.

ALÉM DESSE, UM TEXTO DA PRÓPRIA ONU REFERE-SE AO COMBATE E EM NADA TEM A VER COM O ENUNCIADO .

Educação é forte aliada no combate ao discurso de ódio, diz Guterres  
04 outubro 2021

O fórum online “Abordando o discurso de ódio por meio da educação” reuniu membros da sociedade civil e governos, como professores, jovens e empresários, incluindo representantes de redes sociais.

Durante o evento, o secretário-geral da ONU, António Guterres, afirmou que a educação é uma poderosa ferramenta para combater os discursos de ódio, um fenômeno que, segundo o chefe das Nações Unidas, tem crescido de forma alarmante e mais rápida do que a prevista, ameaçando democracias e enfraquecendo a união da sociedade, além de elevar o risco de **e x t e r m í n i o s** .

O evento, organizado pela UNESCO e pelo Escritório das Nações Unidas para a Prevenção do Genocídio e Responsabilidade de Proteger, precede a Conferência Mundial dos Ministros da Educação, agendada para 26 de outubro. A conselheira especial para prevenção de genocídios, Alice Wairimu Nderitu, defendeu durante o fórum que a missão das Nações Unidas é prevenir a eclosão de violências, usando a educação para amplificar mensagens positivas e que ensinam sobre os perigos do ódio, da divisão e da discriminação.

Legenda: O chefe da ONU, António Guterres, sugeriu que as redes sociais estão contribuindo para a disseminação do discurso de ódio de forma mais rápida do que a imaginada

Foto: © Eskinder Debebe/ Nações Unidas

O secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, disse, na última quinta-feira (30), que o crescimento da polarização e da intolerância são combustíveis para o discurso de ódio ao redor do mundo. Sua fala ocorreu na abertura de um fórum online para combater este “incêndio” usando o poder da educação.

O evento, que durou dois dias, reuniu professores, jovens, organizações da sociedade civil, especialistas em direitos humanos, empresas de tecnologia e representantes de redes sociais e governos. O fórum foi organizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e pelo Escritório das Nações Unidas para a



**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Médio Port.**

**Número da questão: 1**

Prevenção do Genocídio e Responsabilidade de Proteger.

Mobilização - Em sua fala inicial, o chefe da ONU disse que “ao redor do planeta, o discurso público tem se tornado mais duro, ameaçando os valores democráticos e enfraquecendo a coesão social”. Ele também pontuou que as redes sociais estão contribuindo para a disseminação do discurso de ódio de forma mais rápida do que a imaginada.

“Isso é particularmente alarmante quando consideramos que as violências em massa nunca surgem sem a presença de um discurso de ódio. Ele é o combustível que permite a inflamação do fogo - e isso é uma ameaça direta à nossa causa comum de paz, estabilidade, desenvolvimento sustentável e dignidade humana”.

O secretário-geral também aproveitou a oportunidade para lembrar dos tópicos listados na Estratégia e Plano de Ação contra o Discurso de Ódio das Nações Unidas, documento publicado em 2019 e que aborda a questão de maneira ampla, incluindo as causas, os impulsos e o impacto nas vítimas e na sociedade.

Direitos humanos - Guterres ainda afirmou que desde sua fundação, no fim da Segunda Guerra Mundial, a ONU tem coordenado esforços globais contra o ódio de qualquer tipo e para defesa e proteção dos direitos humanos.

“Nossa estratégia reconhece que a educação é uma ferramenta poderosa para combater discursos de ódio. Isto porque ela é capaz de transmitir valores como respeito aos direitos humanos, à diversidade, à justiça social e à igualdade de gênero, bem como prover aos educadores as habilidades de pensamento crítico necessárias para desafiar aqueles que promovem o ódio”, acrescentou o chefe da ONU.

Contribuindo para a paz - O evento foi uma prévia da Conferência Mundial dos Ministros da Educação, agendada para o dia 26 de outubro. Na ocasião deverá ser celebrado um acordo a respeito do fortalecimento das respostas do setor educacional ao discurso de ódio, com planejamento e recomendações concretas para esta área.

“As Nações Unidas têm o compromisso de usar a educação como uma ferramenta para lidar com o discurso de ódio. Através do incentivo para uma educação formal e informal de qualidade, nós também estamos contribuindo para a inclusão e a paz”, disse Alice Wairimu Nderitu, conselheira especial para prevenção de genocídios.

“Isso será possível com a amplificação de mensagens positivas e que ensinem sobre os perigos do ódio, da divisão e da discriminação, especialmente nos países e línguas nas quais o ódio é mais presente e onde o risco de desencadear violência também offline é elevado”

**DESSA FORMA, PEÇO ANULAÇÃO DA QUESTÃO OU A POSIÇÃO ALTERADA PARA RESPOSTA ALTERNATIVA B.**

Inscrição: **203980** Data do Envio: **29/06/22 13:15**

A questão explica em seu textos quais são as legislação atinentes a crime semelhantes a casos de discursos de ódio, como o racismo e a injúria racial. Em nenhum momento demonstra formas concretas (seja institucionais ou sociais)de combater o discurso de ódio. Sendo assim, a alternativa "a" é a menos apropriada como resposta desta questão.

Inscrição: **200453** Data do Envio: **29/06/22 15:14**

O gabarito preliminar traz como resposta para questão 1 (um) a alternativa A. No entanto, a pergunta apresentada nessa alternativa não deve ser considerada como um possível subtítulo, tendo em vista que o fragmento apresentado não traz meios ou maneiras de se combater o discurso de ódio. Com a leitura do fragmento entende-se que o mesmo tem como assunto principal mostrar como a legislação brasileira trata determinadas expressões e ações, embora não exista uma lei específica que trate do discurso de ódio. Sendo assim, o subtítulo deve ser algo referente aos fatos/informações apresentados pelo fragmento. Logo, diante desse entendimento e seguindo o comando da questão que pede a pergunta que mais se aproxima de um possível subtítulo, deverá ser considerada aquela que fala: "O que diz a Constituição sobre o ódio?", isso porque, quando se diz sobre a maneira como a legislação trata determinado assunto, alguns leitores podem de imediato pensar na Constituição que é a lei máxima do país, embora os crimes sejam previstos pelo Código Penal Brasileiro.

Inscrição: **206717** Data do Envio: **29/06/22 15:29**

O texto “Discurso de ódio promove discriminação e até violência; entenda”, de Paula Rodrigues de Ecoa, publicado em 01/02/2022”, não retrata formas para combater o Discurso do Ódio, apenas evidencia e cita alguns pontos de forma explicativa/informativa da legislação atual, trazendo crimes como: injúria discriminatória, racismo e incitação ao genocídio.

Hoje em dia já existem leis aprovadas que punem discursos de ódio, como a Lei do Racismo (7.716/89) e a Lei Maria da Penha (11.340/06), mas todas elas possuem uma "lógica punitivista" não tem contribuído para evitar os crimes.

O Texto deveria deixar claro formas de combater o discurso do ódio, como por exemplo: a formação e educação para uso

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Médio Port.**

**Número da questão: 1**

das redes é o caminho mais adequado (Entre outras formas). Fonte: Agência Câmara

Desta forma, a alternativa (A) NÃO seria a alternativa ideal para um subtítulo, pois o texto não responderia a pergunta: A) Como combater o discurso de ódio?

A questão não possui resposta correta, solicito o cancelamento da questão.

Inscrição: **205054** Data do Envio: **29/06/22 15:45**

O fragmento do texto apresentado se refere à algumas injúrias que promovem o discurso de ódio, mas não apresenta formas de combatê-lo. Por essa razão, o subtítulo que mais se adequa à esse fragmento é: Quais são os tipos de injúrias? (apresentado na alternativa C).

Nesse sentido, basta ler o título aduzido "Como combater o discurso de ódio?" e o fragmento; ele começa afirmando que "não existe lei específica que fale sobre o discurso de ódio". Ou seja, não há o combate ao discurso de ódio. O que existem são algumas previsões legais que podem "punir" algumas formas de injúria, e, somente, a alguns indivíduos e há algumas situações neles especificadas, não havendo previsão para o combate ao discurso de ódio em si, englobando qualquer discurso de ódio. De outro modo, ao se intitular o fragmento de "Quais são os tipos de injúria?" e se proceder à sua leitura, percebe-se que ele elenca os tipos de injúria, ou seja, motivação de raça, etnia, cor, deficiência, idade (...), se revelando mais adequada para o caso. Além disso, o discurso de ódio não se confunde com as figuras típicas ali descritas, uma vez que pode haver os crimes suscitados no fragmento sem que haja o discurso de ódio.

Caso não seja o entendimento pela resposta ser a alternativa "C", pleiteia-se que a questão seja anulada, uma vez que o título se trata de escolha subjetiva, sendo cabível diversos títulos sobre os diversos aspectos de cada texto, sendo que a escolha do que melhor se adequa pertence à subjetividade de cada um. Assim, não há como excluir a alternativa "C", se ela também se enquadra como título possível.

Inscrição: **209385** Data do Envio: **29/06/22 15:59**

A questão 1 da prova, se refere há passibilidade de um subtítulo para o texto.

A alternativa A, gera conflito com a alternativa B.

Porque da mesma forma que o discurso de ódio pode ser combatido por meio de lei, o texto também se refere ao que diz a Constituição sobre a matéria. Portanto, a alternativa B também seria correta.

Inscrição: **203629** Data do Envio: **29/06/22 16:07**

SOLICITA ANULAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE GABARITO DA QUESTÃO 1 – PORTUGUÊS – PROVA DE OFICIAL ADMINISTRATIVO - SÃO MIGUEL DO IGUAÇU/PR - 26/06/2022

O gabarito indica como correta a alternativa "A", entretanto, no fragmento de texto presente na questão, não indica como combater o discurso de ódio (alternativa "A"). O texto também não cita a Constituição (alternativa "B"), apenas comenta sobre legislação sem especificar, nem trata sobre a penalização para o racismo (alternativa "D"). Quanto os tipos de injúria (alternativa "C"), o texto cita a injúria discriminatória e as motivações dela. O texto completo está disponível na Internet contendo o trecho indicado na questão e com o subtítulo referente à alternativa "A", porém, os candidatos não tinham acesso ao conteúdo completo no momento da prova e, faltando a parte final do conteúdo, o subtítulo "Como combater o discurso de ódio?" não faz sentido. Não consta na questão o seguinte trecho, que justificaria a alternativa "A" estar correta - "Só a educação pode mudar essa, vamos dizer, confusão de quem não consegue ver a diferença entre liberdade de expressão e discurso de ódio, mas ela leva tempo. A curto prazo tem que se aplicar a Lei. Tem que haver justiça. E não pode haver mais impunidade para os discursos que levam a mortes e ao não acesso aos direitos de boa parte da população."... - (Disponível em <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2022/02/01/discurso-de-odio-promove-discriminacao-e-ate-violencia-entenda.htm?cmpid=copiaecola>). Este trecho, ausente na questão, de fato, indica que o discurso de ódio pode ser combatido com educação e aplicação da lei. Considerando o trecho da questão 01, a única alternativa que se aproximaria de um subtítulo coerente seria a "C". Diante do exposto, a questão deveria ser ANULADA, ou ter alteração de gabarito para "C".

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Médio Port.**

**Número da questão: 1**

**Resposta aos Recursos**

Em relação ao argumento de que, no trecho destacado, não há nenhum tipo de instrução ao leitor de como o discurso de ódio deve ser combatido, tampouco apresenta maneiras ou formas deste tipo de crime ser afrontado, observa-se que o texto expressa, sim, meios de combate ao discurso de ódio, considerando a esfera jurídica. O primeiro parágrafo é iniciado por uma oração concessiva, em que se observa que não há legislação específica que verse sobre o assunto, a qual é seguida por uma oração que indica meios legais que podem coibir a expressão do discurso de ódio: “a nossa legislação já proíbe algumas dessas expressões e ações contra certos grupos”. Essa afirmação é seguida, inclusive, por uma exemplificação: É o caso do crime de racismo, que em 2019 passou a enquadrar a homofobia e a transfobia”. O segundo parágrafo traz outro elemento jurídico que pode ser acionado no combate ao discurso de ódio: “Também temos a injúria discriminatória, que é fundada em motivação de raça, etnia, cor, deficiência, idade, e proibições específicas ao discurso nazista e ao uso da suástica. E há o crime de incitação ao genocídio, só que esse é menos usado”, explica. Logo, o texto apresenta elementos jurídicos que podem contribuir para o combate ao discurso de ódio. É esperado que o leitor consiga fazer a relação entre tais recursos legais e a possibilidade de combate ao discurso de ódio. Ademais, o enunciado da questão vai em direção a perceber as leituras possíveis de um texto na comparação entre os enunciados dados nas alternativas. Além de o enunciado de A estar semanticamente relacionado ao conteúdo do texto, conforme argumentado acima (inclusive é o título desse texto, no original), os enunciados de B, C e D não enfocam a temática principal do texto, o que também guia o candidato para a escolha do item A (que é o que “mais se aproxima de uma possibilidade de subtítulo”, conforme consta no enunciado da questão).

Em relação aos argumentos de que a alternativa B também seria adequada como subtítulo para o fragmento de texto dado, observa-se que o que se explicita no fragmento de texto tem como tema o a atitude que é criminalizada (“discurso de ódio”), e não o sentimento (“o ódio”), que não é passível de criminalização e, portanto, não é tema que possa ser incluído na legislação. Logo, a pergunta “O que diz a Constituição sobre o ódio?” não está semântica, discursiva e pragmaticamente coerente com o fragmento do texto. Tal conclusão é possível mesmo se o candidato mobilizar única e exclusivamente a interpretação mais imediata do texto, considerando qual é o conteúdo principal em torno do qual o ele é construído.

Em relação ao argumento de que “a questão objeto deste recurso deve ser anulada, pois trata-se de uma questão subjetiva, onde depende do entendimento de pessoa para pessoa, dando a entender que qualquer das respostas poderia ser a correta.”, observa-se que os títulos não são dados aleatoriamente, mas mantêm relação semântica com o conteúdo do texto, à qual é possível chegar a partir de leitura do conteúdo apresentado e das inferências que este permite. Das alternativas dadas, apenas uma delas mantinha tal relação semântica coerente com o conteúdo do texto, à qual esperava-se que o candidato chegasse mobilizando conhecimentos sobre o tipo de texto apresentado, conhecimentos de mundo relacionados à questão e, principalmente, interpretação do conteúdo semântico dado, já que o tema principal do texto é aspecto relevante para a construção de títulos/subtítulos em textos expositivos.

Em relação à interpretação de que o texto não deixa claro que se está falando de combate ao discurso de ódio no fragmento de texto, observa-se que o conteúdo traz o aporte jurídico que pode servir de instrumento para coibir práticas que são socialmente inadequadas, por meio de sua criminalização. Mesmo tratando-se de fragmento, o texto é suficiente para acionar tal inferência, considerando os conhecimentos de mundo que o texto mobiliza. Logo, o título “Como combater o discurso de ódio?” é semântica, discursiva e pragmaticamente coerente (inclusive é o subtítulo do texto original), embora outras possibilidades poderiam ser aventadas (o que não é o caso de nenhuma alternativa dada além daquela que é indicada no gabarito provisório).

Em relação ao argumento de que “não há nada no fragmento que impute a um combate contra um discurso de ódio, pelo contrário, deixa claro que não há uma lei específica.”, além do que já se argumentou acima, observa-se que a concessão é feita em uma oração adverbial, ficando o argumento mais forte demarcado na oração principal: “Apesar de não existir algum tipo de lei específica que fale sobre o discurso de ódio, como explica João Pedro, a nossa legislação já proíbe algumas dessas expressões e ações contra certos grupos”. Logo, o texto é encaminhado argumentativamente para o fato de que já há alguns dispositivos jurídicos que podem ser aplicados, coibindo, assim, os discursos de ódio. No que tange ao recorte do texto original recuperado pelo impetrante, de fato ele complementa o texto, inclusive pontuando a importância dos recursos legais para o combate ao discurso de ódio: “A curto prazo tem que se aplicar a Lei. Tem que haver justiça. E não pode haver mais impunidade para os discursos que levam a mortes e ao não acesso aos direitos de boa parte da população.” Logo, a continuidade do texto (que não estava disponível para acesso no momento da prova) só confirma a interpretação de que os instrumentos legais constituem forma de combate aos discursos de ódio.

No que tange ao argumento de que o item C seria o adequado a ser assinalado, observa-se que: i. em primeiro lugar, o foco não é a injúria, conforme o primeiro parágrafo dado deixa claro. A injúria é elemento que se desdobra a partir do tema dado no primeiro parágrafo – que aciona a o conteúdo “legislação sobre discurso de ódio” -, o que fica evidente, inclusive, no uso do elemento conectivo: “também temos a injúria discriminatória”, o que mostra que “injúria” não se trata do tópico central do fragmento. Além disso, “injúria discriminatória” é apenas um dos pontos levantados no segundo parágrafo em relação aos dispositivos jurídicos que podem ser acionados no caso de atitudes que revelem discurso de ódio. ii. O fragmento não cita os tipos de injúria, mas aborda apenas a injúria discriminatória. Logo, o título “Quais são os tipos de injúria?” não seria semântica, discursiva e pragmaticamente coerentes com o conteúdo dos parágrafos dados.

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Médio Port.**

**Número da questão: 1**

**Resposta aos Recursos**

Em relação ao argumento de que o item D (Como o racismo pode ser penalizado?) poderia figurar como resposta possível, observa-se que o racismo é conteúdo subordinado ao conteúdo central (a relação entre legislação e discurso de ódio). No segundo parágrafo, temos 3 elementos em paralelo: i. injúria discriminatória, ii. proibições específicas ao discurso nazista e ao uso da suástica; iii. Crime de incitação ao genocídio. A questão de raça é relacionada de forma explícita apenas um dos itens subordinados a um desses elementos (injúria discriminatória). Inclusive, a questão de raça é apresentada com o mesmo peso do que outros elementos subordinados à questão de injúria discriminatória: "raça, etnia, cor, deficiência e idade". Ou seja, mesmo se tomássemos o conteúdo subordinado como conteúdo central, seria necessário considerar no título mais do que a questão de raça, já que o racismo não se destaca em relação às outras questões postas no mesmo nível informativo (considerando o paralelismo sintático e semântico estabelecido no texto).

Dado o exposto, os recursos não procedem, ficando a resposta mantida, conforme expressa no gabarito provisório.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 2**

Inscrição: **208472** Data do Envio: **29/06/22 11:08**

As alternativas A e D da questão 2 são semelhantes.. Uma delas usa a palavra ' causa' já a outra usa o termo ' exemplificação. Em inúmeras frases, simplesmente não há como distinguir Causa de Exemplificação. Ambas podem ser consideradas iguais. Em outras palavras: às vezes uma conjunção tida como causal pode ser considerada exemplificativa no mesmo contexto.

**Resposta aos Recursos**

O recurso impetrado em relação à questão 2 não faz sentido. Imagina-se que o candidato esteja se referindo à questão 4, e em relação a esta é que se faz a resposta abaixo:

O argumento do candidato não se sustenta, porque, apesar de um mesmo conectivo poder indicar mais de uma relação semântica ('como', por exemplo, pode indicar exemplificação, causa, conformidade etc.), o contexto linguístico e o conteúdo semântico é suficiente para que o leitor entenda a relação de sentido estabelecida. As alternativas A e D não são semelhantes, conforme indica o candidato, porque, inclusive, traz fragmentos de texto diferentes. Em "como explica João Pedro" (1º parágrafo), tem-se uma relação CONFORMATIVA – e não causal, como indicado na alternativa; portanto, a letra A não poderia ser a alternativa correta. Já a expressão "É o caso do crime de racismo" (1º parágrafo) introduz uma EXEMPLIFICAÇÃO – conforme citado na alternativa D. Logo, esta é a única alternativa que apresenta uma análise correta. Portanto, fica mantido o gabarito provisório publicado em relação à questão 4.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 3**

Inscrição: **201197** Data do Envio: **27/06/22 18:23**

a questao numero 3 as respostas c e d tem o mesmo significado....dizem a mesma coisa.

**Resposta aos Recursos**

O recurso que indica que as respostas dos itens C e D têm o mesmo significado não apresenta análise adequada, uma vez que o item C inicia-se com uma oração CONCESSIVA em relação à oração principal - sentido que está expresso também no texto original -, enquanto o item D apresenta uma relação CAUSAL em relação à oração principal. Logo, o recurso não procede, ficando a questão mantida conforme gabarito provisório.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 5**

Inscrição: **209385** Data do Envio: **29/06/22 15:59**

O termo até no título está empregado de forma errada. Porque discurso de ódio é um tipo de violência, "O discurso de ódio é considerado um tipo de violência verbal, e a sua base é a não-aceitação das diferenças, ou seja, a intolerância. Entretanto, quando falamos de diferenças, o foco dessa prática se dá, em sua maioria, naquelas ligadas a aspectos de crença, origem, cor/etnia, gênero, identidade, orientação sexual etc." (POLITIZE, 2022). Também pode ser consultado em artigos publicados na Revista Jus Navigandi, etc.



**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Médio Port.**

**Número da questão: 5**

Portanto violência não está em um patamar ainda mais inacessível do que discriminação.

Porque ambas são tipificadas como violência.

Portanto, o gabarito considerou a B incorreta, mas a alternativa A é incorreta.

Enquanto, a alternativa B, no momento em que o autor empregou a palavra entenda, no título, tem-se a conotação de explicação do assunto no texto. Levando em consideração que o leitor é leigo ou ignorante no assunto.

**Resposta aos Recursos**

Em relação ao argumento de que o termo até no título está empregado de forma errada, observa-se que a superfície textual deixa marcas de orientação argumentativa. Quando usamos o elemento ATÉ, indicamos que este está em evidência em relação ao argumento anterior, em uma escala de valoração subjetiva. Não está em questão se o autor do texto domina os conceitos de discriminação ou violência, mas a forma como textualiza a relação entre os dois elementos. Na forma como foi textualizado, o termo “até” mostra que existe essa escala de valoração indicada no item A, por conta da carga semântica e dos subentendidos envolvidos. Portanto, a análise posta em A está adequada considerando os elementos do texto dado. Em relação ao item B, este sim faz uma avaliação que não é linguisticamente comprovada. O verbo “entenda” é recorrente em textos jornalísticos, e por isso é empregado nesse contexto (portanto, está bem empregado, considerando as condições pragmáticas da interação). Embora esse verbo possa pressupor um leitor que não conhece o assunto (e, por isso, poderia ser chamado de ignorante), em nenhuma medida esse verbo pressupõe que tal interlocutor seja insensível em relação ao assunto abordado, conforme consta no enunciado. Logo, não há elementos linguísticos capazes de sustentar a análise posta em B, razão pela qual é apontada como a alternativa INCORRETA. Fica, portanto, mantido o gabarito provisório divulgado.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Matéria: Médio C. Gerais**

**Número da questão: 13**

Inscrição: **200730**

Data do Envio: **27/06/22 20:17**

Prezados, peço revisão da questão pois ao ver da banca a alternativa D estaria correta, porém ela está incompleta, pois é visto que o turismo gastronômico do município também entra nas atividades que mais se destacam no ramo alimentício. Conforme site([https://www.saomiguel.pr.gov.br/pontos-turisticos/turismo-rural-e-agroturismo/#:~:text=Em%20S%C3%A3o%20Miguel%20do%20Igua%C3%A7u,culin%C3%A1ria%20em%20ambientes%20t%C3%ADpicos%20rurais](https://www.saomiguel.pr.gov.br/pontos-turisticos/turismo-rural-e-agroturismo/#:~:text=Em%20S%C3%A3o%20Miguel%20do%20Igua%C3%A7u,culin%C3%A1ria%20em%20ambientes%20t%C3%ADpicos%20rurais;)); discordando do gabarito peço revisão da questão em suma. E solicito a anulação da mesma.

Inscrição: **208575**

Data do Envio: **27/06/22 21:01**

**RECURSO ADMINISTRATIVO – PEDIDO DE ANULAÇÃO DE QUESTÃO**

Questão 13.

A questão 13 traz o seguinte enunciado: “Em relação ao ramo da indústria de alimentos, as atividades que mais se destacam são:”

Veja, a questão não delimita, se é do Município de São Miguel do Iguaçu, se é do Paraná, se é da região sul, se é do Brasil. Em relação da indústria de alimentos de onde?

O próprio enunciado com todo o respeito foi mal elaborado, não tem como o candidato marcar alguma alternativa, pois não foi definida a localidade a qual se pergunta.

Por esta questão ter sido mal formulada e por ter erro no enunciado que omitiu o local da qual se pergunta quais atividades mais se destacam, não há de se solicitar outra coisa a não ser a anulação da questão 13 de conhecimentos gerais. Esse erro no enunciado, com toda certeza atrapalha o raciocínio para a resolução da questão, induzindo o candidato ao erro, motivo pelo qual, a questão deve ser anulada.

Desta forma, por ser uma pergunta aberta e não ter sido delimitada a localidade da qual se pergunta, por ser medida de justiça requer seja a questão devidamente ANULADA.

Inscrição: **202531**

Data do Envio: **29/06/22 14:43**

Prezados integrantes da banca examinadora;

A questão objeto deste recurso deve ser anulada pois é ausente de clareza ao passo que não identifica em seu enunciado de forma clara e objetiva a que se refere, deixando enorme margem para subjetividade.

Veja o enunciado: “em relação ao ramo da indústria de alimentos, as atividades que mais se destacam são: [...]”. Ora, a questão pode estar fazendo referência ao município de São Miguel do Iguaçu, ao estado do Paraná, a nível nacional, isto é, há uma infinidade de possibilidades, de modo que todas as alternativas poderiam estar corretas ou erradas, a depender do critério de julgamento.



**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Médio C. Gerais**

**Número da questão: 13**

Com a devida vênia, a questão é confusa e sem coerência. Não haveria como o candidato saber a que nível a questão fazia referência.

Vejamos alguns julgados que anularam questões que causaram má interpretação:

“Consoante reiterada orientação deste Tribunal, não compete ao Poder Judiciário apreciar os critérios utilizados pela Administração na formulação do julgamento de provas (CF. RMS nºs 5.988/PA e 8.067/MG, entre outros). Porém, isso não se confunde com, estabelecido um critério legal – Prova objetiva, com uma única resposta (Decreto Distrital nº 12.192/90, arts. 33 e 37), estando as questões mal formuladas, ensejando a duplicidade de respostas, constatada por perícia oficial, não possa o Judiciário, frente ao vício do ato da Banca Examinadora em mantê-las e à afronta ao princípio da legalidade (...). REsp: 174.291

4. No caso, o perito judicial que analisou os quesitos impugnados apontou a deficiência na elaboração de ambos, em razão da inexistência de dados suficientes para a resolução da questão nº 28, assim como da ausência de previsão, no edital, do conteúdo exigido na questão nº 29. TRF01 – AP/RN: 00288027420094013800.

Ante ao exposto, faz-se imperiosa a anulação da questão objeto do presente recurso.

Nestes termos, pede deferimento.

**Resposta aos Recursos**

SENDO A PROVA PARA O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, FICA MAIS DO QUE EVIDENTE QUE SE TRATA DO ASPECTO LOCAL, SE FOSSE O CONTRÁRIO AI SIM SE FARIA REFERENCIA AO ESTADO OU PAÍS.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 14**

Inscrição: **200107** Data do Envio: **28/06/22 9:12**

Na bandeira, além das cores amarelo, branco, verde, azul e vermelho encontramos também a cor preto, que está contornando alguns elementos.

Portanto a questão está incorreta visto que em nenhuma das alternativas apareciam todas as cores.

Inscrição: **203986** Data do Envio: **29/06/22 11:53**

Venho por meio deste, solicitar que seja reavaliada a questão 14 do caderno de provas, pois a pergunta qual segue "Na bandeira de São Miguel do iguacu, quais cores estão presentes?" Cabe a essa pergunta mais de uma alternativa como resposta, pois a letra "A" a qual assinaliei, as quatro cores estão presentes na bandeira.

Inscrição: **203980** Data do Envio: **29/06/22 13:22**

Nesta questão é pedido quais cores pertencem a bandeira municipal, porém todas as alternativas contem somente cores que pertencem a bandeira (o preto está no contorno da flâmula vermelha e nos contornos e folhas dos pés de soja e trigo), a pergunta não "quais são as cores da bandeira" ou "quais são todas as cores da bandeira", assim todas as alternativas estão corretas.

Inscrição: **205749** Data do Envio: **29/06/22 13:27**

Recurso administrativo – anulação da questão objetiva.

A questão de número 14 na parte de conhecimentos gerais e legislação na prova para o cargo de oficial administrativo. Sendo ela escrita:

14. Na bandeira do município de São Miguel do Iguaçu, quais cores estão presentes?

- A. Amarelo, Branco, Verde e Azul.
- B. Amarelo, Verde, Azul e Vermelho.
- C. Amarelo, Branco, Verde, Azul e Vermelho.
- D. Amarelo, Verde, Azul, Preto e Vermelho.

Sendo a pergunta, “quais cores estão presentes?”, todas as alternativas estão corretas, pois todas as cores mencionadas nas alternativas estão presentes. Sendo então as alternativas corretas, mas não completas, deixando a questão aberta para múltiplas interpretações.

E outro requisito seria a cor Preta, não sendo predominante porem presentes no contorno do brasão da bandeira. Deixando a alternativa “C” incorreta, pois não menciona a cor preta.

Inscrição: **204391** Data do Envio: **29/06/22 13:41**

Recurso administrativo – anulação da questão objetiva.

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Médio C. Gerais**

**Número da questão: 14**

A questão de número 14 na parte de conhecimentos gerais e legislação na prova para o cargo de oficial administrativo. Sendo ela escrita:

14. Na bandeira do município de São Miguel do Iguaçu, quais cores estão presentes?

- A. Amarelo, Branco, Verde e Azul.
- B. Amarelo, Verde, Azul e Vermelho.
- C. Amarelo, Branco, Verde, Azul e Vermelho.
- D. Amarelo, Verde, Azul, Preto e Vermelho.

Sendo a pergunta, "quais cores estão presentes?", todas as alternativas estão corretas, pois todas as cores mencionadas nas alternativas estão presentes. Sendo então as alternativas corretas, mas não completas, deixando a questão aberta para múltiplas interpretações.

E outro requisito seria a cor Preta, não sendo predominante porem presentes no contorno do brasão da bandeira. Deixando a alternativa "C" incorreta, pois não menciona a cor preta.

Inscrição: **205508** Data do Envio: **29/06/22 15:20**

O presente Recurso Administrativo é em face da Questão nº 14, da prova de Oficial Administrativo.

A questão versa acerca da Bandeira no Município de São Miguel do Iguaçu:

"14. Na bandeira do município de São Miguel do Iguaçu, quais cores estão presentes?" (grifo nosso)

O gabarito traz a alternativo correta como sendo a letra "C - Amarelo, Branco, Verde, Azul e Vermelho", está alternativa é a mais completa, a que contem a maioria das cores da referida bandeira, no entanto na bandeira temos ainda a cor preta a qual pode ser encontrada no contorno do emblema e no contorno na da faixa.

Deve-se salientar também que o texto trazido no enunciado da questão pede "quais cores estão presentes" desse modo as alternativas "A - Amarelo, Branco, Verde e Azul", a alternativa "B - Amarelo, Verde, Azul e Vermelho" e a alternativa "D - Amarelo, Verde, Azul, Preto e Vermelho" também estão corretas, uma vez que todas trazem as cores que estão presentes na bandeira de São Miguel do Iguaçu.

A má formulação da questão impossibilita que a mesma possua apenas uma alternativa correta, devendo desse modo ser a n u l a d a .

**Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. CONCURSO PÚBLICO. MANDADO DE SEGURANÇA. INGRESSO NOS QUADROS DA BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL NO POSTO DE CAPITÃO QOEM – POLÍCIA OSTENSIVA - CARREIRA DE NÍVEL SUPERIOR (EDITAL DA/DRESA Nº CSPM 01-2018). QUESTÃO Nº 63. DUPLICIDADE DE RESPOSTAS. ANULAÇÃO. 1. O direito líquido e certo é aquele que se mostra inequívoco, sem necessidade de dilação probatória, exigindo-se para sua configuração a comprovação dos pressupostos fáticos adequados à regra jurídica. 2. O ponto central da polêmica em relação aos concursos públicos reside na abrangência do controle jurisdicional sobre as provas do concurso realizado pela Administração Pública, considerando especialmente o artigo 2º da Constituição Federal que estabelece a independência e harmonia entre os poderes. 3. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal adota atualmente o entendimento segundo o qual o controle deve ser exercido com restrição, primando pelo exame de questões relacionadas à legalidade, sendo vedado substituir a banca examinadora para avaliar as respostas dadas pelos candidatos e notas a elas atribuídas, excepcionalmente admitindo-se controlar o juízo de compatibilidade do conteúdo das questões do concurso com o edital, conforme julgamento do RE 632853/CE, rel. Min. Gilmar Mendes, datado de 23.04.2015, com repercussão geral. 4. A questão nº 63 do Concurso Público possui duplicidade de respostas, estando presente o erro grosseiro da Banca a justificar a anulação da questão pelo Poder Judiciário. 5. No mandado de segurança, a responsabilidade pelo reembolso das custas processuais despendidas pelo impetrante é da pessoa jurídica de direito público a que se vincula a autoridade coatora. Precedentes do TJ/RS. Apelo provido no ponto. 5. A sentença que concedeu a segurança, caso dos autos, está sujeita à remessa necessária por força de previsão legal expressa no § 1º do artigo 14 da Lei nº 12.016, de 07 de agosto de 2009, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. SENTENÇA MANTIDA EM REMESSA NECESSÁRIA.**

(Apelação Cível, Nº 70085307718, Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leonel Pires Ohlweiler, Julgado em: 17-08-2021)

[https://www.tjrs.jus.br/novo/buscas-solr/?aba=jurisprudencia&q=&conteudo\\_busca=ementa\\_completa](https://www.tjrs.jus.br/novo/buscas-solr/?aba=jurisprudencia&q=&conteudo_busca=ementa_completa)

Desse modo, postula-se a cerca da anulação da referida questão, frente a impossibilidade da se obter apenas uma das alternativas como resposta correta.

Inscrição: **201913** Data do Envio: **29/06/22 16:43**

Solicito anulação da questão de número 14, pois essa da margem para mais de uma interpretação, pois não questiona quais são as cores da bandeira, mas sim quais estão "presentes" sendo assim todas as alternativas contêm cores presentes, até

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Médio C. Gerais**

**Número da questão: 14**

mesmo o preto, pois a escrita apresenta esta cor.

**Resposta aos Recursos**

As cores da Bandeira são: Amarelo: é a imagem da maturidade de juízo. Simboliza nobreza, magnitude e riqueza do solo.

Branco: é a luz pura. Simboliza integridade, obediência, vigilância, paz, ordem, fé do povo.

Verde: é a pujança da natureza, a exuberância das matas. ...

Azul: é a cor do firmamento. ...

Vermelho: é a energia.

consultar <https://www.saomiguel.pr.gov.br/simbolos/>

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 15**

Inscrição: **211863** Data do Envio: **27/06/22 20:22**

Segundo referência Guia-me no link:

<https://guiame.com.br/vida-estilo/turismo/sao-miguel-do-iguacu-pr-busca-preservar-sua-cultura-e-ecossistema.html>.

Os rios Iguazu e Paraná fazem parte da bacia hidrográfica do município, conseqüentemente os referidos rios compõe a bacia do Prata validando as alternativas A, B e C.

Acrescentando ainda a referência do Wikipedia no link: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Bacia\\_do\\_rio\\_da\\_Prata](https://pt.wikipedia.org/wiki/Bacia_do_rio_da_Prata)

A resposta correta para a pergunta 15 é a alternativa (C), pois os rios Paraná e Iguazu são sub-bacias da bacia do Prata.

Dessa forma não é possível mensurar apenas uma resposta sendo a correta.

Inscrição: **203647** Data do Envio: **28/06/22 10:43**

A questão traz como gabarito a alternativa B-Paraná, porém a alternativa A-Iguazu também está correta, pois ambas abrangem São Miguel do Iguazu, de acordo com dados do Instituto Água e Terra do Governo Estadual. Dados em:

<https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Mapas-e-Dados-Espaciais>

[https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos\\_restritos/files/imagem/2020-07/unidades\\_hidrograficas\\_a4.jpg](https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/imagem/2020-07/unidades_hidrograficas_a4.jpg)

Inscrição: **205508** Data do Envio: **28/06/22 10:56**

A primeira questão em discussão é a Questão de nº 15, da prova de Oficial Administrativo.

A questão acima exposta versa acerca da Bacia Hidrográfica de São Miguel do Iguazu, no entanto tal afirmação descrita no enunciado da questão está errada, uma vez que é inexistente tal Bacia Hidrográfica.

Vale salientar que o Município de São Miguel do Iguazu, não possui uma Bacia Hidrográfica, mais faz parte de uma.

Desse modo, a simples inexistência de tal Bacia Hidrográfica é o suficiente para a anulação da referida questão, uma vez que o enunciado da questão está trazendo informações inverídicas o que impossibilita a compreensão total do questionamento.

Deve-se observar ainda que a questão não trás em seu enunciado o âmbito da análise que deve ser feita.

Se a questão for analisada no âmbito Nacional a resposta para a questão seria a letra "B - Paraná", podendo ser encontrada a imagem e a explicação no site: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/bacias-hidrograficas-brasil.htm>

No entanto se a questão for analisada no âmbito Estadual se obtém uma resposta divergente, uma vez que o Município de São Miguel do Iguazu faz parte da Bacia Hidrográfica do Iguazu e a Bacia Hidrográfica do Paraná 3, não havendo assim uma resposta correta, conforme imagem localizada no site do IAT:

[https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos\\_restritos/files/documento/2020-07/bacias\\_hidrograficas\\_a4.pdf](https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2020-07/bacias_hidrograficas_a4.pdf)

Desse modo, a ausência de informação no enunciado da questão impossibilita se chegar a uma resposta conclusiva, uma vez que não é mencionado o parâmetro de devemos utilizar para analisar a questão.

Sendo assim requer-se a anulação da questão por duplicidade de respostas.

Em conformidade com o solicitado encontra-se o entendimento do STF:

EMENTA DIREITO ADMINISTRATIVO. ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS ARTS. 5º, "CAPUT", E 37, "CAPUT", I, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. CONCURSO PÚBLICO. ANULAÇÃO DE QUESTÃO. ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO. ERRO GROSSEIRO. EXAME DE LEGALIDADE. POSSIBILIDADE. COMPREENSÃO DIVERSA. CLÁUSULA DO EDITAL DO CERTAME. FATOS E PROVAS. SÚMULAS NºS 279 E 454/STF. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA DA

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Médio C. Gerais**

**Número da questão: 15**

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA NÃO VIABILIZA O RECURSO EXTRAORDINÁRIO. 1. O entendimento da Corte de origem não diverge da jurisprudência firmada no Supremo Tribunal Federal, no sentido da possibilidade do Poder Judiciário, no exercício do controle de legalidade, avaliar respostas dadas às questões, nas hipóteses de ilegalidade e ocorrência de erro flagrante nas questões impugnadas, como ocorre nos autos, consoante consignado pelas instâncias ordinárias. Compreensão diversa demandaria a reelaboração da moldura fática delineada no acórdão de origem, bem como prévio reexame da interpretação conferida pelo Tribunal de origem a cláusulas do edital do certame, o que é vedado a esta instância extraordinária, nos termos das Súmulas nºs 279 e 454/STF. 2. As razões do agravo não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada, principalmente no que se refere à ausência de ofensa a preceito da Constituição da República. 3. Agravo interno conhecido e não provido.

(RE 1331010 AgR / RS - RIO GRANDE DO SUL, AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Julgamento: 04/11/2021 - Órgão julgador: Primeira Turma)

<https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur455831/false>

Desse modo, requer-se a anulação da Questão nº 15.

Inscrição: **202885** Data do Envio: **28/06/22 15:35**

A questão 15 versa acerca da Bacia Hidrográfica de São Miguel do Iguaçu, no entanto, tal afirmação descrita no enunciado da questão está errada, tendo em vista que é inexistente tal Bacia Hidrográfica. Vale salientar que o Município de São Miguel do Iguaçu, não possui uma Bacia Hidrográfica, mas faz parte de uma. Desse modo, a simples inexistência de tal Bacia Hidrográfica é o suficiente para a anulação da referida questão, uma vez que o enunciado da questão está trazendo informações inverídicas o que impossibilita a compreensão total do questionamento. Deve-se observar ainda que a questão não traz em seu enunciado o âmbito da análise que deve ser feita. Se a questão for analisada no âmbito Nacional a resposta para a questão seria a letra "B - Paraná", conforme imagem referente a bacias hidrográficas que pode ser verificada no link: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/bacias-hidrograficas-brasil.htm>. No entanto se a questão for analisada no âmbito Estadual se obtém uma resposta divergente, uma vez que o Município de São Miguel do Iguaçu faz parte da Bacia Hidrográfica do Iguaçu e a Bacia Hidrográfica do Paraná 3, não havendo assim uma resposta correta, conforme imagem refere a Bacias Hidrográficas do Paraná pelo link:

[https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos\\_restritos/files/documento/2020-07/bacias\\_hidrograficas\\_a4.pdf](https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2020-07/bacias_hidrograficas_a4.pdf).

A ausência de informação no enunciado da questão impossibilita se chegar a uma resposta conclusiva, uma vez que não é mencionado o parâmetro de devemos utilizar para analisar a questão. Sendo assim requer-se a anulação da questão por duplicidade de respostas.

Inscrição: **211545** Data do Envio: **28/06/22 14:45**

Acerca da referida questão, interponho um recurso para reapreciação do avaliador responsável para que haja a anulação da questão por ter dois gabaritos corretos.

15. A Bacia Hidrográfica de São Miguel do Iguaçu é composta pela Bacia do:

- A) Iguaçu
- B) Paraná
- C) Prata
- D) Lago

Segundo o que consta na questão (15) da Prova de Geografia, extrai-se da questão que a Bacia Hidrográfica de São Miguel do Iguaçu é composta apenas pela Bacia do Paraná. Entretanto, conforme o IAT (Instituto Água e Terra) do Estado Paraná, sítio governamental, a Bacia do Iguaçu abrange uma parte do território de São Miguel do Iguaçu sendo assim infere-se que também compõe a bacia da cidade.

segue link para conferência:

[https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos\\_restritos/files/documento/2020-07/iguacu.pdf](https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2020-07/iguacu.pdf)

Inscrição: **204254** Data do Envio: **29/06/22 9:27**

Solicito por meio deste que a questão de numero 15 da prova de oficial administrativo seja revista, pelo fato de existir mais de uma questão certa entre as alternativas.

O município de São Miguel do Iguaçu tem em sua hidrografia diversas bacias hidrográficas. As duas principais são a Bacia do Rio Iguaçu, que serve como divisor com a República da Argentina e Parque Nacional do Iguaçu e a Bacia do Rio Paraná, hoje formando o Lago de Itaipu. Existem ainda as bacias dos Rios Ocoy, Represo, Apepu, Rio dos Índios, Arroio Pinto e Rio Leão. Ao todo, trinta e cinco rios, córregos e arroios banham o município.

Inscrição: **211164** Data do Envio: **29/06/22 15:04**

A Bacia Hidrográfica de São Miguel do Iguaçu é composta pela Bacia do: Prata pois a bacia do prata é composta pelas sub-bacia do rio Paraná, qual compõem a bacia do prata. Formada pelos rios



**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Médio C. Gerais**

**Número da questão: 15**

Paraná, Paraguai, Uruguai e seus afluentes, a bacia do Prata se localiza no centro-sul da América do Sul. Abrange uma área de 4.144.000km<sup>2</sup>, que inclui todo o território do Paraguai, a região sudeste da Bolívia, a maior parte do Uruguai e grandes áreas da Argentina e do Brasil.

Inscrição: **201913** Data do Envio: **29/06/22 16:51**

Solicito revisão da questão 15, pois dá entender que exista uma bacia hidrográfica chamada "Bacia Hidrográfica de São Miguel" (inclusive pela escrita com iniciais maiúsculas), o que não procede, e que nesta bacia estaria inserida a Bacia do Paraná.

**Resposta aos Recursos**

A Bacia Hidrográfica da região de São Miguel e o município é composta pela Bacia do Paraná, sendo que o município está envolto pelo Lago Artificial de Itaipu (Fonte: [www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br)).

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Matéria: Atendente de Farmácia e Saúde**

**Número da questão: 25**

Inscrição: **212195** Data do Envio: **29/06/22 16:34**

Anulação da questão 25.

A questão está mal formulada, pois a substância que consta a alternativa D ( fenobarbital) é um barbitúrio dispensado na farmácia com prescrição de receita branca de controle especial em 2 vias, e os dizeres de rotulagem e bula que apresentam a seguinte frase: " Venda sob prescrição médica- só pode ser vendido com a retenção da receita ", diferente de outros substâncias da lista A3, B1 e B2 que consta na rotulagem e bula que apresentam a seguinte frase: " Venda sob prescrição médica- o abuso deste medicamento pode causar dependência ".

Segundo a ANVISA o fenobarbital, medicamento anticonvulsivante, tem a prescrição médica limitada a até 6 meses de tratamento como as substâncias listadas na lista C1.

Portanto a questão 25 deve ser ANULADA, POIS não é possível responder com precisão, entre a alternativa A e D, qual das alternativas está correta.

**Resposta aos Recursos**

A questão NÃO trata sobre os dizeres de embalagem, receitas e notificações de receita ou a forma como é dispensada.

Portanto, das 4 alternativas para resposta da questão 25, conforme a Portaria N° 344/1988 e também na sua atualização RDC 676/2022, SÃO SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS: Anfetamina; Alprazolam e Fenobarbital. Já a Morfina É A ÚNICA DAS OPÇÕES considerada substância Entorpecente.

Mantém a resposta da questão que é a letra A.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Matéria: Oficial Administrativo**

**Número da questão: 18**

Inscrição: **200730** Data do Envio: **27/06/22 20:17**

Requeiro a anulação da questão, tendo em vista que pede a alternativa CORRETA, a banca diz que a alternativa D da questão 18 está correta, porém, o código tributário em seu artigo 9º diz: É proibido à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: instituir tributos sem que a lei o estabeleça. tornando a alternativa D INCORRETA, não sendo a alternativa que a questão.

Inscrição: **211545** Data do Envio: **28/06/22 13:06**

Acerca da referida questão, interponho um recurso para reapreciação do avaliador responsável.

18. Com relação ao Direito Administrativo, qual alternativa não é CORRETA?

A) Na licitação, o Princípio da Legalidade possui atividade totalmente vinculada, ou seja, impacta na falta de liberdade para a autoridade administrativa.

Segundo o que consta na questão (18) da Prova de conhecimentos específicos, alternativa A, pode-se inferir que o Princípio da Legalidade é prejudicial para o Estado, pois temos a alternativa incompleta para devida avaliação do candidato. Entende-se por Autoridade Administrativa de acordo com o art. 198, § 1º, II, do Código Tributário Nacional (CTN), abrange a administração direta e indireta de qualquer das esferas da Administração Pública e a expressão "Autoridade Administrativa" refere-se àquela autoridade de qualquer dos Poderes legalmente constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário).



**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Oficial Administrativo**

**Número da questão: 18**

Em termos gerais, para melhor interpretação e entendimento sem que houvesse qualquer dúvida a respeito da questão supracitada faltou definir com exatidão o a definição de Autoridade Administrativa já que a definição CTN (Código Tributário Nacional) definiu de forma que diverge de Agentes Administrativos.

Portanto, peço que a questão seja reavaliada levando em consideração o texto acima embasado no CTN (Código Tributário Nacional) extraído diretamente do sítio da Receita Federal, site governamental.

Inscrição: **209532** Data do Envio: **28/06/22 13:58**

Sobre a referida questão pede-se a questão não correta, a afirmativa "A" "Na licitação, o Princípio da Legalidade possui atividade totalmente vinculada, ou seja, impacta na falta de liberdade para a autoridade administrativa." Apesar do Princípio da legalidade possuir atividade totalmente vinculativa, é incorreto dizer que impacta na falta de liberdade para autoridade administrativa. Pelo contrário, é entendido que a Constituição, ao afirmar que a União deve legislar apenas sobre normas gerais, quis efetivar o princípio federativo, erigido ao status de cláusula pétrea em sua organização. Os entes federados, todos eles, são autônomos, devendo possuir, não só formal, mas materialmente, liberdade para dispor sobre os temas específicos sobre licitação, de forma a melhor atender às suas possibilidades e peculiaridades. Dito isto a alternativa "A" também pode ser considerada não correta, pois ela limita o conceito de liberdade, e não coloca alguma outra situação para efeito de comparação.

Inscrição: **209621** Data do Envio: **29/06/22 15:41**

O enunciado da questão 18 pede a alternativa que não está correta, e tem como gabarito provisório a alternativa D.

A questão merece ser anulada em razão de ter mais de uma alternativa incorreta.

Quanto a alternativa A, esta possui a seguinte redação: "Na licitação, o Princípio da Legalidade possui atividade totalmente vinculada, ou seja, impacta na falta de liberdade para a autoridade administrativa".

A alternativa, tal como escrita, está incorreta, visto que a licitação é um procedimento administrativo complexo com diversos atos administrativos, tanto vinculados quanto discricionários.

Destarte, enquanto um órgão público ou entidade administrativa elabora o termo de referência, ele possui discricionariedade para escolher se contratará sob regime de execução indireta de empreitada por preço global ou por preços unitários, definir os itens de que necessita, elaborar a planilha de custos e de formação de preços que, como anexos do edital, detalharão os elementos que influenciam no custo operacional a ser considerado pelas propostas dos licitantes.

Além disso, dentro das hipóteses legais de licitação dispensável, previstas no artigo 24 da Lei 8666/93, a administração pode optar pela licitação ou realizar a contratação direta através da dispensa.

Outra hipótese de ato discricionário é a faculdade conferida pelo artigo 43, § 3º, à Comissão de Licitação para realizar diligências a fim de complementar a instrução do processo licitatório.

Portanto, resta claro que os atos praticados na licitação não são unicamente vinculados, já que a própria lei prevê diversos atos discricionários, conferindo margem de escolha à administração, razão pela qual a afirmativa A está incorreta.

Quanto a alternativa B, a sua redação é a seguinte: "O administrador público não pode, mediante ato administrativo, conceder direitos, estabelecer obrigações ou impor proibições aos cidadãos."

Tal alternativa também não poderia estar mais equivocada.

Na definição do professor José Cretella Junior, o ato administrativo é "a manifestação de vontade do Estado, por seus representantes, no exercício regular de suas funções, ou por qualquer pessoa que detenha, nas mãos, fração de poder reconhecido pelo Estado, que tem por finalidade imediata criar, reconhecer, modificar, resguardar ou extinguir situações jurídicas subjetivas, em matéria administrativa".

Assim, equivoca-se a alternativa, visto que o ato administrativo, pela própria definição, existe justamente para veicular concessões de direitos, fixação de obrigações ou imposição de proibições decorrentes do poder de polícia.

Basta recorrer a exemplos cotidianos de atos administrativos para chegar a mesma conclusão: um alvará de funcionamento, no qual a prefeitura municipal concede ao empresário o direito de realizar a atividade empresarial em um determinado local; uma interdição de um estabelecimento comercial expedida pela vigilância sanitária impondo ao empresário a proibição de funcionamento da empresa; até mesmo um lançamento tributário, ato no qual o fisco estabelece ao sujeito passivo a obrigação de pagar o tributo.

Assim, também está errada a alternativa B.

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Oficial Administrativo**

**Número da questão: 18**

Por outro lado, alternativa D considerada correta pela banca, discorre sobre matéria não exigida no edital, senão vejamos:

A referida alternativa possui a seguinte redação "A criação de um novo tributo não dependerá de lei.". Nota-se portanto que a questão trata do princípio da legalidade tributária fixado no artigo 150, I, da Constituição Federal, e assim, dispõe sobre tópico cobrado na matéria de direito tributário, a qual não foi exigida no edital.

Por todos estes motivos, é que serve o presente recurso a fim de que seja anulada a questão 18.

**Resposta aos Recursos**

A alternativa "a" está correta pois a lei define as condições de atuação dos Agentes Administrativos.

Portanto, a alternativa incorreta é a letra "D".

Questão mantida.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 20**

Inscrição: **209089** Data do Envio: **27/06/22 18:11**

O I á

Coloquei como resposta correta a letra B. Levando em conta a atualização feita em 2018. Memorando e Memorando Circular são extintos e no lugar destes, passam a ser utilizados o Ofício e o Ofício Circular, conforme a terceira edição do Manual, elaborada pela Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, foi aprovada pela Portaria nº 1.369, de 27 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 28 de dezembro de 2018.

Inscrição: **202874** Data do Envio: **27/06/22 19:32**

Senhores examinadores, a questão 20 teve como gabarito provisório a alternativa A, porém, há de se observar que a terceira edição do Manual de Redação da Presidência da República traz a seguinte definição: "O padrão ofício. Até a segunda edição deste Manual, havia três tipos de expedientes que se diferenciavam antes pela finalidade do que pela forma: o ofício, o aviso e o memorando. Com o objetivo de uniformizá-los, deve-se adotar nomenclatura e diagramação únicas, que sigam o que chamamos de padrão ofício. A distinção básica anterior entre os três era: a) aviso: era expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia; b) ofício: era expedido para e pelas demais autoridades; e c) memorando: era expedido entre unidades administrativas de um mesmo órgão. Atenção: Nesta nova edição ficou abolida aquela distinção e passou-se a utilizar o termo ofício nas três hipóteses."

<http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>

Como indicado na versão atualizada do manual, o correto é ofício, utilizado nas três hipóteses. Assim, solicito a essa renomada banca a mudança de gabarito provisório de A para o gabarito definitivo B.

Inscrição: **204241** Data do Envio: **27/06/22 19:29**

De acordo com a 3ª Edição do Manual de Redação da Presidência da República, publicado no ano de 2018, onde consta a seguinte explicação e alteração:

"Até a segunda edição deste Manual, havia três tipos de expedientes que se diferenciavam antes pela finalidade do que pela forma: o ofício, o aviso e o memorando. Com o objetivo de uniformizá-los, deve-se adotar nomenclatura e diagramação únicas, que sigam o que chamamos de padrão ofício. A distinção básica anterior entre os três era: a) aviso: era expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia; b) ofício: era expedido para e pelas demais autoridades; e c) memorando: era expedido entre unidades administrativas de um mesmo órgão. Atenção: Nesta nova edição ficou abolida aquela distinção e passou-se a utilizar o termo ofício nas três hipóteses" (BRASIL, 2018, p. 27).

Deste modo, a questão nº 20 pode ser considerada correta no que se refere a "ofício", visto que tal alteração no Manual corresponde a legislação vigente utilizada em órgãos federais, estaduais e municipais.

R e f e r ê n c i a :

Brasil. Presidência da República. Casa Civil Manual de redação da Presidência da República / Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos ; coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.]. – 3. ed., rev., atual. e ampl. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-re>

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Oficial Administrativo**

**Número da questão: 20**

dacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf.

Inscrição: **200730** Data do Envio: **27/06/22 20:17**

Discordância do gabarito. O novo manual de redação oficial em sua terceira edição 2018 na pagina 27 diz: "Até a segunda edição deste Manual, havia três tipos de expedientes que se diferenciavam antes pela finalidade do que pela forma: o ofício, o aviso e o memorando. Com o objetivo de uniformizá-los, deve-se adotar nomenclatura e diagramação únicas, que sigam o que chamamos de padrão ofício." extinguindo assim o aviso e o memorando e tornando tudo padrão ofício. "Atenção: nesta nova edição ficou abolida aquela distinção e passou-se a utilizar o termo ofício nas três hipóteses."

Inscrição: **211696** Data do Envio: **28/06/22 0:47**

Venho cordialmente informar que de acordo com o Manual de redação da presidência da república 3 a edição, revista, atualizada e ampliada de 2018, na pagina 27 consta:Nesta nova edição ficou abolida as distinções e passou-se a utilizar o termo ofício nas três

hipóteses, aviso, ofício e memorando, com objetivo de uniformizá-los. Diante disso, solicito a mudança de gabarito, entendendo como correta a alternativa B e não a C como foi posto no gabarito preliminar.

Inscrição: **201303** Data do Envio: **28/06/22 8:04**

Em análise ao gabarito preliminar publicado pela banca na data de 27/06/2022, observa-se que a questão 20 teve como gabarito provisório a alternativa A, entretanto, há de se salientar que conforme a terceira edição do Manual de Redação da Presidência da República traz a seguinte definição: "O padrão ofício. Até a segunda edição deste Manual, havia três tipos de expedientes que se diferenciavam antes pela finalidade do que pela forma: o ofício, o aviso e o memorando. Com o objetivo de uniformizá-los, deve-se adotar nomenclatura e diagramação únicas, que sigam o que chamamos de padrão ofício. A distinção básica anterior entre os três era: a) aviso: era expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia; b) ofício: era expedido para e pelas demais autoridades; e c) memorando: era expedido entre unidades administrativas de um mesmo órgão. Atenção: Nesta nova edição ficou abolida aquela distinção e passou-se a utilizar o termo ofício nas três hipóteses."

Conforme é possível atestar pelo link seguinte

<http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>

Como indicado na versão atualizada do manual, o correto é ofício, utilizado nas três hipóteses. Assim, solicito a essa renomada banca a mudança de gabarito provisório de A para o gabarito definitivo B.

Inscrição: **210301** Data do Envio: **28/06/22 8:35**

O gabarito provisório considerou como alternativa correta da questão número 20 a letra A.

De acordo com o Manual de Redação Oficial da Presidência da República disponível em

<http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica>, última edição, título 5, a forma de comunicação oficial memorando não é mais utilizada, ou seja, conforme descrito no próprio manual, ficou abolida a distinção entre as formas aviso, ofício e memorando e passou-se a utilizar o termo ofício nas três hipóteses. Por isso, atualmente é utilizada a forma de comunicação denominada padrão ofício com as variações: ofício circular, ofício conjunto ou ofício conjunto circular conforme descrito no título 6.0 e 6.1 do manual.

Por isso, solicito alteração do gabarito da questão para letra B.

Inscrição: **207656** Data do Envio: **28/06/22 9:21**

Na questão 20 temos como gabarito a alternativa A) Memorando. Porém, segundo o Manual de Redação da Presidência da República 3 edição revista e atualizada nos diz em seu capítulo 2, ponto 5, que o Memorando foi extinto. Segue abaixo o trecho do MRPR que nos deixa claro sua extinção:

-Até a segunda edição deste Manual, havia três tipos de expedientes que se diferenciavam antes pela finalidade do que pela forma: o ofício, o aviso e o memorando. Com o objetivo de uniformizá-los, deve-se adotar nomenclatura e diagramação únicas, que sigam o que chamamos de padrão ofício.

A distinção básica anterior entre os três era:

a) aviso: era expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia;

b) ofício: era expedido para e pelas demais autoridades; e

c) memorando: era expedido entre unidades administrativas de um mesmo órgão.

Atenção:Nesta nova edição ficou abolida aquela distinção e passou-se a utilizar o termo ofício nas três hipóteses.

Diante do exposto, não resta dúvidas que a alternativa correta é a letra B) Ofício. Visto a extinção do termo memorando.

Inscrição: **212086** Data do Envio: **28/06/22 11:09**

Segundo o Manual de Redação Oficial da Presidência da República, na terceira e última edição, no item 5: "Até a segunda edição deste Manual, havia três tipos de expedientes que se diferenciavam antes pela finalidade do que pela forma: o ofício, o aviso e o memorando. Com o objetivo de uniformizá-los, deve-se adotar nomenclatura e diagramação únicas, que sigam o

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Oficial Administrativo**

**Número da questão: 20**

que chamamos de padrão ofício". Dessa forma, a resposta correta da questão deve ser a alternativa B e não a alternativa A como foi considerado no gabarito provisório.

Inscrição: **209012** Data do Envio: **29/06/22 9:52**

A terceira edição do Manual de Redação elaborado pela Casa Civil, aprovado pela portaria nº 1.369 de 27 de dezembro de 2018, traz diversas modificações no âmbito da comunicação escrita de órgãos federais, estaduais e municipais. A principal mudança diz respeito à extinção dos formatos de memorando e aviso, e a implantação do chamado "padrão ofício" como documento oficial único. Portanto a questão de número 20 pede-se a alteração para a alternativa B, ou a sua anulação.

Inscrição: **201913** Data do Envio: **29/06/22 16:40**

Solicito alteração do gabarito da questão número 20, pois conforme nova redação o uso do memorando foi abolido; "A terceira edição do Manual de Redação elaborado pela Casa Civil, aprovado pela portaria nº 1.369 de 27 de dezembro de 2018, traz diversas modificações no âmbito da comunicação escrita de órgãos federais, estaduais e municipais. A principal mudança diz respeito à extinção dos formatos de memorando e aviso, e a implantação do chamado "padrão ofício" como documento oficial único."

**Resposta aos Recursos**

Conforme o Manual de Redação Oficial da Presidência da República, a resposta correta da questão 20 seria a letra "B" portanto, será alterado o gabarito.

Decisão da Banca: **Alterar Questão para B**

**Número da questão: 21**

Inscrição: **211696** Data do Envio: **28/06/22 1:12**

Venho cordialmente informar que de acordo com o Manual de redação da presidência da república 3 a edição, revista, atualizada e ampliada de 2018, na pagina 27 e 28 consta:a definição e as características de um ofício, entende-se que tanto a alternativa C e D , podem está incorreta, uma afirma que o ofício apresenta numeração decrescente e a outra diz que ele costuma exigir resposta, isso passa o sentido de ordem,imposição, porem o ofício precisa ser impessoal, claro e objetivo, com intuito de informa, comunicar, e não de exigir algo. E, também, coloca como sendo um ato externo. Mas, o ofício também é uma ato tanto interno como externo de comunicação oficial. Diante disso, solicito anulação da questão.

Inscrição: **204254** Data do Envio: **29/06/22 10:10**

A questão de numero 21 da prova de oficial administrativo é para marcar a alternativa incorreta sobre ofício, e na alternativa de letra B fala sobre solicitação e reivindicação a administração publica, o que da a entender que esta se tratando de requerimento e não ofício.

Inscrição: **201913** Data do Envio: **29/06/22 16:55**

Solicito revisão da questão número 21, pois conforme prevê a nova redação do Manual de Redação da Presidência da República, e abolição do memorando, que seria teoricamente um ato somente interno, o ofício tem como característica ser uma correspondência tanto externa como interna.

**Resposta aos Recursos**

A questão 21 pergunta qual é a alternativa incorreta e a resposta é a letra "C" pois os ofícios costumam contar com uma numeração contínua e crescente.

Questão mantida.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 23**

Inscrição: **208762** Data do Envio: **29/06/22 11:08**

Conforme o manual GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVÍSTICA, edição e-Tec Brasil/INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ, Curitiba 2010, de autoria de Zélia Freiburger - na página 160, são citados os métodos de arquivamento de acordo com a normatização nacional, sendo eles:

- Métodos Básicos: Alfabético, Geográfico, Numérico e Ideográfico.
- Métodos Padronizados: Variadex, Automático, Soundex, Mnemônico e Rôneo.

Como pode ser analisado, não há a Classificação "Método Eletrônico" (alternativa B) para os métodos formalmente adotados no Brasil, entretanto, consta a Classificação Método Alfabético. É importante frisar que o arquivamento em formato eletrônico refere-se ao suporte



**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Oficial Administrativo**

**Número da questão: 23**

e m p r e g a d o .

E, também, para a organização de arquivos com base nos locais de origem, é possível a utilização de ordem alfabética. Segundo o Manual mencionado, em sua página 197, consta: "Os documentos podem ser classificados e organizados por a s s u n t o s , nomes de pessoas, instituições, datas, lugares, em ordem numérica ou uma combinação de todos os itens."

Diante do exposto, a alternativa "A" não está errada em relação ao enunciado.

Assim, solicito que a questão 23, em que assinalei a alternativa "A", seja considerada como acerto.

**Resposta aos Recursos**

A questão pergunta qual a alternativa verdadeira que representa uma técnica de arquivamento. A resposta correta é somente a "b" - Método Eletrônico: digitalização dos documentos

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 24**

Inscrição: **206347** Data do Envio: **27/06/22 17:27**

A questão requer que o candidato assinale a alternativa incorreta sobre correio eletrônico. Ocorre que dentre as alternativas há mais de uma opção incorreta, conforme segue:

A alternativa "A" dispõe que correio eletrônico "é um serviço gratuito, em que é possível incluir fotografias ou arquivos de TODO TIPO nas mensagens".

Contudo, como é cediço, não é permitido incluir arquivos executáveis, que possuem a extensão "exe.". O Gmail, por exemplo, bloqueia automaticamente esse tipo de arquivo os devolve ao remetente original.

Portanto a alternativa "A" é incorreta, vez que erroneamente tratou de generalizar que TODO TIPO de arquivo é permitido enviar através do correio eletrônico e tomou tal alternativa como correta.

A fim de elucidar, realizei testes através do correio eletrônico e, conforme já apontado alhures, não foi possível incluir arquivos executáveis (.exe) nas mensagens, sendo que o próprio correio eletrônico bloqueio o arquivo e informa:

"Bloqueado por razões de segurança"

O correio eletrônico ainda esclarece que não é todos os arquivos que são permitido incluir, no caso, os TODOS OS ARQUIVOS EXECUTÁVEIS, conforme segue:

"O Gmail bloqueia as mensagens que podem conter vírus, como as que têm arquivos executáveis ou determinados links."

E mais, para fundamentar o presente recurso, seguem diversas fontes que o respaldam:

"Os arquivos executáveis não podem ser enviados por email apenas anexando-os. Você pode estar sabendo disso. Alguns truques antigos, como alterar a extensão do arquivo para .jpg de .exe, enviá-lo para uma pasta ZIP ou adicionar uma extensão aleatória, não funcionarão." (grifei)

Fonte: <https://www.remsoftware.com/info/pt/enviar-arquivos-executaveis-por-email/>

"A maioria dos provedores de e-mail, incluindo o Gmail, não permite que você envie arquivos executáveis ou ".exe"." (grifei)

Fonte: <https://computador.wiki/envio-de-arquivos-exe-no-gmail/>

"Você deve ter percebido que não pode simplesmente enviar arquivos executáveis anexando-os aos seus e-mails. Algumas táticas antigas, como alterar a extensão do arquivo para .jpg, ou jogar o arquivo em uma pasta zip e enviá-lo, ou adicionar uma extensão de arquivo aleatória e inexistente ao arquivo, também não funcionarão."

Fonte: <https://www.routech.ro/pt-br/como-enviar-arquivos-executaveis-%E2%80%8B%E2%80%8Bpor-e-mail/>

Ainda, há diversos sites que ensinam a "burlar" esse impedimento, conforme se pode verificar acessando os endereços que constam no fim deste arquivo, no entanto são métodos alternativos, que alteram a natureza do arquivo e não são permitidos de maneira alguma pelos correios eletrônicos comumente utilizados pelos usuários.



**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Oficial Administrativo**

**Número da questão: 24**

Por analogia, podemos verificar uma questão semelhante encontrada no site Qconcursos, no entanto, diferentemente da alternativa "A" da QUESTÃO 24, o enunciado formulado pelo site corretamente menciona que correio eletrônico "normalmente é um serviço gratuito e é possível incluir arquivos anexos nas mensagens", não se utiliza do termo TODO TIPO, pois estaria incorreta.

Fonte: <https://www.qconcursos.com/questoes-de-concursos/questoes/f96048d2-14>

Assim, verifica-se que o problema da alternativa "A" foi utilizar o termo "todo tipo", o que é um evidente equívoco, uma vez que é notório que não é possível incluir arquivos executáveis nas mensagens enviadas através do correio eletrônico.

A alternativa somente estaria correta caso apontasse a exceção dos arquivos executáveis ou ainda suprimisse o "todo tipo".

Desta feita, por apresentar duas possíveis respostas corretas, a questão número 24, da prova aplicada ao cargo de Oficial Administrativo I, merece ser anulada pela banca examinadora designada pela Unioeste/COGEPS, vez que apresenta um evidente equívoco na sua formulação.

**F O N T E S :**

<https://www.remsoftware.com/info/pt/enviar-arquivos-executaveis-por-email/>

<https://computador.wiki/envio-de-arquivos-exe-no-gmail/>

<https://www.routech.ro/pt-br/como-enviar-arquivos-executaveis-%E2%80%8B%E2%80%8Bpor-e-mail/>

<https://daemoniylabs.wordpress.com/2011/07/13/anexar-e-enviar-executaveis-pelo-gmail/>

<https://daemoniylabs.wordpress.com/2011/07/13/anexar-e-enviar-executaveis-pelo-gmail/>

[https://www.youtube.com/watch?v=2K6Jk-iM6kM&ab\\_channel=AvoidErrors](https://www.youtube.com/watch?v=2K6Jk-iM6kM&ab_channel=AvoidErrors)

**Inscrição: 204945**      **Data do Envio: 27/06/22 18:30**

Venho através deste recurso, requerer que a alternativa C da questão número 24 do cargo de oficial administrativo seja **r e v i s a d a**.

A alternativa C induz o candidato ao erro, pelo fato de apresentar um exemplo de correio eletrônico e finalizar a sentença com o ponto final ".".

Desta forma, como está na prova nome\_do\_usuario@servico.sufixo. faz o candidato ter margem de interpretação ao finalizar a alternativa com ponto final, pois grande parte dos e-mails no brasil são finalizados com Br no final. Exemplificando: **j e a n @ u o l . c o m . b r**

Acredito que a alternativa C deveria ter exemplificado o correio eletrônico ao candidato entre aspas ou até mesmo entre parênteses, facilitando sua interpretação e não induziria o candidato ao erro.

Exemplificando: "nome\_do\_usuario@servico.sufixo" ou até mesmo (nome\_do\_usuario@servico.sufixo)

Reitero, para que a banca revise essa questão referente a alternativa C, usando os critérios necessários para ser anulada.

**Inscrição: 208575**      **Data do Envio: 27/06/22 20:40**

**RECURSO ADMINISTRATIVO – PEDIDO DE ANULAÇÃO DE QUESTÃO**

**Questão 24.**

A questão 24, apresenta duas alternativas corretas, que são a letra A e a letra D, sendo esta segunda divulgada como correta no gabarito provisório.

Vejamos, a questão traz o seguinte enunciado: "O correio eletrônico ou e-mail é uma ferramenta usada para enviar e receber mensagens de maneira instantânea por meio da internet. Qual afirmativa a seguir não é verdadeira?" Ou seja, a pergunta está pedindo qual alternativa não é verdadeira, e a alternativa A também não é verdadeira, pois ela traz o seguinte: "É um serviço gratuito, em que é possível incluir fotografias ou ARQUIVOS DE TODO TIPO NAS MENSAGENS." Ocorre que no correio eletrônico não se pode incluir arquivos de todo o tipo, não são todos os tipos de arquivo que são suportados em um e-mail.

Observe a seguir a lista das extensões não suportadas e que não tem como incluir nas mensagens dos e-mails: .ade .adp .app .asp .bas .bat .cer .chm .cmd .com .cpl .crt .csh .der .exe .fxp .gadget .hlp .hta .inf .ins .isp .its .js .jse .ksh .lib .lnk .mad .maf .mag .mam .maq .mar .mas .mat .mau .mav .maw .mda .mdb .mde .mdt .mdw .mdz .msc .msh .msh1 .msh2 .mshxml .msh1xml .msh2xml .msi .msp .mst .ops .pcd .pif .plg .prf .prg .rar .reg .scf .scr .sct .shb .shs .sys .ps1 .ps1xml .ps2 .ps2xml .psc1 .psc2 .tmp .url .vb .vbe .vbs .vps .vsmacros .vss .vst .vsw .vxd .ws .wsc .wsf .wsh .xnk .zip. Ainda esses tipos de anexos que não são suportados pelo correio eletrônico pode ser consultado no seguinte site:

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Oficial Administrativo**

**Número da questão: 24**

<https://help.huggy.io/e-mail/e-mail-tipos-de-anexos-n-o-suportados>  
A alternativa "A" ainda não é verdadeira (sendo, portanto, correta, quando a pergunta do enunciado) pois arquivos que tenham capacidade acima de 25 MB não são suportados no e-mail, então, concluímos que não é possível incluir fotografias ou arquivos de todo tipo nas mensagens.

Além do mais o próprio site oficial da Microsoft Office traz a respeito da capacidade dos e-mails, o seguinte: "Fotos e outros tipos de anexos podem variar de tamanho. Muitos sistemas de email, incluindo Gmail, Yahoo e Exchange, limitam o tamanho das mensagens de email que você pode enviar." E complementa "Além de restringir o tamanho das mensagens individuais, alguns sistemas de email colocam um limite no tamanho total da sua caixa de correio." Essas informações podem ser consultadas na integra site oficial da Microsoft Office pelo link a seguir: <https://support.microsoft.com/pt-br/office/reduzir-o-tamanho-de-imagens-e-anexos-em-mensagens-de-email-do-outlook-d0b6b6bf-3b08-4dad-a01c-533719d1c005>

A Microsoft ainda traz o seguinte sobre o limite do e-mail : " Você receberá uma mensagem de erro se tentar anexar arquivos maiores do que o limite máximo de tamanho. Há algumas maneiras de resolver esse limite de tamanho, incluindo usar um serviço de compartilhamento de arquivos ou compactar o arquivo.

O Outlook limita o tamanho dos arquivos que você pode enviar. Esse limite impede que o computador carregue continuamente anexos muito grandes que excedem os limites da maioria dos provedores de serviços da Internet. Para conta de email da Internet. como Outlook.com ou Gmail, o limite de tamanho de arquivo combinado é de 20 megabytes (MB) e para contas Exchange (email comercial), o limite de tamanho de arquivo combinado padrão é de 10 MB." Extraído do site : <https://support.microsoft.com/pt-br/office/enviar-arquivos-grandes-com-o-outlook-8c698842-b462-4a4c-8d53-5c5dd04f77ef> Com isso, ao generalizar que é possível incluir arquivos de todo o tipo nas mensagens está incluído que qualquer arquivo pode ser enviado por e-mail, o que não é verdade porque conforme demonstrado existem extensão que não são suportadas e também arquivos maiores de 25 MB não são suportados pelo e-mail.

Desta forma, requer seja a questão 24 de conhecimentos específicos do cargo de oficial administrativo anulada por apresentar duas alternativas corretas para a questão, que são a alternativa A e D.

Inscrição: **200209** Data do Envio: **27/06/22 21:13**

Prezados, entendo que a questão não possui alternativa correta, sendo que o gabarito provisório trouxe a alternativa A.

Justifico com os seguintes argumentos:

- é sabido que ainda existem serviços de e-mail pagos, principalmente e-mail profissionais ou corporativos.
- Não se pode enviar qualquer arquivo por email, temos um limitante de tamanho entre 25~35 MB, dependendo do servidor.
- Além disso algumas extensões não podem ser enviadas por anexo, como por exemplo: ade, adp, bas, bat, chm, cmd, com, cpl, crt, hlp, hta, inf, ins, isp, jse, lnk, mdb, mde, msc, msi, msp, pcd, reg, scr, sct, shs, vbs, vbe, wsf, wsh e wsc.

Atenciosamente

Inscrição: **207378** Data do Envio: **28/06/22 0:13**

Com relação a afirmativa não verdadeira, considero um equívoco garantir que a letra C é verdadeira, pois nem todo endereço eletrônico necessariamente tem que ser nome\_do\_usuario, pois pode ser tudo junto, como com outro símbolo entre eles. A alternativa ficou confusa, pois leva em consideração que o símbolo posto na alternativa c é de toda uma obrigação na criação, o que não vem ao caso.

Inscrição: **201303** Data do Envio: **28/06/22 8:05**

A questão 24 teve como gabarito a alternativa D, entretanto é possível verificar que a alternativa A também pode ser usada como resposta, tendo em vista que por questões de segurança, os provedores de e-mails bloqueiam o envio e arquivos com extensão .EXE ou .BAT por exemplo como anexos de e-mails. Assim solicito a anulação da questão por conter duas alternativas como resposta.

Inscrição: **200107** Data do Envio: **28/06/22 9:19**

A alternativa C da questão não é verdadeira, visto que a alternativa afirma que os endereços eletrônicos são compostos da seguinte forma: nome\_do\_usuario@servico.sufico.

Quando na verdade, o endereço pode ser composto de diversas formas e não necessariamente com o nome do usuário.

Inscrição: **209532** Data do Envio: **28/06/22 13:05**

Na referida questão, afirma que o correio eletrônico ou e-mail na alternativa A "É um serviço gratuito, em que é possível incluir fotografias ou arquivos de todo tipo nas mensagens". No entanto não é possível enviar todos os tipos de arquivos pelo email. Segundo a Microsoft e a Google as duas maiores provedoras de email. São aceito diversos arquivos. Ademais segue lista de arquivos impossibilitados de envio pelos dois provedores mais comuns: Tipos de arquivo que não podem ser incluídos como anexos

"Para proteger sua conta, o Gmail não permite que você anexe alguns tipos de arquivo. Para acompanhar a mudança constante de softwares nocivos, o Gmail atualiza frequentemente os tipos de arquivo não permitidos." Estes são os tipos bloqueados pelo Gmail:

Recursos contra o gabarito provisório

**Matéria: Oficial Administrativo**

**Número da questão: 24**

.ade, .adp, .apk, .appx, .appxbundle, .bat, .cab, .chm, .cmd, .com, .cpl, .dll, .dmg, .ex, .ex\_, .exe, .hta, .ins, .isp, .iso, .jar, .js, .jse, .lib, .lnk, .mde, .msc, .msi, .msix, .msixbundle, .msp, .mst, .nsh, .pif, .ps1, .scr, .sct, .shb, .sys, .vb, .vbe, .vbs, .vxd, .wsc, .wsf, .wsh

Esses são os tipos de arquivos não suportados pelo Outlook:

.ade.adp.app.aplicativo.appref.ms.asp.aspx.asx.bas.bat.bgi.cab.cer.chm.cmd.cnt.com.cpl.crt.csh.der.diagcab.exe.fxp.gadget.grp.hlp.hpj.hta.htc.inf.ins.iso.isp.its.jar.jnlp.js.jse.ksh.lnk.mad.maf.mag.mam.maq.mar.mas.mat.mau.mav.maw.mcf.mda.mdb.mde.mdt.mdw.mdz.msc.msh.msh1.msh2.mshxml.msh1xml.msh2xml.msi.msp.mst.msu.ops.osd.pcd.pif.pl.plg.prf.prg.printerexport.ps1.ps1xml.ps2.ps2xml.psc1.psc2.psd1.psdm1.pst.py.pyc.pyo.pyw.pyz.pyzw.reg.scf.scr.sct.shb.shs.theme.tmp.url.vb.vbe.vbp.vbs.vhd.vhd.vsmacros.vsw.webpnp.website.wsf.wsh.xba.xml.xmlnk

Em virtude dos fatos mencionados a alternativa "A" também está incorreta levando-se a ter duas afirmativas incorretas na questão citada.

Inscrição: **210585**

Data do Envio: **29/06/22 9:55**

Na alternativa A diz "é possível incluir arquivos de todo tipo nas mensagens". Não é todo tipo de arquivo que pode ser enviado por e-mail, existe um limite de tamanho e caso passe, terá que ser um arquivo Zip ou por Google Drive.

Inscrição: **200249**

Data do Envio: **29/06/22 14:50**

Prezados,

Conforme apresentado na questão 24:

24.O correio eletrônico ou e-mail é uma ferramenta usada para enviar e receber mensagens de maneira instantânea por meio da internet. Qual afirmativa a seguir não é verdadeira?

- A) É um serviço gratuito, em que é possível incluir fotografias ou arquivos de todo tipo nas mensagens.
- B) Entre os serviços permitidos no correio eletrônico, estão: anexar arquivos, responder mensagens e reenviá-las.
- C) Os endereços de correio eletrônico são compostos da seguinte forma: nome\_do\_usuario@servico.sufixo.
- D) Apesar de ter sido inventado antes do telefone, só se popularizou em 1976, quando foi lançado o aparelho de fax operado em linha telefônica. O correio eletrônico é anterior ao surgimento da internet.

A banca concluiu ser a resposta correta a letra D, porém se analisarmos a resposta da letra A não verificamos especificar em qual tipo de serviço seja ele Gmail, Hotmail, Yahoo ou até mesmo Outlook é possível incluir fotografias ou "Arquivos de todo tipo nas mensagens".

Procurando mais sobre a questão de incluir arquivos de todos os tipos pegamos por exemplo o Gmail:

"Tipos de arquivo que não podem ser incluídos como anexos

Para proteger sua conta, o Gmail não permite que você anexe alguns tipos de arquivo. Para acompanhar a mudança constante de softwares nocivos, o Gmail atualiza frequentemente os tipos de arquivo não permitidos.

Estes são os tipos bloqueados pelo Gmail:

.ade, .adp, .apk, .appx, .appxbundle, .bat, .cab, .chm, .cmd, .com, .cpl, .dll, .dmg, .ex, .ex\_, .exe, .hta, .ins, .isp, .iso, .jar, .js, .jse, .lib, .lnk, .mde, .msc, .msi, .msix, .msixbundle, .msp, .mst, .nsh, .pif, .ps1, .scr, .sct, .shb, .sys, .vb, .vbe, .vbs, .vxd, .wsc, .wsf, .wsh

Dica: se você tiver certeza de que o arquivo é seguro, peça para o remetente fazer upload do item para o Google Drive. Em seguida, envie-o como um anexo do Drive."

Este padrão do Gmail que descreve os tipos bloqueados de anexos, está explícito no link do suporte: <https://support.google.com/mail/answer/6590?hl=pt-BR#zippy=%2Cmensagens-com-anexos>

Analisando assim de que o sistema não aceita estes arquivos, e em outra visão ele não deve ser burlado, apesar de muitos utilizarem destas formas para conseguirem anexar.

Requerendo assim conforme Recurso uma análise e revisão da Questão acima mencionada por motivos de haver um Padrão pelos próprios serviços de e-mail que não deveria ser burlado.

At. te.

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Oficial Administrativo**

**Número da questão: 24**

**Resposta aos Recursos**

os recursos procedem

Decisão da Banca: **Questão Invalidada**

**Número da questão: 27**

Inscrição: **205508** Data do Envio: **28/06/22 10:56**

A segunda questão em discussão é a Questão de nº 27, da prova de Oficial Administrativo.

A questão acima exposta versa acerca da forma de utilização do pronome de tratamento na redação oficial.

O gabarito preliminar trás como resposta correta a letra “C - Nas comunicações oficiais, o vocativo será sempre seguido de vírgula.” Deve-se observar que na alternativa mencionada trás em seu texto a palavra SEMPRE, desse modo, a afirmação trás que em nem um momento poderá ser utilizado uma pontuação diferente da vírgula após o vocativo.

No entanto a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo emitiu um documento que versa sobre a Redação Oficial, no qual contem o seguinte entendimento: "o vocativo, que invoca o destinatário, seguido de vírgula." Conforme documento que pode ser encontrado no site: <https://www.al.sp.gov.br/StaticFile/ilp/texto%20-%20aula%20redacao%20oficial.htm>

Desse modo, a opção que o gabarito trás como correta, está errada, uma vez que a mesma trás mais do que realmente deveria, a utilização da palavra SEMPRE na alternativa estaria vedando a utilização de outra pontuação.

O Instituto Euclides da Cunha por meio do documento NÃO TROPECE NA LÍNGUA nº 232, publicado em seu site as possibilidades do uso do vocativo em Ofícios. Conforme documento que pode ser encontrado no site: <https://www.linguabrasil.com.br/nao-tropece-detail.php?id=821>

Frente ao exposto, fica demonstrado que há a possibilidade de utilizar-se o vocativo ou outra pontuação ou até mesmo sem pontuação, ficando assim a assertiva trazida pelo gabarito errada, uma vez que ao empregar a palavra SEMPRE no assertiva, restringe o uso apenas da vírgula apos o vocativo.

Sendo assim, a questão em discussão não possui alternativa correta, uma vez que alternativa trazida pelo gabarito como correta encontra-se equivocada, e as demais alternativas estão incorretas.

**Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. CONCURSO PÚBLICO. MANDADO DE SEGURANÇA. INGRESSO NOS QUADROS DA BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL NO POSTO DE CAPITÃO QOEM – POLÍCIA OSTENSIVA - CARREIRA DE NÍVEL SUPERIOR (EDITAL DA/DRESA Nº CSPM 01-2018). QUESTÃO Nº 63. DUPLICIDADE DE RESPOSTAS. ANULAÇÃO. 1. O direito líquido e certo é aquele que se mostra inequívoco, sem necessidade de dilação probatória, exigindo-se para sua configuração a comprovação dos pressupostos fáticos adequados à regra jurídica. 2. O ponto central da polêmica em relação aos concursos públicos reside na abrangência do controle jurisdicional sobre as provas do concurso realizado pela Administração Pública, considerando especialmente o artigo 2º da Constituição Federal que estabelece a independência e harmonia entre os poderes. 3. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal adota atualmente o entendimento segundo o qual o controle deve ser exercido com restrição, primando pelo exame de questões relacionadas à legalidade, sendo vedado substituir a banca examinadora para avaliar as respostas dadas pelos candidatos e notas a elas atribuídas, excepcionalmente admitindo-se controlar o juízo de compatibilidade do conteúdo das questões do concurso com o edital, conforme julgamento do RE 632853/CE, rel. Min. Gilmar Mendes, datado de 23.04.2015, com repercussão geral. 4. A questão nº 63 do Concurso Público possui duplicidade de respostas, estando presente o erro grosseiro da Banca a justificar a anulação da questão pelo Poder Judiciário. 5. No mandado de segurança, a responsabilidade pelo reembolso das custas processuais despendidas pelo impetrante é da pessoa jurídica de direito público a que se vincula a autoridade coatora. Precedentes do TJ/RS. Apelo provido no ponto. 5. A sentença que concedeu a segurança, caso dos autos, está sujeita à remessa necessária por força de previsão legal expressa no § 1º do artigo 14 da Lei nº 12.016, de 07 de agosto de 2009, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. SENTENÇA MANTIDA EM REMESSA NECESSÁRIA.**

(Apelação Cível, Nº 70085307718, Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leonel Pires Ohlweiler, Julgado em: 17-08-2021)

[https://www.tjrs.jus.br/novo/buscas-solr/?aba=jurisprudencia&q=&conteudo\\_busca=ementa\\_completa](https://www.tjrs.jus.br/novo/buscas-solr/?aba=jurisprudencia&q=&conteudo_busca=ementa_completa)

Deste modo, requer-se a anulação da presente questão.



**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Oficial Administrativo**

**Número da questão: 27**

**Inscrição: 202885**

**Data do Envio: 28/06/22 15:28**

O gabarito preliminar traz como resposta correta a letra “C - Nas comunicações oficiais, o vocativo será sempre seguido de vírgula.” Deve-se observar que na alternativa mencionada traz em seu texto a palavra SEMPRE, desse modo, a alternativa afirma que em nenhum momento poderá ser utilizado uma pontuação diferente da vírgula após o vocativo. No entanto a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo emitiu um documento que versa sobre a Redação Oficial, podendo ser verificada no link: <https://www.al.sp.gov.br/StaticFile/Ip/texto%20-%20aula%20redacao%20oficial.htm> no qual contém o seguinte entendimento: "o vocativo, que invoca o destinatário, seguido de vírgula." Desse modo, a opção que o gabarito traz como correta, está incorreta, uma vez que a mesma traz a mais do que realmente deveria, a utilização da palavra SEMPRE na alternativa estaria vedando a utilização de outra pontuação, tendo em vista que em nenhum fragmento do documento é mencionado uso exclusivo de uma única pontuação. O Instituto Euclides da Cunha por meio do documento NÃO TROPECE NA LÍNGUA nº 232, publicado em seu site as possibilidades do uso do vocativo em Ofícios, podendo ser verificado no link: <https://www.linguabrasil.com.br/nao-tropece-detail.php?id=821> onde diz: “Há três possibilidades de uso do vocativo em ofícios e cartas comerciais no aspecto da pontuação: Prezado Senhor, [com vírgula], Prezado Senhor: [com dois pontos], Prezado Senhor [sem nada, versão moderna, mais limpa e econômica]”. Frente ao exposto, fica demonstrado que há a possibilidade de utilizar-se o vocativo ou outra pontuação ou até mesmo sem pontuação, ficando assim a assertiva trazida pelo gabarito, incorreta.

**Inscrição: 200610**

**Data do Envio: 28/06/22 14:52**

O gabarito preliminar traz como resposta correta a letra “C - Nas comunicações oficiais, o vocativo será sempre seguido de vírgula.” Deve-se observar que na alternativa mencionada traz em seu texto a palavra SEMPRE, desse modo, a alternativa afirma que em nem um momento poderá ser utilizado uma pontuação diferente da vírgula após o vocativo. No entanto, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo emitiu um documento que versa sobre a Redação Oficial, podendo ser verificada no link: <https://www.al.sp.gov.br/StaticFile/Ip/texto%20-%20aula%20redacao%20oficial.htm> no qual contém o seguinte entendimento: "o vocativo, que invoca o destinatário, seguido de vírgula." Desse modo, a opção que o gabarito traz como correta, está incorreta, uma vez que a mesma traz a mais do que realmente deveria, a utilização da palavra SEMPRE na alternativa estaria vedando a utilização de outra pontuação, tendo em vista que em nenhum fragmento do documento é mencionado uso exclusivo de uma única pontuação. O Instituto Euclides da Cunha por meio do documento NÃO TROPECE NA LÍNGUA nº 232, publicado em seu site as possibilidades do uso do vocativo em Ofícios, podendo ser verificado no link: <https://www.linguabrasil.com.br/nao-tropece-detail.php?id=821> onde diz: “Há três possibilidades de uso do vocativo em ofícios e cartas comerciais no aspecto da pontuação: Prezado Senhor, [com vírgula], Prezado Senhor: [com dois pontos], Prezado Senhor [sem nada, versão moderna, mais limpa e econômica]”. Frente ao exposto, fica demonstrado que há a possibilidade de utilizar-se o vocativo ou outra pontuação ou até mesmo sem pontuação, ficando assim a assertiva trazida pelo gabarito, incorreta.

**Inscrição: 206978**

**Data do Envio: 28/06/22 16:28**

**QUESTÃO 27 DA PROVA DE OFICIAL ADMINISTRATIVO**

Tecnicamente, o nome do destinatário de fato faz parte do endereçamento, conforme afirma meio oficial d'Os Correios:

"O nome do destinatário e remetente é o que lhe identifica(...). Essa informação deve constar no ENDEREÇAMENTO após a palavra DESTINATÁRIO(...)" (Guia Técnico, Endereçamento de Correspondências. Correios. P. 5. 2021)

Ou seja, o nome do destinatário deve de fato constar dentro do Endereçamento, que será feito no início do documento, o que faria a alternativa B da questão perfeitamente aceitável.

Proponho, portanto, a anulação da questão 27, por mais de uma resposta correta.

**Inscrição: 200881**

**Data do Envio: 29/06/22 13:00**

Observa-se que na questão 27 a possibilidades de duas alternativas certas, tendo em vista o questionamento que induz para a letra B pois não diz em que parte documento seria usado para o endereçamento. Exemplo

Há dois momentos em que é necessário utilizar os pronomes de tratamento nos documentos oficiais:

1– No endereçamento: é o pronome utilizado para endereçar os envelopes que contêm a correspondência oficial, sendo também inserido na parte destinada ao endereçamento no corpo do documento, onde é informado o destinatário da comunicação.

Por exemplo, ao enviar um documento a um Ministro de Estado, é necessário colocar no campo do endereçamento: “A Sua Excelência o Senhor”.

2 – No corpo do texto: utilizado no início para se referir ao destinatário dentro do texto, podendo ser utilizado de forma



**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Oficial Administrativo**

**Número da questão: 27**

abreviada ou não.

Peço deferimento e retificação para a letra B tendo em vista que no gabarito preliminar está a letra C.

Inscrição: **209385** Data do Envio: **29/06/22 15:59**

Na questão 27 a alternativa C, está incorreta, porque não se usa vírgula depois do vocativo. A alternativa correta é a B.

Inscrição: **209012** Data do Envio: **29/06/22 16:29**

Esta questão pedimos sua análise quanto do emprego do vocativo, bem como a sua alteração ou anulação, pois com o decreto número 9.758 de 2019 mudou a forma de tratamento entre os agentes públicos.

Inscrição: **204145** Data do Envio: **29/06/22 16:56**

A alternativa "A" traz que "o cargo ocupado por pessoa do sexo feminino não deve ser flexionado no gênero feminino", porém, essa afirmação gera dúvida, pois, tomando como exemplo o cargo de "Presidente da República", o mesmo pode ou não ser flexionado quando ocupado por pessoa do sexo feminino, podendo ser "a presidente", ou, "a presidenta", não sendo essa flexão obrigatória, de acordo com a Academia Brasileira de Letras.

**Resposta aos Recursos**

A única alternativa correta é a letra "c" pois o vocativo será sempre seguido de vírgula, conforme Manual de Redação da Presidência da República, 3ª edição.  
Questão mantida.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 28**

Inscrição: **201100** Data do Envio: **27/06/22 20:54**

A alternativa que NÃO significa um ruído na comunicação é a letra D - CORTESIA. Assim como várias questões de outras bancas trazem a CORTESIA como quesito de boa comunicação.

As demais alternativas:

- A) Preconceito
- B) Egocentrismo
- C) Gírias

atrapalham a comunicação, por não trazerem clareza e objetividade, atrapalhando o atendimento de qualidade. O ruído atrapalha diretamente o entendimento da mensagem, por isso é preciso cuidado no uso de de certas palavras, a fim de repassar uma mensagem clara e objetiva. A cortesia nunca atrapalhará nisso, o USO DE GÍRIAS sim.

**Resposta aos Recursos**

A cortesia não significa um ruído na comunicação portanto, a alternativa correta é a letra "d".

Questão mantida.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Matéria: Superior Port.**

**Número da questão: 1**

Inscrição: **201613** Data do Envio: **29/06/22 10:31**

Recurso da Questão 01:

01. Considerando o fragmento de texto apresentado e recorrendo a conhecimentos enciclopédicos, assinale a alternativa CORRETA em relação ao texto integral.

- A. Trata-se de um fragmento de uma reportagem, cujo tema central é o discurso de ódio contra grupos vulnerabilizados, que tem por objetivo definir tal conceito e apresentar aspectos que o caracterizam.
- B. Trata-se de texto acadêmico, publicado em revista científica, que tem por objetivo discutir diferentes perspectivas teóricas sobre o conceito de 'violência'.
- C. Trata-se de um texto acadêmico, cujo objetivo central é apresentar a contribuição da obra de Žižek (2014) na teorização do conceito de 'discurso de ódio'.
- D. Trata-se de um texto científico em que a autora defende, a partir de perspectiva(s) teórica(s), que o discurso de ódio se configura como prática discursiva que exprime violência simbólica.

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Superior Port.**

**Número da questão: 1**

Segundo o Edital 001-2022 (Edital de Abertura), língua portuguesa, nível superior, será exigido a Compreensão e interpretação de texto(s). Logo, o fragmento de texto abordado na questão de número 01 coloca sob análise a assertiva correta em relação ao texto integral.

Sendo assim, em relação ao texto integral, pode-se inferir que o mesmo trata-se de um texto científico de cunho acadêmico, afinal aborda um tema proposto, a partir de diferentes perspectivas, no caso a violência e suas faces e definições. O texto científico antes de tudo é acadêmico. Afinal o fragmento de texto apresentado, tanto pode ser acadêmico como científico, detêm ambas características, afinal foi uma produção textual, uma narrativa escrita que abordou algum conceito ou teoria, com base no conhecimento científico através da linguagem científica.

Assim sendo, as alternativas B. e D. podem ser consideradas corretas: "Trata-se de um texto científico..." e "Trata-se de um texto acadêmico..."; também, apresentam perspectivas teóricas do tema: " objetivo discutir diferentes perspectivas teóricas..." e "...a partir de perspectiva(s) teórica(s),..."; e tratam sobre: "discutir diferentes perspectivas teóricas sobre o conceito de 'violência'." e "...que o discurso de ódio se configura como prática discursiva que exprime violência simbólica."

Além disso questiona-se a apresentação da questão 01:

- A prova inicia da seguinte forma: Considere o fragmento de texto a seguir para as questões 1 a 5: [...]; frisa-se fragmento;
  - A questão 01 coloca "01. Considerando o fragmento de texto apresentado..." frisa-se fragmento;
  - e no final do enunciado da Questão 01 a banca coloca "...em relação ao texto integral." frisa-se integral.
- Não foi dado acesso ao texto integral. A análise integral do texto acadêmico/científico traz os elementos necessários para a ampla análise da questão e tema proposto pela autora do artigo, assim como, para responder a questão 01.

Considerar como corretas as alternativas "B." e "D."

**Resposta aos Recursos**

Em relação ao argumento de que tanto B quanto D estaria correta, observa-se que, embora o texto possa ser denominado tanto 'científico' quanto 'acadêmico', a alternativa B traz uma análise que não é condiz com o conteúdo semântico do no texto-base: "tem por objetivo discutir diferentes perspectivas teóricas sobre o conceito de 'violência'". No texto, nem há menção explícita de que tal discussão se fará a partir de diferentes perspectivas teóricas, não se apresentam perspectivas teóricas divergentes ou diferentes entre si, nem se faz menção indireta a autores ou correntes teóricas que não Slavoj Žižek (2014). Também não é citado, em "Fonte", o título do trabalho completo ou qualquer outro elemento que possa indicar que diferentes perspectivas teóricas sobre o conceito de 'violência' seja acionado pela autora. Nesse sentido, não é possível concluir que tal asseveração é verdadeira a partir do fragmento de texto dado (e o conteúdo deste deveria ser considerado para a análise, conforme estabelecido no enunciado) e das inferências que tal fragmento possibilita. No que tange ao argumento de que o candidato não tem em mãos o texto integral, e, portanto, não teria condições de responder a essa questão, tal análise não procede. Pelo recorte, é possível fazer inferências de que tipo de texto se trata ou a que gênero pertence. Embora o texto não esteja integralmente apresentado, suas características estruturais e funcionais são suficientes, por exemplo, para que o candidato chegue à conclusão de que não se trata de uma reportagem, e sim de um texto acadêmico/científico. Mais especificamente, o candidato que faz a leitura integral do texto dado amparado em conhecimentos enciclopédicos relacionados ao ensino superior, pode chegar à conclusão de que se trata de um artigo científico, se considerar o local de publicação, conforme informado em "Fonte". Tais leituras, que ultrapassam o conteúdo semântico dado ao candidato e exige deste inferências, são não só previsíveis em Edital como também retratam atividade intelectual imprescindível para quem pretende assumir concurso que exige cargo de nível superior. Portanto, o recurso não procede, ficando mantido o gabarito provisório já publicado.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 2**

Inscrição: **212194** Data do Envio: **27/06/22 22:14**

Tanto a afirmativa A (gabarito) quanto a alternativa D estão incorretas.

O trecho "...que emerge quando um universo de sentidos é MODIFICADO VIA LINGUAGEM, ameaçando o estado normal de funcionamento de nossa sociedade." está incorreto, pois em nenhum momento consta que a forma de desvirtuar ou subverter este UNIVERSO DE SENTIDOS é realizada VIA LINGUAGEM. A linguagem, segundo o texto descreve, é sim a via com a qual se impõe esse universo, através do discurso do ódio.

Solicito, portanto, a anulação da questão.

Inscrição: **203515** Data do Envio: **29/06/22 11:18**

A questão 2 solicita que seja marcado a alternativa incorreta e traz como gabarito provisório a letra A. no entanto, a alternativa D também apresenta-se incorreta quando afirma que "a intolerância, discriminação e a hostilização emergem quando um universo de sentidos é modificado via linguagem ameaçando o estado normal de funcionamento da nossa sociedade", sendo portanto tais formas de preconceitos consequência da modificação da linguagem. em contrapartida o texto de apoio mostra que tais formas de preconceito são consequência da ameaça ao estado normal de funcionamento da sociedade e que estas resultam na alteração da linguagem, discordando do exposto na alternativa.

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Superior Port.**

**Número da questão: 2**

tal fato pode ser confirmado no ultimo periodo do quarto paragrafo onde diz " quando essa normalidade nao é observada emerge a intolerancia..."

desta forma sugiro a anulação da questao, visto apresentar duas alternativas incorretas.

**Resposta aos Recursos**

Segundo o texto, o discurso de ódio expõe uma imposição de um certo universo de sentido. "É por isso que desperta a atenção: porque faz emergir a violência por trás do estado normal de coisas e a intolerância com aqueles que desvirtuam/subvertem esse universo de sentidos." Ou seja, o universo de sentido é, nesse caso, modificado via linguagem, desmobilizando um discurso que é naturalizado, o que leva a ações discursivas violentas. Mais à frente, o texto diz: "Quando essa normalidade não é observada emerge a intolerância, a discriminação, a hostilização materializada em discursos de ódio.". Logo, a análise apresentada no item D é semanticamente coerente com o conteúdo do texto, uma vez que diz que "A intolerância, a discriminação e a hostilização são formas de expressão do discurso de ódio, que emerge quando um universo de sentidos é modificado via linguagem, ameaçando o estado normal de funcionamento de nossa sociedade.". Não faz sentido pensar que o estado de coisa se modifica no mundo objetivo para depois se refletir na linguagem. O universo de sentido é sempre construído e reconstruído sempre na e pela linguagem (ou seja, via linguagem).

Logo, o recurso não procede, ficando mantida a questão indicada no gabarito provisório.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 4**

Inscrição: **212194** Data do Envio: **27/06/22 22:20**

Tanto a afirmativa C (gabarito) quanto a alternativa D estão incorretas.

O pronome do caso reto usado no último período do segundo parágrafo é um elemento de coesão que se refere a VIOLÊNCIA OBJETIVA e não a VIOLÊNCIA SISTÊMICA como afirma a questão.

Solicito, portanto, a anulação da questão.

Inscrição: **201613** Data do Envio: **28/06/22 15:21**

A questão de número 4 considera elementos do texto, e solicita a marcação da alternativa incorreta. Sendo assim, o gabarito deveria ser corrigido, uma vez que, a alternativa incorreta é a letra "D". Afinal, segundo os elementos do texto, alternativa "D.": "O pronome do caso reto usado no último período do segundo parágrafo é um elemento de coesão que se refere a "violência sistêmica".

Sendo essa a alternativa incorreta, pois é um elemento de coesão que se refere a "violência objetiva", não sendo portanto, "violência sistêmica".

Segundo os elementos do texto, a violência objetiva se realiza/consiste como violência simbólica ou como violência sistêmica, abrangendo mais de uma conformação.

Alternativa a ser considera no gabarito oficial: Letra "D."

Inscrição: **203515** Data do Envio: **29/06/22 11:21**

A questão 4 apresenta como alternativa incorreta a letra C, no entanto, a alternativa D também apresenta-se incorreta quando diz que "o pronome reto usado no quarto paragrafo refere-se a violencia sistematica" no entanto, ao retornar no texto pode-se inferir que o mesmo refere-se a violencia objetiva.

desta forma sugiro a anulação da questao por apresentar duas alternativas incorretas

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Superior Port.**

**Número da questão: 4**

**Resposta aos Recursos**

Em relação ao argumento de que a alternativa D também estaria incorreta, sendo passível, nesse caso, de figurar como resposta a ser assinalada, observa-se que há no texto um desdobramento, que é feito de forma explícita: no final do primeiro parágrafo, diz-se que a violência objetiva se divide em SIMBÓLICA e SISTÊMICA. Estas são exploradas, cada uma, em um parágrafo. No terceiro, o tema é a violência objetiva simbólica; no segundo – que é o foco da questão –, o tema é a violência objetiva sistêmica, e não a violência objetiva de forma genérica. Chega-se a essa conclusão tanto observando a forma como o texto está estruturado, com a divisão por tópicos e subtópicos, quanto pela própria introdução do segundo parágrafo: “EM SUA FORMA SISTÊMICA, A VIOLÊNCIA OBJETIVA...”. Ou seja, quando o produtor do texto recorre ao pronome reto ELA, não está fazendo referência à violência objetiva de forma genérica, mas exclusivamente ao subtipo “sistêmica”, enunciada no início do parágrafo em questão. Portanto, a análise posta em D está correta. Logo, o recurso não procede, ficando mantida a resposta já indicada no gabarito provisório.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Matéria: Superior C. Gerais**

**Número da questão: 13**

Inscrição: **205551** Data do Envio: **29/06/22 14:23**

O enunciado dessa questão está vago, não é possível saber se está se referindo do ramo industrial do município de São Miguel, do Paraná ou do Brasil, nos dando indicativo de que a questão foi mal elaborada não sendo possível chegar a conclusão de uma resposta correta. Por esse motivo, sugiro a anulação da questão.

**Resposta aos Recursos**

SENDO A PROVA PARA O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, FICA MAIS DO QUE EVIDENTE QUE SE TRATA DO ASPECTO LOCAL, SE FOSSE O CONTRÁRIO AI SIM SE FARIA REFERENCIA AO ESTADO OU PAÍS.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 14**

Inscrição: **208043** Data do Envio: **29/06/22 16:52**

Ao fazer a pesquisa da imagem da bandeira na Internet é possível ver as cores amarelo, branco, verde, azul, vermelho e preto, visto que o preto está presente no contorno da frase da bandeira, e nos galhos das plantas representadas. Não existe a alternativa com todas essas cores, do meu ponto de vista a alternativa que está correta no gabarito está errada, pois falta citar a cor preta.

**Resposta aos Recursos**

recurso não procede as cores citadas pelo candidato não fazem parte da bandeira do município, ele deve ter visto uma figura com contorno

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 15**

Inscrição: **202849** Data do Envio: **27/06/22 18:11**

As bacias hidrográficas de São Miguel do Iguazu são: Iguazu e Paraná.

Como visto abaixo:

<https://guiame.com.br/vida-estilo/turismo/sao-miguel-do-iguacu-pr-busca-preservar-sua-cultura-e-ecossistema.html>

Inscrição: **203006** Data do Envio: **28/06/22 13:50**

Se pudessem ser enviadas fotos, seria mais fácil, mas ao final deixarei alguns links para comprovação.

Vide site educacional “arvoreagua.org”:

“A bacia do prata é a segunda maior bacia hidrográfica do país, com importância histórica, ambiental, comercial, energética e política. Drena uma área maior que 3 milhões de Km<sup>2</sup> (sendo 45% na porção centro-sul do Brasil) e CONTÉM AS BACIAS DOS RIOS PARANÁ, PARAGUAI E URUGUAI.”

Logo, a Bacia do Prata contempla as 3 bacias (Paraná, Paraguai e Uruguai); fotos da Bacia do Prata sempre colocam estes rios, e inclusive o rio Iguazú (braço do rio Paraná).

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Superior C. Gerais**

**Número da questão: 15**

Portanto, tanto a alternativa (b) Paraná quanto a (c) Prata poderiam ser consideradas corretas. Desta forma, a questão tem duas alternativas corretas e solicito-vos anulação da mesma.

<https://cnae.ibge.gov.br/images/pdf/mapas/mappag99.pdf>

Neste link acima, o próprio IBGE (Instituto com a maior autoridade na Geografia Nacional) considera a bacia do Prata e coloca: Paraná, Paraguai e Uruguai como SUB-BACIAS do Prata.

<https://arvoreagua.org/ciclo-hidrologico/bacias-hidrograficas/bacia-platina>

Outro site para conferência do dito.

Ótimo restante de semana!

**Resposta aos Recursos**

A Bacia Hidrográfica da região de São Miguel e o município é composta pela Bacia do Paraná, sendo que o município está envolto pelo Lago Artificial de Itaipu (Fonte: [www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br)).

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 16**

Inscrição: **202064** Data do Envio: **29/06/22 11:39**

Segundo site da prefeitura de São Miguel do Iguaçu, a lei que "dispõe sobre a estrutura organizacional e administrativa da administração direta do município de São Miguel do Iguaçu, e da outras providências" é a Lei nº3038/2018 e não 3039/2018 como coloca na questão.

**Resposta aos Recursos**

A questão informa que se refere a "dispõe sobre a estrutura organizacional e administrativa da administração direta do município de São Miguel do Iguaçu, e dá outras providências"

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 17**

Inscrição: **200329** Data do Envio: **27/06/22 17:49**

Solicito acrescenta como correta a letra A, já que abrange a palavra "servidor" e "servidor ainda que esteja em disponibilidade", "servidor" é o servidor ativo, "servidor em disponibilidade" é aquele que está afastado do cargo por estar extinto ou por ser dispensada sua necessidade. No caso de "servidor (na letra A) ao menciona-lo sozinho leva implícito o caso do servidor ativo, em exercício de suas funções, pelo exposto considero que as letras A e C na questão devem ser consideradas como corretas

**Resposta aos Recursos**

SERIA PRECISO ALTERAR O TEXTO DA IEI, PARA ATENDER A SUA SOLICITAÇÃO.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 20**

Inscrição: **212011** Data do Envio: **27/06/22 17:30**

Candidato: Ricardo Paganin

Cargo: Médico (generalista) - II - I

O enunciado da questão 20 refere-se a Lei 3039/2018, porém essa lei verso sobre: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR FINANCIAMENTO DO PMAT - PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E DA GESTÃO DOS SETORES SOCIAIS BÁSICOS, DO BNDES JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, A OFERECER GARANTIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS." e não ao que está sendo solicitando na questão. Por ter gerado confusão em relação a interpretação da questão, solicito a anulação da mesma.

Inscrição: **200329** Data do Envio: **27/06/22 18:15**

Solicito anulação da questão 20, porque a Lei 3039/2018 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR FINANCIAMENTO DO PMAT - PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E DA GESTÃO



**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Superior C. Gerais**

**Número da questão: 20**

DOS SETORES SOCIAIS BÁSICOS, DO BNDES JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, A OFERECER GARANTIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Se refere a um tema totalmente diferente da questão.

Portanto não correspondem ao solicitado na questão número 20 ao que dispõe sobre a estrutura organizacional e administrativa da administração direta do Município de São Miguel do Iguçu, e das outras providências sobre conhecimentos gerais e legislação, evidenciando um erro de tipo no número da lei correspondente.

Inscrição: **208473** Data do Envio: **27/06/22 22:23**

A questão 20 menciona: Art. 29 da Lei 3039/2018, estando esta incorreta, pois a Lei que dispõe sobre a estrutura organizacional e administrativa direta do município de São Miguel do Iguçu, é a Lei 3038/2018.

<https://www.saomiguel.pr.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/Lei3038-2018.pdf>

Inscrição: **205209** Data do Envio: **28/06/22 8:46**

A questão número 20, de conhecimentos gerais, refere-se ao artigo 29 da lei 3039/2018, que dispõem sobre a estrutura organizacional e administrativa da administração direta do município de São Miguel do Iguçu e da outras providências.

Porém a lei que se trata referente a este assunto é a LEI Nº 3038, DE 16 DE MAIO DE 2018, no artigo 29. Não sendo a 3039/2018.

Inscrição: **200344** Data do Envio: **28/06/22 11:00**

O enunciado da questão trata da Lei 3039/2018 que não existe no município de São Miguel do Iguçu e não está listada no conteúdo programático desse edital. Logo, pede-se anulação da questão por ter um enunciado errado.

Inscrição: **204227** Data do Envio: **29/06/22 9:21**

QUESTAO 20

Houve um erro de digitação no número da LEI 3039/2018 onde se devia ler 3038/2018. Gerando confusão no contexto do enunciado da questão e alternativas, pois a lei primeiramente citada existe no âmbito do município de São Miguel do Iguçu podendo ser acessada pelo portal da Legislação Municipal de São Miguel do Iguçu/PR. Visto que conforme o edital do concurso a lei cobrada deveria ser a lei 3038/2018. O que coloca a questão irregular não podendo ser cobrada segundo o edital do certame. Devendo assim anular a questão.

**Bibliografia**

<https://www.unioeste.br/portal/interno/concurso-externo-realizados-pela-unioeste/758-externos/59301-concurso-publico-sao-miguel-do-iguacu>

<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/s/sao-miguel-do-iguacu/lei-ordinaria/2018/304/3039/lei-ordinaria-n-3039-2018-autoriza-o-poder-executivo-municipal-a-contratar-financiamento-do-pmat-programa-de-modernizacao-da-administracao-tributaria-e-da-gestao-dos-setores-sociais-basicos-do-bndes-junto-a-caixa-economica-federal-a-oferecer-garantias-e-da-outras-providencias?q=lei+3039%2F2018>

Inscrição: **210572** Data do Envio: **29/06/22 9:28**

O enunciado da questão cita a lei com o nº da mesma errado, o correto seria Segundo o art. 29 da Lei 3038/2018 e não da Lei 3039/2018, o que pode gerar dúvidas ao candidato na escolha da questão.

Conforme lei divulgada no site do Município de São Miguel do Iguçu:<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/s/sao-miguel-do-iguacu/lei-ordinaria/2018/304/3038/lei-ordinaria-n-3038-2018-dispoe-sobre-a-estrutura-organizacional-e-administrativa-da-administracao-direta-do-municipio-de-sao-miguel-do-iguacu-e-da-outras-providencias?q=3038>

Inscrição: **202064** Data do Envio: **29/06/22 11:48**

Segundo site da prefeitura de São Miguel do Iguçu, a lei que "dispõe sobre a estrutura organizacional e administrativa da administração direta do município de São Miguel do Iguçu, e da outras providências" é a Lei nº3038/2018 e não 3039/2018 como coloca na questão

**Resposta aos Recursos**

de fato houve um erro na digitação do número da lei 3039 qdo o correto é 3038, mas o enunciado da referida lei está correto "dispõe sobre a estrutura organizacional e administrativa da administração direta do município de São Miguel do Iguçu, e dá outras providências". isso não é motivo pra anulação da questão.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Matéria: Farmacêutico Bioquímico**

**Número da questão: 21**

Inscrição: **201613** Data do Envio: **29/06/22 8:30**

Recurso da Questão 21:

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Farmacêutico Bioquímico**

**Número da questão: 21**

21. Assinale a alternativa CORRETA no que se refere à interação medicamentosa entre o omeprazol e a levotiroxina, que pode causar aumento nos níveis de TSH:

I - Administração de omeprazol concomitantemente à levotiroxina reduz a efetividade da levotiroxina.

II - Omeprazol reduz o pH gástrico, interferindo na absorção de levotiroxina.

III - Levotiroxina reduz a eficácia do omeprazol por promover o controle das funções dos hormônios tireoideanos, elevando a taxa metabólica.

A. Somente a afirmativa III é verdadeira.

B. A afirmativa I é verdadeira e II e III são falsas.

C. As afirmativas I e III são verdadeiras.

D. Todas as afirmativas são verdadeiras.

Segundo as referências de interações medicamentosas (artigos, compêndios e livros), existe interação entre o Omeprazol que é um inibidor da bomba de prótons (H<sup>+</sup>/K<sup>+</sup>/ATPase) utilizado no tratamento de patologias que exigem a redução da secreção gástrica e a Levotiroxina que é um hormônio tireoidiano utilizado na terapia de reposição ou suplementação hormonal em pacientes com hipotireoidismo de qualquer etiologia.

Caso os dois fármacos forem utilizados simultaneamente, há risco de variação dos níveis de TSH. O mecanismo da interação é justificado pela redução na secreção de ácido gástrico, gerando como consequência a possibilidade de menor absorção do hormônio tireoidiano, consequentemente reduzindo a efetividade da levotiroxina. Sendo assim, as afirmativas I (Administração de omeprazol concomitantemente à levotiroxina reduz a efetividade da levotiroxina.) e II (Omeprazol reduz o pH gástrico, interferindo na absorção de levotiroxina.) deveriam ser consideradas **c o r r e t a s**.

No entanto, nenhuma das alternativas contém tal opção.

A questão deverá ser anulada.

Referencial consultado:

Whalen, Karen. Farmacologia ilustrada. Karen Whalen, Richard Finkel, Thomas A. Panavelil;. tradução e revisão técnica: Augusto Langeloh. – 6. ed. – Porto Alegre : Artmed, 2016. Editado como livro impresso em 2016. ISBN 978-85-8271-323-5  
1. Farmacologia. I. Finkel, Richard. II. Panavelil, Thomas A. III. Título.

Ana Lúcia Marinho Vinagre; Marcus Vinícius Leitão de Souza. Interferências na absorção de levotiroxina e dificuldades no manuseio de pacientes com hipotireoidismo na unidade de terapia intensiva: relato de dois casos e revisão de literatura. Rev Bras Ter Intensiva. 2011; 23(2):242-248.

**Resposta aos Recursos**

II – Omeprazol reduz o pH gástrico interferindo na absorção de levotiroxina

O mecanismo proposto é: aumento do pH por reduzir a acidez.

O mecanismo proposto dessa interação potencial é o comprometimento da absorção do produto da tireoide na presença de pH gástrico elevado. No entanto, a absorção de produtos da tireoide é variável e influenciada por vários fatores (por exemplo, idade, hábitos alimentares, estados de doença concomitantes, medicamentos que interagem).

Centanni M, Gargano L, Canettieri G, et al. Tiroxina no bócio, infecção por Helicobacter pylori e gastrite crônica. N Engl J Med . 2006;354(17):1787-1795. [PubMed 16641395]

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 25**

Inscrição: **201613**

Data do Envio: **28/06/22 15:08**

25. A central de abastecimento farmacêutico (CAF) é o local destinado ao armazenamento de medicamentos e, para garantir as melhores condições, deve ter características específicas para este setor. Dessa forma, assinale a alternativa verdadeira no que se refere às condições de armazenamento de medicamentos.

Considerando as proposições B. e D.:

B. Para ventilação adequada, o local de estocagem deve ter janelas para circulação de ar, ser amplo e sem poeira. Deve-se evitar a incidência direta da luz solar.

D. O local de armazenamento deve ser seguro para dificultar o acesso, contribuindo, dessa maneira, para evitar o trânsito de pessoas não autorizadas. O ideal é estar no nível da rua, com rampa para recebimento de materiais.

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Farmacêutico Bioquímico**

**Número da questão: 25**

Considerar ambas respostas corretas, ou somente a letra D), afinal a mesma possui maior detalhamento técnico e teórico, sendo portanto, a assertiva correta (letra D).

A letra B. descreve as instalações do CAF que devem ser de fácil conservação: pisos, teto e paredes laváveis, porém sem reter umidade, permitindo a correta limpeza. As condições ambientais, o ambiente deve ser construído de modo a evitar a incidência direta de luz solar e controlar ao máximo a temperatura e umidade. As janelas devem ter proteção contra o acesso de insetos e roedores através de tela milimétrica ou possuir lacre, não citado nessa assertiva (letra B.), sendo condição determinante para se ter janelas;

A letra D. define ao CAF a necessidade de estabelecer o acesso limitado, orientar os funcionários do serviço no cumprimento dessas medidas, vetar os acessos e tomar medidas precisas na detecção de qualquer irregularidade. Além disso, os acessos externo ou interno, assim como a circulação devem ser otimizados, facilitando o recebimento e distribuição, logo, a estrutura física ideal é estar no nível da rua, com rampa para recebimento de materiais. De acordo com a resolução RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002, a área destinada à recepção e inspeção das remessas deve ocupar 10% da área de instalação da C.A.F.;

Assertiva correta Letra D.

Segundo o EDITAL Nº 001/2022, CONTEÚDOS ESPECÍFICOS DE CADA CARGO:

- Noções sobre atividades administrativas e gerenciais na assistência farmacêutica: Planejamento de atividades, elaboração de procedimentos, organização, logística e administração de materiais, acompanhamentos físico-financeiros, controle de estoque, ponto de ressuprimento. Pagina 78.

- Boas práticas de armazenamento e distribuição de medicamentos. Pagina 79.

Fonte consultada:

1) BRASIL – MINISTÉRIO DA SAÚDE – Dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos. RESOLUÇÃO-RDC nº 304, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019;

2) BRASIL – MINISTÉRIO DA SAÚDE - portaria nº 344, de 05 de maio de 1998 – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

3) MANUAL DE FARMACIA HOSPITALAR GLAXOSMIT HCLINE. Fascículo 2; pag. 81-100; Fascículo 5; pag 1 3 7 - 1 5 6 ( 1 9 9 8 ) .

4) Vecina Neto, Gonzalo; Reinhardt Filho, Wilson; “Gestão de Recursos Materiais e de Medicamentos – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1998.

5) resolução RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002.

**Resposta aos Recursos**

A alternativa D está incorreta, o correto deveria ser da seguinte forma, de acordo com o capítulo CARACTERÍSTICAS DA ÁREA DE ESTOCAGEM DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS do livro Farmácia hospitalar: Um enfoque em sistemas de saúde por Miriam Elias Cavallini:

Local deve ser seguro e de fácil acesso.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 26**

Inscrição: **201613** Data do Envio: **28/06/22 15:09**

Recurso da Questão 26:

26. A administração de materiais é composta por dois subsistemas, um deles é a Administração de Materiais e Distribuição Física. Assinale a alternativa que corresponde a atividades/funções desse sistema.

- A. Controle de produção (manipulação), expedição, tráfego e estoques.
- B. Movimentação física de materiais.
- C. Controle de estoques.
- D. Transporte e armazenamento

Assertiva considerada correta publicada no gabarito provisório seria a Letra “A.”, no entanto, a alternativa correta seria a Letra “C.”

Segundo o enunciado a administração de materiais é composta por dois subsistemas, um deles é a Administração Materiais e Distribuição Física. Logo, segundo as referências que abordam tal tema, a alternativa que corresponde de forma mais

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Farmacêutico Bioquímico**

**Número da questão: 26**

completa a atividades/funções desse sistema de administração de materiais seria o Sistema de Controle de Estoques em farmácia, alternativa "C.". Afinal para no Controle de Estoque de Farmácia, para permitir o rastreamento e o registro, o sistema de controle de estoques da farmácia deve informar, sempre que possível, o nome do fabricante e o número de lote nas prescrições médicas, no prontuário, nas requisições para o estoque e nos rótulos; deve haver possibilidade de busca destes arquivos, para determinar os materiais empregados nos lotes manipulados e nos novos lotes designados pela farmácia; na determinação de recolhimento de certo lote de produto com significado clínico importante, é necessário, além de rastrear o fornecimento do medicamento, assegurar a continuidade do tratamento, em ação de substituição do lote; a equipe de assistência deve ser informada dos procedimentos; o registro dos recolhimentos deve informar o nome da substância, o lote da farmácia, o nome do fabricante, o destino do medicamento, o motivo da determinação do recolhimento e o número de lote do fabricante.

**Resposta aos Recursos**

As duas respostas podem ser corretas.

Decisão da Banca: **Questão Invalidada**

**Número da questão: 27**

Inscrição: **201613** Data do Envio: **29/06/22 8:50**

Recurso da Questão 27:

27. De acordo com a Lei 12401/2011, o Art. 19 trata da incorporação, exclusão ou alteração pelo SUS de novos medicamentos, produtos e procedimentos, bem como da constituição ou alteração de protocolo clínico ou de diretriz terapêutica. Sobre as atribuições do Ministério da Saúde, assessorado pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS, no que se refere à assistência terapêutica e à incorporação de tecnologia em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, assinale a alternativa INCORRETA.

A. Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS, cuja composição e regimento são definidos em regulamento, contará com a participação de 1 (um) representante indicado pelo Conselho Nacional de Saúde e de 1 (um) representante, especialista na área, indicado pelo Presidente da República.

B. As evidências científicas sobre a eficácia, a acurácia, a efetividade e a segurança do medicamento, produto ou procedimento objeto do processo, acatadas pelo órgão competente para o registro ou a autorização de uso.

C. A avaliação econômica comparativa dos benefícios e dos custos em relação às tecnologias já incorporadas, inclusive no que se refere aos atendimentos domiciliar, ambulatorial ou hospitalar, quando cabível.

D. A incorporação, a exclusão ou a alteração pelo SUS de novos medicamentos, produtos e procedimentos, bem como a constituição ou a alteração de protocolo clínico ou de diretriz terapêutica, são atribuições do Ministério da Ciência e T e c n o l o g i a .

De acordo com a Lei 12401/2011 em seu Artigo 19:

"Art. 19-Q. A incorporação, a exclusão ou a alteração pelo SUS de novos medicamentos, produtos e procedimentos, bem como a constituição ou a alteração de protocolo clínico ou de diretriz terapêutica, são atribuições do Ministério da Saúde, assessorado pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS.

§ 1º A Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS, cuja composição e regimento são definidos em regulamento, contará com a participação de 1 (um) representante indicado pelo Conselho Nacional de Saúde e de 1 (um) representante, especialista na área, indicado pelo Conselho Federal de Medicina.

A alternativa A. descreve que o especialista da área, indicado pelo Presidente da República, sendo que segundo a Lei 12401/2011, será indicado pelo Conselho Federal de Medicina. Está INCORRETA.

A alternativa D. descreve que as atribuições são do Ministério da Ciência e Tecnologia, sendo que, segundo a Lei 12401/2011 são atribuições do Ministério da Saúde, assessorado pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS. Está INCORRETA.

Assim sendo, a questão deverá considerar como alternativas corretas as Letras A. e D.

A questão deverá ser anulada.

**Resposta aos Recursos**

Decisão da Banca: **Questão Invalidada**

Decisão da Banca: **Questão Invalidada**

**Número da questão: 29**



**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Farmacêutico Bioquímico**

**Número da questão: 29**

Inscrição: **201613** Data do Envio: **29/06/22 9:18**

Recurso da Questão 29:

29. Assinale a alternativa que corresponde a ações de promoção do uso racional de medicamentos.
- I - prescrever o tratamento correto, com as informações necessárias para o usuário, baseado em evidências científicas.
  - II - prescrever de modo legível, a fim de evitar inclusive problemas de eventos adversos e erros de administração.
  - III - avaliar e monitorar o usuário quanto à resposta terapêutica ou para qualquer problema relacionado aos medicamentos.
- A. Apenas I está correta.
  - B. Apenas II está correta.
  - C. Apenas II e III estão corretas.
  - D. Apenas I e II estão corretas.

A questão aborda ações de promoção do uso racional de medicamentos (frisa-se).

Os manuais, legislação e compêndios alegam que para ser possível atingir as ações de promoção do uso racional de medicamentos, é importante um conjunto de ações, como:

- diagnosticar corretamente;
- prescrever o tratamento correto, com as informações necessárias para o usuário, baseado em evidências científicas;
- prescrever de modo legível, a fim de evitar inclusive problemas de dispensação e administração;
- organizar o serviço, para que o usuário tenha acesso ao medicamento em quantidade suficiente e em tempo oportuno;
- promover a adesão ao tratamento;
- avaliar e monitorar o usuário quanto à resposta terapêutica ou para qualquer problema relacionado aos medicamentos.

Sendo assim, as afirmativas “I - prescrever o tratamento correto, com as informações necessárias para o usuário, baseado em evidências científicas.”; “II - prescrever de modo legível, a fim de evitar inclusive problemas de eventos adversos e erros de administração.” e “III - avaliar e monitorar o usuário quanto à resposta terapêutica ou para qualquer problema relacionado aos medicamentos.” estão corretas.

No entanto, nenhuma das alternativas contém tal opção.

A questão deverá ser anulada.

Referencial consultado:

Pagina 10 da Série Formação para a Atenção Básica. Promoção do Uso Racional de Medicamentos na Atenção Básica. Alexandra Crispim Boing; Ronaldo Zonta; Fernanda Manzini. Florianópolis, UFSC, 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Promoción del uso racional de medicamentos: componentes centrales. Ginebra, 2 0 0 2 .

GUIMARÃES, M. S. A. Perfil e ações dos agentes comunitários de saúde para promoção do uso racional de medicamentos no âmbito da estratégia da saúde da família no município de Palmas-TO. 2014. 112 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) — Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

**Resposta aos Recursos**

Nenhuma das alternativas contemplam a resposta adequada a questão que seria:

Alternativas I e III são corretas.

Decisão da Banca: **Questão Invalidada**

**Matéria: Enfermeiro - I**

**Número da questão: 22**

Inscrição: **210572** Data do Envio: **29/06/22 9:28**

A questão gera dúvidas ao candidato, visto que não são descritas características clínicas dos pacientes, nem de como o paciente se encontrava e como foi a sua evolução clínica para “piora” do quadro.

Segundo Potter e Perry 2013, no hospital, o profissional de cuidado da saúde prescreverá uma frequência mínima de determinação dos sinais vitais para cada paciente. Após cirurgia ou tratamento, você determina os sinais vitais com mais frequência para detectar complicações. No cenário clínico ou ambulatorial, você verifica os sinais vitais antes que os

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Enfermeiro - I**

**Número da questão: 22**

profissionais de cuidado da saúde examinem o paciente e após qualquer procedimento invasivo. Sendo a enfermeira responsável pelo julgamento da necessidade de medições mais frequentes.

Assim, como cada paciente deve ser atendido de maneira individualizada e avaliada toda sua história clínica, a questão gera dificuldade de interpretação por não evidenciar a realização de cirurgias ou quaisquer procedimentos invasivos, nem mesmo onde esse paciente está sendo atendido, se ambulatorio ou hospital, nem mesmo se ele está em uma UTI, por exemplo.

**Resposta aos Recursos**

Conforme Potter e Perry "No cenário clínico ou ambulatorial, você verifica os sinais vitais antes que os prestadores de cuidado da saúde examinem o cliente e após qualquer procedimento invasivo. À medida que as condições físicas de um cliente pioram, muitas vezes é necessário monitorar os sinais vitais a cada 5 a 10 minutos. A enfermeira é responsável pelo julgamento da necessidade de medições mais frequentes.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 23**

Inscrição: **201854** Data do Envio: **27/06/22 21:17**

A questão solicita sobre o programa Cirurgia Seguras salvam Vidas e pede a alternativa correta. No gabarito consta letra A como sendo a correta, porém, a letra C também é verificada no protocolo de cirurgia segura, conforme consta na SOBECC (Diretrizes e práticas de enfermagem Cirúrgica e Processamento de Produtos para Saúde da SOBECC - 7ª edição) Disponível em <<https://sobecc.org.br/artigo/quando-realizar-a-tricotomia>

**Resposta aos Recursos**

Conforme a Organização Mundial da Saúde. Segundo desafio global para a segurança do paciente: Cirurgias seguras salvam vidas (orientações para cirurgia segura da OMS) / Organização Mundial da Saúde; tradução de Marcela Sánchez Nilo e Irma Angélica Durán – Rio de Janeiro: Organização Pan-Americana da Saúde; Ministério da Saúde; Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2009. Ela menciona somente a "Preparação anti-séptica da pele" e em momento nenhum coloca a tricotomia como medida de prevenção de infecção de sítio cirúrgico.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 26**

Inscrição: **211692** Data do Envio: **29/06/22 13:02**

Venho cordialmente informar que a referida questão que aborda sobre a política Nacional de Humanização em que a Banca considerou como uma Diretriz específica a alternativa "B", Porém, Segundo ministério da Saúde a Alternativa em questão configura-se como um princípio. Sendo assim, a Alternativa correta 'A', pois constitui-se uma Diretriz da política que é Acolhimento.(BRASIL, 2013).

Referência: BRASIL.Ministério da Saúde.Política Nacional de Humanização. 1ª edição. 1ª reimpressão.Brasília – DF 2 0 1 3 .

[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_humanizacao\\_pnh\\_folheto.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_humanizacao_pnh_folheto.pdf)

**Resposta aos Recursos**

Conforme: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização.Diretrizes específicas por nível de atenção

Na Atenção Básica: em seu item:

4. Comprometer-se com o trabalho em equipe, de modo a aumentar o grau de co-responsabilidade, e com a rede de apoio profissional, visando a maior eficácia na atenção em saúde.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 34**

Inscrição: **202164** Data do Envio: **27/06/22 22:26**

Todas as questões da prova eram com 4 alternativas, exceto esta.

Inscrição: **204233** Data do Envio: **29/06/22 10:20**

Retifico que a questão de nº 34 da área específica do cargo de enfermeiro havia alternativa até a letra E, e que o correto seria somente até a alternativa D, havia 5 alternativas de respostas.

Análise da questão por gentileza.

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Enfermeiro - I**

**Número da questão: 34**

**Resposta aos Recursos**

Questão com 5 alternativas, incompatível com as demais. Questão anulada.

Decisão da Banca: **Questão Invalidada**

**Número da questão: 35**

Inscrição: **204227** Data do Envio: **29/06/22 9:21**

QUESTAO 35

Segundo o ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) Brasília – 2019 Seção II Da Família Natural Art. 25. Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes. Parágrafo único. Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) o gabarito da banca apresenta um erro de digitação repetindo o termo entre pontos finais “.têm afinidade.” Deixando a resposta confusa, pois esta palavras “.têm afinidade.” não consta no texto original do estatuto. Logo ocorre o erro de Extrapolação que ocorre quando fazemos associações que estão além dos limites do texto, quando acrescentamos ideias que não estão no texto analisado. Logo a questão deve ser anulada por não apresentar alternativa correta segundo o texto da ECA.

**B i b l i o g r a f i a**

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf>

Inscrição: **210572** Data do Envio: **29/06/22 9:28**

A questão tem erros de português que geram prejuízos na interpretação da questão, o final da alternativa C, dada como certa pelo gabarito está escrita da seguinte maneira:

.... vínculos de afetividade e afinidade.têm afinidades.

Sem espaço entre as palavras, letra minúscula após o ponto e acento que não é mais utilizado de acordo com a nova ortografia.

**Resposta aos Recursos**

Questão mantida: Resposta Correta: "Por pais, filhos e parentes próximos com os quais a criança ou adolescentes convive e mantém vínculos de afetividade e afinidade.têm afinidades". o ponto entre a palavra "afinidade" e "tem afinidade" não compromete o entendimento do conceito.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 37**

Inscrição: **204227** Data do Envio: **29/06/22 9:21**

QUESTÃO 37

SEGUNDO A PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 1, DE 2 DE JUNHO DE 2021 ANEXO 1 página 5 e Estratégia Saúde da Família Departamento de Saúde da Família - Desf / Secretaria de Atenção Primária à Saúde – SAPS 2º paragrafo . As equipes dessa estratégia são compostas, no mínimo, pelo profissional médico e enfermeiro, preferencialmente especialistas em saúde da família; pelo auxiliar e/ou técnico de enfermagem e pelo agente comunitário de saúde (ACS). De acordo com o gabarito apresentado a resposta letra B a equipe e formada somente pelo médico e enfermeiro e auxiliar de enfermagem e agente comunitário de saúde, sendo incorreta pois a equipe pode ser formada por três configurações possíveis, devido ao termos colocados na portaria “auxiliar e/ou técnico de enfermagem”. Como a questão pede a composição mínima e não uma composição possível a composição mínima deve ser as três possíveis alternativas e não somente uma como se deu a entender o gabarito. Logo a questão não tem gabarito devendo ser anulada.

**B i b l i o g r a f i a**

<https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/estrategia-saude-da-familia/estrategia-saude-da-familia>

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-de-consolidacao-n-1-de-2-de-junho-de-2021-324136445>

Inscrição: **210572** Data do Envio: **29/06/22 9:29**

Segundo a PORTARIA Nº 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017 que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

A equipe de estratégia em Saúde da Família é composta no mínimo por médico, preferencialmente da especialidade medicina de família e comunidade, enfermeiro, preferencialmente especialista em saúde da família; auxiliar e/ou técnico de

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Enfermeiro - I**

**Número da questão: 37**

enfermagem e agente comunitário de saúde (ACS). Podendo fazer parte da equipe o agente de combate às endemias (ACE) e os profissionais de saúde bucal: cirurgião-dentista, preferencialmente especialista em saúde da família, e auxiliar ou técnico em saúde bucal.

A letra B dada como certa pelo gabarito, traz apenas o auxiliar de enfermagem, mas conforme redação da legislação são auxiliar e/ou técnico de enfermagem, como está na alternativa D, o que gera confusão na interpretação da questão.

**Resposta aos Recursos**

Questão mantida pois conforme a Política Nacional de Atenção Básica (equipe de Saúde da Família – eSF) composta por, no mínimo: (I) médico generalista, ou especialista em Saúde da Família, ou médico de Família e Comunidade; (II) enfermeiro generalista ou especialista em Saúde da Família; (III) auxiliar ou técnico de enfermagem; e (IV) agentes comunitários de saúde. Podem ser acrescentados a essa composição os profissionais de Saúde Bucal: cirurgião-dentista generalista ou especialista em Saúde da Família, auxiliar e/ou técnico em Saúde Bucal.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 40**

Inscrição: **204227** Data do Envio: **29/06/22 9:21**

**QUESTÃO 40**

Segundo o site saúde de a a z do Ministério da Saúde e o GUIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE 5ª edição 2021 página 413, quadro 7, a vacina contra a hepatite A é altamente eficaz e segura e é a principal medida de prevenção contra a hepatite A. Atualmente, faz parte do calendário infantil, no esquema de 1 dose aos 15 meses de idade (podendo ser utilizada a partir dos 12 meses até 5 anos incompletos – 4 anos, 11 meses e 29 dias). Logo a questão deve ser anulada por não apresentar gabarito. .

**B i b l i o g r a f i a**

[https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/h/hepatite-a-1#:~:text=Atualmente%2C%20faz%20parte%20do%20calend%C3%A1rio,vacina%C3%A7%C3%A3o%20de%20todas%20as%20crian%C3%A7as.file:///C:/Users/Cliente/Downloads/Guia%20de%20Vigil%C3%A2ncia%20em%20Sa%C3%BAde\\_5ed\\_21nov21\\_isbn5.pdf](https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/h/hepatite-a-1#:~:text=Atualmente%2C%20faz%20parte%20do%20calend%C3%A1rio,vacina%C3%A7%C3%A3o%20de%20todas%20as%20crian%C3%A7as.file:///C:/Users/Cliente/Downloads/Guia%20de%20Vigil%C3%A2ncia%20em%20Sa%C3%BAde_5ed_21nov21_isbn5.pdf)

Inscrição: **203910** Data do Envio: **29/06/22 16:53**

O PNI alterou a idade de vacinação de HEPATITE A em 2017 (BRASIL, 2017), sendo de 15 meses a 4 anos 11 meses e 29 dias.

**Resposta aos Recursos**

Questão mantida: "Vacina Hepatite A" É indicada para a prevenção da infecção causada pelo vírus da hepatite A. O PNI recomenda a vacinação de crianças de 12 meses até menores de 2 anos de idade (BRASIL,2014).

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Matéria: Fisioterapeuta - II**

**Número da questão: 22**

Inscrição: **207142** Data do Envio: **27/06/22 22:01**

No trabalho feito por Napadow 2012, são comparados os efeitos da analgesia por estimulação elétrica sobre o nervo vago no ramo auricular respiratório (RAVANS) com a estimulação auricular não-vagal (NVA). Participaram desse estudo 15 voluntárias com dor pélvica crônica, com autorrelato de endometriose. As que foram selecionadas para o grupo RAVANS se posicionaram sentadas de forma reclinada, foi aplicado eletrodos de 1,5 mm nos pontos auriculares da orelha esquerda: concha címica; Declive entre antélice; Concha cavum. No grupo NVA foram inseridos dois eletrodos no lóbulo da orelha esquerda. A corrente elétrica em ambos os grupos foi dosada em pulsos retangulares com largura de 420µs, à 30 Hz e intensidade definida de moderada a forte conforme a sensação do paciente. Para colher os resultados Napadow 2012 utilizou a escala MGH, MASS (acupuncture sensation scale) e classificações verbais de ansiedade dosando em uma escala de 0 a 100. O grupo RAVANS teve como resultados a melhora da ansiedade; Alívio da dor sendo sua analgesia mais significativa do que o grupo NVA; Produziu efeitos antinociceptivos; Hiperalgesia e Sensibilização central nesta população de pacientes. (NAPADOW. V, et all. 2012).



**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Fisioterapeuta - II**

**Número da questão: 22**

Nota se que é indicado a estimulação elétrica neuromuscular na endometriose, não ouve contra indicação.

MODALIDADES FISIOTERAPÊUTICAS COMO TRATAMENTO COADJUVANTE  
NA ENDOMETRIOSE E SUA SINTOMATOLOGIA: UMA REVISÃO NA  
L I T E R A T U R A  
MARIANA VIEIRA SOARES

Inscrição: **203212** Data do Envio: **28/06/22 12:19**

No item II sugere o tratamento para endometriose através da estimulação elétrica neuromuscular, e a mesma, de acordo com o gabarito não foi aceita como forma de tratamento, porém SIM, ela pode ser utilizada como forma de tratamento fisioterapêutico indicado para aliviar sintomas de dor na endometriose como demonstrado abaixo:

a) Associação Brasileira de Endometriose e Ginecologia minimamente invasiva

<https://sbendometriose.com.br/tratamentos-auxiliares/>  
"Tratamentos auxiliares: Fisioterapia

Mulheres com endometriose, sofrem com a doença durante anos até que o diagnóstico seja confirmado. Essa dor durante tanto tempo faz com que as mulheres procurem instintivamente posturas para amenizar a dor. Mal sabem que essas alterações além de não ajudar, pioram e perpetuam a queixa. Muitas mulheres depois de tratadas clinica ou cirurgicamente continuam sentindo dor. A boa notícia é que há saída. A fisioterapia tem diversos recursos para ajudá-la. Existem recursos como:

- Cinesioterapia – reabilitação por meio de movimentos específicos do corpo;
- Liberação miofascial – manobras superficiais para mobilizar a fáscia (tecido que recobre todos os órgãos e músculos);
- Eletroestimulação – aplicação de correntes indolores que causam analgesia; "

b) <https://www.endopelvic.com/noticias/dicas-de-fisioterapia-para-endometriose#:~:text=A%20fisioterapia%20pode%20usar%20recursos,qualidade%20de%20vida%20da%20paciente.>

"A fisioterapia pode usar recursos para diminuir a dor como massagem perineal, eletroestimulação, crioterapia, biofeedback, exercícios perineais, consciência perineal e corporal, melhorando a qualidade de vida da paciente. "

c) Tratamento fisioterapêutico em mulheres com endometriose

[https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol\\_64\\_1570047854.pdf](https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_64_1570047854.pdf)  
Na eletroterapia fornecemos principalmente o TENS, pois ele causa um relaxamento, além da liberação de endorfina, causando alívio imediato.

d) TENS também conhecido por neuroestimulação elétrica transcutânea, é um método de fisioterapia que pode ser realizado no tratamento de dores crônicas e agudas.

Resposta correta seria a Letra D: I, II e III estão corretas.

Inscrição: **205287** Data do Envio: **28/06/22 14:28**

Nessa questão vocês colocaram como se o item II (estimulação elétrica neuromuscular) estivesse errado. Porém, sabe-se que a estimulação elétrica neuromuscular é um dos principais recursos utilizados na fisioterapia pélvica, inclusive nos casos de endometriose. "Outra terapia indicada para mulheres que sofrem com a dor causada pela endometriose é a eletroestimulação. A técnica trabalha com impulsos elétricos que favorecem a produção de analgésicos naturais no seu corpo, reduzindo a dor e a sensibilidade na área afetada pela doença."

Inscrição: **200784** Data do Envio: **29/06/22 8:40**

Venho através desta solicitar a anulação da questão visto que, diversos estudos vêm demonstrando a importância da utilização da estimulação elétrica neuromuscular como complemento terapêutico à endometriose (SOARES, 2020). Desta maneira observa-se a importância no alívio da dor, melhora nas queixas de disqueria, disúria, dismenorreia e qualidade de vida (MIRA et al., 2015). Da mesma maneira que apresenta redução da dor profunda evocada e soma temporal da dor mecânica e diminuição dos níveis de ansiedade e dor (NAPADOW et al., 2012). Assim como a melhora na qualidade de vida, dor e escala de endometriose após 10 semanas (BI; XIE, 2018). O que sugere que a alternativa correta seja a "D".

**R E F E R Ê N C I A**

BI, X. L; XIE, C. X; MB. Effect of neuromuscular electrical stimulation for endometriosis-associated pain. Medicine (Baltimore), v. 97, n. 26, p. 11266, jun 2018. DOI: doi.org/10.1097/MD.00000000000011266.

MARIANA VIEIRA SOARES. Modalidades fisioterapêuticas como tratamento coadjuvante na endometriose e sua sintomatologia: uma revisão na literatura. MARIANA VIEIRA SOARES. MARINGÁ PR 2020.

MIRA, T. A. A. et all. Effectiveness of complementary pain treatment for women with deep 3 endometriosis through Transcutaneous Electrical Nerve Stimulation 4 (TENS): randomized controlled trial. European journal of obstetrics & gynecology and reproductive biology, v. 194, p. 1-6, nov 2015;

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Fisioterapeuta - II**

**Número da questão: 22**

NAPADOW, V. et all. Evoked Pain Analgesia in Chronic Pelvic Pain Patients Using Respiratory-Gated Auricular Vagal Afferent Nerve Stimulation. Pain Medicine, v. 13, n. 6, p. 777-789, mai 2018. DOI: doi.org/10.1111/j.1526-4637.2012.01385.x.

Inscrição: **211652** Data do Envio: **29/06/22 15:10**

Ilustríssima banca examinadora, o gabarito preliminar da questão objeto deste recurso deve ser anulada, como será demonstrado a seguir. A assertiva dada como correta colide com o entendimento dos autores de diversos artigos, em especial abordados neste recurso "Estimulação elétrica nervosa transcutânea (TENS) no tratamento complementar da dor em mulheres com endometriose profunda", "Efetividade da eletroestimulação nervosa transcutânea (tens) na dismenorreia secundária à endometriose" e "Efeito analgésico da estimulação elétrica nervosa transcutânea na dor pélvica de mulheres com endometriose pélvica"; seguem informações abaixo:

"Foram incluídas 22 mulheres com endometriose profunda em uso de tratamento hormonal (progestagênios ou contraceptivo oral combinado), com persistência da queixa de dor pélvica crônica e/ou dispareunia de profundidade. Realizou-se aplicação da TENS por 8 semanas, com aleatorização das participantes em dois grupos: Grupo 1 - TENS modo acupuntura, e Grupo 2 - TENS autoaplicável. Ambos os recursos (TENS modo acupuntura e TENS autoaplicável) demonstraram efetividade no tratamento complementar da dor pélvica crônica e dispareunia de profundidade e melhora da qualidade de vida de mulheres com endometriose profunda, independentemente do dispositivo utilizado para tratamento. Os dois tipos de TENS, modo acupuntura e autoaplicável, promoveram melhora da dor pélvica crônica ( $p < .0001$ ), dispareunia de profundidade ( $p = .0010$ ) e qualidade de vida ( $p < .0001$ )."- (Mira, Ticiana Aparecida Alves de, 1986 - Estimulação elétrica nervosa transcutânea (TENS) no tratamento complementar da dor em mulheres com endometriose profunda / Ticiana Aparecida Alves de Mira. -- Campinas, SP : [s.n.], 2 0 1 5 )

"O objetivo do presente estudo foi realizar uma revisão integrativa para evidenciar a ação da TENS no alívio da dismenorreia primária e embasar a utilização da mesma para a dismenorreia secundária decorrente da endometriose. Metodologia: Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, realizada no período de outubro de 2014 a abril de 2015, foram pesquisados artigos publicados nos últimos dez anos nas bases de dados PubMed, LILACS e Google Acadêmico, com os descritores: estimulação elétrica nervosa transcutânea, endometriose, dismenorreia. Resultados: Foram incluídos 6 artigos nesta revisão. Todos os estudos selecionados evidenciaram o alívio da dismenorreia após a utilização da TENS. Conclusão: A TENS é um método efetivo para o tratamento algico da dismenorreia primária. Faz-se necessária a realização de pesquisas que relacionem a TENS com a dismenorreia secundária, que ocorre na endometriose, pois há uma escassez de estudos sobre esse tema nas bases de dados pesquisadas." - (Freitas, Priscila Maria Martins; Barbieri, Leandro Gomes - Efetividade da eletroestimulação nervosa transcutânea (tens) na dismenorreia secundária à endometriose / Priscila Maria Martins Freitas, Leandro Gomes Barbieri. -- Sobral, CE, 2015)

"Realizou-se um estudo prospectivo, randomizado e cego, de 42 mulheres com endometriose pélvica, comprovada por videolaparoscopia e biópsia, alocadas em 2 grupos assim dispostos: o grupo TENS foi composto por 22 mulheres, submetidas ao tratamento da TENS no modo burst, durante 27 sessões de 30 min; o grupo controle, caracterizado por 20 mulheres submetidas ao uso do TENS através do mesmo protocolo, mas sem a passagem de corrente terapêutica (placebo). A dor pélvica foi quantificada pela Escala Visual Numérica (EVN) antes e após cada sessão, pelo questionário de McGill e algometria, antes, durante e depois de trinta dias do término do tratamento. Observou-se uma redução significativa da dor depois de cada aplicação da TENS, ao término das 27 sessões e depois de trinta dias do término do tratamento ( $p < 0,04$ ,  $p < 0,001$  e  $p < 0,05$ , respectivamente) do grupo TENS em relação ao grupo controle." - (Telles, Edmara Rita - Efeito analgésico da estimulação elétrica nervosa transcutânea na dor pélvica de mulheres com endometriose pélvica / Edmara Rita Telles. -- Curitiba, PR, 2006)

Ante ao exposto, faz-se imperiosa a anulação da questão.

**Resposta aos Recursos**

A estimulação elétrica nervosa transcutânea, que difere da estimulação elétrica neuromuscular é indicada, porém, não foi a primeira utilizada para compor as alternativas.

Xu et al. Effects of acupuncture for the treatment of endometriosis-related pain: A systematic review and meta-analysis. PLoS ONE 2017;12(10):e0186616.

Silva et al. Cryotherapy Produces Pain Relief in Young People with Primary Dysmenorrhea. Ther Hypot Tempt Manag. 2022;12(2):61-7.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 29**

Inscrição: **209244** Data do Envio: **27/06/22 20:28**

O profissional da saúde não sai de sua formação incapaz ou com falta de conhecimento para avaliar seu paciente,

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Fisioterapeuta - II**

**Número da questão: 29**

principalmente em questão de dor, ou este profissional não teria sua formação acadêmica isto induz a avaliar a opção II, uma vez que a questão cita que o paciente apresenta "impacto negativo no humor, comportamento e satisfação", ou seja, quadro de depressão o qual a Fisioterapia não tem ferramentas de avaliação e sim a psicologia.

Assim considera-se certa a opção A - (I e II estão corretas)

Inscrição: **208473** Data do Envio: **27/06/22 21:03**

Na questão 29, onde questiona-se as causas das inúmeras subnotificações da dor em idosos, a alternativa III diz: à falta de conhecimento de como avaliar a dor por parte do terapeuta.

Torna-se extremamente subjetiva generalizar, e também de certo modo diminuir o terapeuta quanto ao seu conhecimento. Quando um profissional conclui sua formação e é contratado para realizar uma avaliação, ele está apto para designar sua função, usando todo seu conhecimento, métodos, escalas, e assim identificar o distúrbio existente. Essa alternativa torna-se equivocada e de certo modo incorreta.

**Resposta aos Recursos**

A questão não é relacionada ao diagnóstico de doenças psiquiátricas, mas, ao conhecimento ampla do que significa a dor e suas repercussões.

Resnick et al. Pain Assessment, Management and Impact among Older Adults in Assisted Living. Pain Manag Nurs. 2019;20(3):192-7.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 34**

Inscrição: **203212** Data do Envio: **28/06/22 12:21**

No item I afirma que: Para a osteoartrite de joelho, os sinais radiológicos NÃO se correlacionam com sintomas clínicos. "O diagnóstico de Osteoartrite também pode ser definido pelos sintomas, ou por alterações patológicas que afetam as diversas estruturas articulares e que podem modificar sua aparência radiográfica. As definições radiográficas de Osteoartrite são amplamente usadas para estudos epidemiológicos. A diminuição do espaço articular é, geralmente, a principal característica radiológica para avaliar a gravidade da doença, a presença de osteófitos parece ser o principal sinal na identificação de osteoartrite na população em geral<sup>4</sup>. Outros sinais que podem ser encontrados na radiografia incluem a esclerose óssea subcondral e formação de cistos subcondrais<sup>10,12</sup>."

"A Osteoartrite pode ser definida a partir de suas características clínicas, incluindo dor na articulação afetada, tipicamente agravada com atividade e aliviada pelo repouso; rigidez articular, principalmente matinal, após períodos de imobilidade; aumento articular; com formação de edema e deformidade, além de instabilidade e insegurança; limitação funcional e dos movimentos<sup>1,10</sup>. Para facilitar e padronizar os achados em estudos epidemiológicos e radiológicos de OA, critérios para definição de OA do joelho, quadril e mãos foram desenvolvidos pelo Colégio Americano de Reumatologia (ACR). Eles são baseados em combinações de parâmetros clínicos, radiográficos ou laboratoriais apresentando aproximadamente 80% a 90% de sensibilidade e 70% a 90% de especificidade<sup>11</sup>."

ARTIGO UTILIZADO PARA EMBASAMENTO TEORICO - Osteoartrite: avaliação clínica e epidemiológica de pacientes idosos em instituição de longa permanência\* Autores: Roberta Garcia De Rosis, Paulo Sérgio Massabki, Maisa Kairalla. Rev Bras Clin Med 2010;8(2):101-8. (<http://files.bvs.br/upload/S/1679-1010/2010/v8n2/a003.pdf>).

Porém, baseado no material acima, a afirmação do item I está INCORRETA pois: Para a osteoartrite de joelho os sinais radiológicos podem SIM se correlacionar com os sintomas clínicos.

Resposta correta seria a Letra C: Apenas II e III estão corretas.

Inscrição: **200784** Data do Envio: **29/06/22 8:40**

Apresento a solicitação de anulação da questão visto que na alternativa "I" afirma que "[...] os sinais radiológicos NÃO se correlacionam com os sintomas clínicos".

Entretanto a literatura nos diz que a Osteoartrite caracteriza-se por alterações na cartilagem articular que dão origem a zonas de fibrilação e fissuração, sendo observados também microfraturas, cistos, esclerose subcondrais e formação de osteófitos nas bordas articulares (NATALIO; OLIVEIRA; MACHADO, 2010). Essas alterações conduzem a dor crônica e a restrições funcionais das articulações afetadas que se relacionam com os sintomas clínicos engloba dor, rigidez articular, deformidade e progressiva perda de função (MARQUES, KONDO, 1998).

Desta forma entende-se como incorreta a alternativa "I".

MARQUES; A.P.; KONDO, A. A fisioterapia na osteoartrose: uma revisão de literatura. Revista Brasileira de Reumatologia. V.38, n.2, 1998.

NATALIO, M. A.; OLIVEIRA, R. B. C.; MACHADO, L. V.H. Osteartrosis: una revisión de la literatura. Revista Digital - Buenos

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Fisioterapeuta - II**

**Número da questão: 34**

Aires - Año 15 - Nº 146 - Julio de 2010.

Inscrição: **202319** Data do Envio: **29/06/22 12:18**

**INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS**

Questão 34 A osteoartrite é a doença articular mais comum em adultos, sendo que 1/3 de todos os adultos possuem sinais radiológicos de sua presença. Com relação a esta doença, é CORRETO:

- I - Para a osteoartrite de joelho, os sinais radiológicos não se correlacionam com os sintomas clínicos.  
II - São causas de osteoartrite secundária de joelho a má-formação congênita e desordens endócrinas, entre outras.  
III - No exame físico, é importante que seja realizada inspeção, palpação, mensuração do arco de movimento, além de testes funcionais.
- A. Apenas I e II estão corretas.  
B. Apenas I e III estão corretas.  
C. Apenas II e III estão corretas.  
D. I, II e III estão corretas.

**TEXTO DO RECURSO**

Apresento a solicitação de anulação da questão visto que na alternativa "I" afirma que "[...] os sinais radiológicos não se correlacionam com os sintomas clínicos".

Entretanto a literatura nos diz que a Osteoartrite caracteriza-se por alterações na cartilagem articular que dão origem a zonas de fibrilação e fissuração, sendo observados também microfraturas, cistos, esclerose subcondrais e formação de osteófitos nas bordas articulares (NATALIO; OLIVEIRA; MACHADO, 2010). Essas alterações conduzem a dor crônica e a restrições funcionais das articulações afetadas que se relacionam com os sintomas clínicos engloba dor, rigidez articular, deformidade e progressiva perda de função (MARQUES, KONDO, 1998).

Desta forma entende-se como incorreta a alternativa "I".

MARQUES; A.P.; KONDO, A. A fisioterapia na osteoartrose: uma revisão de literatura. Revista Brasileira de Reumatologia. V.38, n.2, 1998.

NATALIO, M. A.; OLIVEIRA, R. B. C.; MACHADO, L. V.H. Osteartrosis: una revisión de la literatura. Revista Digital - Buenos Aires - Año 15 - Nº 146 - Julio de 2010.

**REFERÊNCIA**

**Resposta aos Recursos**

A principal alteração que ocorre nos sintomas clínicos são a dor, aumento de volume e temperatura, que se relacionam muito mais aos aspectos de irritação da sinovial, do que propriamente com sinais radiográficos. Michael et al. The epidemiology, etiology, diagnosis, and treatment of osteoarthritis of the knee. Dtsch Arztebl Int 2010;107(9):152-62.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 39**

Inscrição: **208473** Data do Envio: **27/06/22 22:15**

Na alternativa: II - pode contribuir para aparecimento de câncer de próstata.

Existe apenas um estudo realizado nos Estados Unidos da América com 2132 homens no ano de 2013, correlacionando motoristas expostos a vibração com o câncer de próstata. A teoria defende que o tremor (não expondo a frequência e a duração dessa exposição vibratória) apenas com a inflamação da glândula da próstata, e a inflamação não está relacionada como fator ao câncer de próstata.

A Organização Mundial da Saúde e o Ministério da Saúde do Brasil, consideram as vibrações como agentes de risco, podendo ocasionar danos a saúde do trabalhador, como: patologias diversas ao nível da coluna vertebral; afecções do aparelho digestivo, como hemorroidas, dores abdominais; perturbação da visão, da função respiratória e cardiovascular; inibição dos reflexos. Ou seja, não existe citação quanto ao câncer de próstata, sendo esse um fator não descrito pela literatura, ou com estudo insuficiente para tal afirmação.

A questão descreve a exposição vibratória como contribuinte para o aparecimento do câncer, e não como fator ambiental. Não foram encontrados estudos recentes condizente com tal afirmação.

Inscrição: **205551** Data do Envio: **29/06/22 14:41**

O gabarito provisório nos mostra que a exposição de trabalhadores a vibração mecânica "II. pode contribuir para o aparecimento de câncer de próstata", mas na literatura não há evidencias que comprove tamanha relação. Sugiro que a alternativa correta seja alterada para a "B".



**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Fisioterapeuta - II**

**Número da questão: 39**

**Resposta aos Recursos**

Existe na literatura indicações sobre a possibilidade de câncer de próstata. Krajinak. Health effects associated with occupational exposure to hand-arm or whole body vibration. J Toxicol Environ Health B Crit Rev. 2018;21(5):320-34.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 40**

Inscrição: **207142** Data do Envio: **27/06/22 21:09**

Em indivíduos com sequelas de marcha pós AVC, podem se beneficiar com o uso de estimulação elétrica nervosa transcutânea, não tem nada que contra indique. Conforme o artigo.

<https://periodicos.unifesp.br/index.php/neurociencias/article/view/8070>

Inscrição: **208473** Data do Envio: **27/06/22 22:53**

Existem estudos comprovando a eficácia do efeito da estimulação elétrica nervosa transcutânea em pacientes acometidos por AVC.

Um das principais sequelas motoras mais comum do AVC é a hemiparesia espástica, que compromete os músculos antigravitacionais causando a manutenção da postura flexora do membro superior e extensora de membro inferior acometido, associada a sinergias estereotipadas dos movimentos e podem comprometer o desempenho de atividades funcionais como a marcha e trocas posturais.

Estudos demonstraram que o uso do TENS auxilia no tratamento da espasticidade e na restauração de movimento funcionais, pela supressão da anormalidade do tônus e da atividade do reflexo de estiramento fásico. A forma que trouxe resultados satisfatórios e contribuiu para melhora da mobilidade, é um modo burst do TENS. Portanto as três opções estão corretas, sendo a alternativa D a correta.

doi: 10.4181/RNC.2014.22.03.942.7p

Inscrição: **205287** Data do Envio: **28/06/22 14:43**

Nessa questão vocês colocaram como se o item II (Método Bobath) estivesse errado. Porém este método é um dos mais famosos e utilizado recurso para tratamento de disfunções com causa neurológica, como o AVC. “ O Conceito Bobath integra em sua prática a utilização de ambos os lados do corpo, por meio da facilitação, inibição e estimulação. A intervenção tem como objetivo inibir padrões de movimento patológicos para facilitar e estimular a adoção de performance motora normal. Pré requisitos essenciais para bom desenvolvimento da marcha.”

Inscrição: **200784** Data do Envio: **29/06/22 8:40**

Venho através desta solicitar a anulação da questão haja visto que, a literatura vem demonstrando que quando aplicada corretamente a estimulação elétrica transcutânea, associada a exercício combinado apresenta aumentos absolutos e percentuais significativamente maiores na velocidade da marcha (de 37,1 a 57,5%, todos  $P < 0,01$ ) e redução nos escores cronometrados e ir (por - 14,9 a -23,3%,  $P < 0,01$ ) da semana 2 em diante. Quando comparado com os grupos controle e TENS, apenas o grupo TENS combinado + exercício percorreu significativamente mais distância no TC6 (em 22,2-34,7%,  $P < 0,01$ ) a partir da semana 2. (NG; HUY-CHAN, 2009).

**R E F E R Ê N C I A**

NG, SS, & HUI-CHAN, CW. O uso da TENS aumenta a eficácia do exercício para melhorar a caminhada após o AVC? Um ensaio clínico controlado randomizado. Reabilitação Clínica, 23 (12), 1093-1103, 2009.  
<https://doi.org/10.1177/0269215509342327>.

Inscrição: **202319** Data do Envio: **29/06/22 12:21**

**INTERPOSIÇÃO DE RECURSO**

Questão 40 Indivíduos com sequelas na marcha após sofrerem acidente vascular cerebral (AVC) podem se beneficiar com métodos terapêuticos, como:

I - Uso de estimulação elétrica nervosa transcutânea.

II - Método Bobath.

III - Esteira com suporte de peso corporal parcial.

Assinale a alternativa CORRETA:

A. Apenas I e II estão corretas.

B. Apenas I e III estão corretas.

C. Apenas II e III estão corretas.

D. I, II e III estão corretas.



**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Fisioterapeuta - II**

**Número da questão: 40**

**TEXTO DO RECURSO**

Venho através desta solicitar a anulação da questão haja visto que, a literatura vem demonstrando que quando aplicada corretamente a estimulação elétrica transcutânea, associada a exercício combinado apresenta aumentos absolutos e percentuais significativamente maiores na velocidade da marcha (de 37,1 a 57,5%, todos  $P < 0,01$ ) e redução nos escores cronometrados e ir (por - 14,9 a -23,3%,  $P < 0,01$ ) da semana 2 em diante. Quando comparado com os grupos controle e TENS, apenas o grupo TENS combinado + exercício percorreu significativamente mais distância no TC6 (em 22,2-34,7%,  $P < 0,01$ ) a partir da semana 2. (NG; HUY-CHAN, 2009).

**R E F E R Ê N C I A**

NG, SS, & HUI-CHAN, CW. O uso da TENS aumenta a eficácia do exercício para melhorar a caminhada após o AVC? Um ensaio clínico controlado randomizado. Reabilitação Clínica, 23 (12), 1093-1103, 2009.

<https://doi.org/10.1177/0269215509342327>.

**Resposta aos Recursos**

A questão refere-se diretamente ao uso de recursos que auxiliem a marcha, ou seja, a estimulação elétrica obviamente é recurso útil, mas, na forma de Estimulação elétrica neuromuscular, que é uma modalidade diferente da apresentada. Costa et al. Efeitos da aplicação do método Bobath e do treino em esteira com suporte parcial de peso na reabilitação da marcha pós-AVC: uma revisão sistemática. RBCS 2014;18(2):161-6.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Matéria: Veterinário - I**

**Número da questão: 25**

Inscrição: **207167** Data do Envio: **28/06/22 14:41**

Recurso contra questão 25) doença transmitida por alimento..

A alternativa de letra C, também está incorreta uma vez que a contaminação destes tipos de alimentos raramente ocorre na manipulação domiciliar, o que ocorre no domicílio é a manipulação de um alimento que foi previamente contaminado quer seja durante o processamento da carne, ou no estabelecimento de comercialização, e que será então mantido em condições de armazenamento que propiciaram a multiplicação do microrganismo, ou que tenha resistência de esporos após o cozimento e que também manterá temperatura adequada para multiplicação. Em todos os casos a contaminação do alimento comumente ocorrera antes de chegar ao domicílio.

**Resposta aos Recursos**

Manter a questão. Justificativa: apesar de ser mais comumente ocorrer a contaminação por C. perfringens durante o processo de abate e varejo a manipulação domiciliar não pode ser descartada.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 33**

Inscrição: **207167** Data do Envio: **28/06/22 14:49**

Recurso contra questão 33) No processo de saúde e doença..

A alternativa A apontada como a que não se enquadra de forma adequada a terminologia, na verdade está correta, que pode ser verificado por meio do site [www.cvs.saude.sp.gov.br/pdf/epid\\_visa.pdf#:~:text=Infectividade&e=capacidade de certos organismos %28agentes%29 de,vírus da gripe e a baixa infectividade dos fungos.](http://www.cvs.saude.sp.gov.br/pdf/epid_visa.pdf#:~:text=Infectividade&e=capacidade%20de%20agentes%20de%20v%C3%ADrus%20da%20gripe%20e%20a%20baixa%20infectividade%20dos%20fungos)

que traz exatamente as mesmas palavras que estão presentes na alternativa.

Por sua vez a alternativa D, está incorreta pois virulência tem por conceito a capacidade do agente de produzir efeito ou doença, e nem sempre será grave ou fatal uma vez que a virulência daquele determinado agente pode ser baixa. Por exemplo ao me contaminar com um vírus de influenza pode ocorrer que tenha sido por uma cepa de baixa virulência e portanto não apresentarei sintomatologia grave, enquanto que em outro momento me contaminei com uma cepa de alta virulência portanto com sintomatologia mais grave e mais evidente.

Segundo conceito evidenciado em dicionário: é a capacidade de um vírus ou bactéria de se multiplicar dentro de um organismo, provocando doença.

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Veterinário - I**

**Número da questão: 33**

**Resposta aos Recursos**

Questão cancelada por erro no enunciado.

Decisão da Banca: **Questão Invalidada**

**Número da questão: 38**

Inscrição: **207167** Data do Envio: **28/06/22 13:51**

Recurso contra questão 38) são zoonoses associadas aos gatos:

A erliquiose, doença parasitária e zoonose, ao contrário do que indica o enunciado da questão, NÃO é uma zoonose associada ao gato, uma vez que as ocorrências relatadas na literatura (que são pouquíssimos os estudos sobre erliquiose em gatos) são raras para os felinos, e sua incidência mais comum e frequente ocorre em cães, sendo então esta zoonose associada a cães.

Para título de consulta estão anexos alguns artigos:

".. Ehrlichia sp., adicionalmente, possui importância médica por se tratar de zoonose, cujo risco de infecção se agrava com a intensa convivência entre estes animais e seres humanos. A erliquiose felina é causada por bactérias gram negativas, pleomórficas e intracelulares obrigatórias que se alojam em leucócitos ou plaquetas. Embora Ehrlichia canis seja amplamente estudada em cães, poucos são os relatos da sua ocorrência em gatos.." trecho extraído do artigo ERLIQUIOSE FELINA: ESTUDO SOROLÓGICO E MOLECULAR, de GUIMARAES ANDRESSA et al. Disponível em ERLIQUIOSE FELINA: ESTUDO SOROLÓGICO E MOLECULAR (embrapa.br).

Sendo assim concluo que quando se trata de uma doença associada à uma espécie conclui-se que a ocorrência e incidência desta doença é ampla na espécie, bem estudada e definida, o que não é realidade para a erliquiose felina. Não restando alternativas corretas para esta questão uma vez que nas demais alternativas a doenças como a leucemia viral felina e Panleucopenia felina que não consideradas zoonoses.

**Resposta aos Recursos**

A erliquiose é considerada uma doença infecciosa transmitida por carrapatos causada por uma bactéria da família Anaplasmataceae que pode infectar mamíferos.

É sabido que a erliquiose canina pode ser patogênica para seres humanos.

Já foi constatado a presença do mesmo agente causador da erliquiose canina no sangue de gato por meio de PCR.

Erliquiose felina: revisão de literatura / Feline ehrlichiosis: literature review / Erliquiosis felina: revisión de la literatura Solis, Mana G. M. S; Zanutto, Marcelo de Souza.

Clín. Vet. ; 25(144): 58-67, jan.-fev. 2020.

Artigo em Português | VETINDEX, VETINDEX | ID: vti-24506

Biblioteca responsável: BR68.1

Localização: BR68.1

Ehrlichia canis em gato doméstico no Brasil -

Relato de caso / Ehrlichia canis in a domestic cat in Brazil - case report

Pedroso, Thatianna Camillo; Ramos, Carlos Alberto do Nascimento; Babo-Terra, Veronica Jorge; Araújo, Flávio Ribeiro de. MEDVEP. Rev. cient. Med. Vet. ; 9(28): 136-140, jan.-mar. 2011. ilus

Artigo em Português | VETINDEX, VETINDEX | ID: vti-1620

Biblioteca responsável: BR68.1

Erliquiose uma zoonose em potencial / Ehrlichiosis: a zoonotic potential / Erliquiosis: una zoonosis en potencial Alves, Lorena Borges; Rodrigues, Alessandra Castro.

Nosso Clín. ; 17(97): 42-48, jan.-fev. 2014. ilus

Artigo em Português | VETINDEX, VETINDEX | ID: vti-728634

Biblioteca responsável: BR68.1

Localização: BR68.1

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Matéria: Terapeuta Ocupacional**

**Número da questão: 32**

Inscrição: **211235** Data do Envio: **27/06/22 18:15**

Pergunta de número 32 do concurso de terapia Ocupacional.

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Terapeuta Ocupacional**

**Número da questão: 32**

Qual é a unidade de atendimento intensivo e diário que atende os portadores de sofrimento psiquiátrico grave? A opção segundo o gabarito seria letra B manicômio.

Mas levando em consideração a Lei 10.216/2001 (Brasília, 6 de abril de 2001; 180o da Independência e 113 da República), que estimula a permanência do doente mental em casa e também levando em consideração a luta antimanicomial, discordo da resposta onde afirma tal opção.

Pois pacientes em estados mais graves que colocam a vida própria em risco ou da comunidade, são encaminhados pelo psiquiatra para internação, seja ela voluntária, involuntária ou compulsória segundo a lei acima citada. Tudo de acordo com a necessidade do paciente.

Sendo assim a resposta para pacientes graves seria hospital psiquiátrico alternativa A, ou em hospital geral que tenha ala p s i q u i a t r i c a .

Os \*manicômios\* por sua vez nao foram construídos com objetivo de tratar, mas sim, de excluir aqueles que não se encaixam no que se pensa ser um cidadão normal.

A opção caps letra C também não seria uma opção levando em consideração que dependendo do número de pessoas( Habitantes ) na cidade não existe o caps com atendimento diário e intensivo.

Então para a pergunta

seria a opção correta letra A- hospital psiquiatrico.

Inscrição: **202766** Data do Envio: **27/06/22 19:17**

Com a lei 10216/2001 foi proibido os manicômio sendo substituídos por centros de atenção psicossocial como exemplo caps estes dentro de suas subdivisão oferece atendimento intensivo e diário que atendem portadores de sofrimentos psiquiátrico grave.

Inscrição: **203290** Data do Envio: **27/06/22 20:35**

Segundo a portaria nº 336/2002, os CAPs são:

\* pacientes com transtornos mentais severos e persistentes em sua área territorial, em regime de tratamento intensivo, semi-intensivo e não-intensivo (Art 1 § 1º)

\*Os CAPS deverão constituir-se em serviço ambulatorial de atenção diária que funcione segundo a lógica do território;

**Resposta aos Recursos**

alterar o gabarito da questão 32 cargo terapeuta ocupacional. Concurso de São Miguel Do Iguazu. Na referida questão a resposta do gabarito atual seria alternativa B (manicômio) porém com base nos recursos, em conformidade com a lei 10216/2001, que estimula a permanência do doente mental em ambiente domiciliar e em casos graves em que a integridade do doente mental ou de familiares estiver em perigo faz-se a necessidade do uso internação. Assim o mais condizente com esta ferramenta seria a alternativa A (hospital psiquiátrico).

Decisão da Banca: **Alterar Questão para A**

**Matéria: Médico (generalista) - II - I**

**Número da questão: 21**

Inscrição: **212076** Data do Envio: **27/06/22 19:24**

Solicito mudança de gabarito para letra A

Segundo CONITEC (2021) pagina 13), quadro 1, a asma moderada persistente, assim como a grave persistente, possui mais que 12 exacerbações nos últimos 12 meses, além de terem sintomas diários (crises frequentes). Portanto na asma moderada persistente, os sintomas são diários.

Além disso, a conduta farmacológica na asma persistente grave, o uso dos broncodilatadores (beta agonista de longa duração 1- 2 x ao dia) são diários, e na asma persistente moderada o beta agonista de curta duração é usado conforme a necessidade, excluindo portanto a alternativa C ou podendo ser considerado a alternativa A e C. Corroborar essa afirmação, informação retirada da Conitec (2021), pagina 15, quadro 4.

REFERÊNCIA: Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec). TIOTRÓPIO PARA TRATAMENTO DA ASMA MODERADA E GRAVE EM PACIENTES ADULTOS E CRIANÇAS (COM IDADE DE 6 ANOS OU MAIS). Ministério da Saúde , 2021. Disponível em: 20210319\_Relatorio\_CP\_21\_tiotropio\_asma.pdf (conitec.gov.br). Acesso em 27 de junho de 2022.

Inscrição: **202849** Data do Envio: **27/06/22 18:13**

Crises frequentes são características da asma persistente moderada. Como visto no artigo científico abaixo:

Inscrição: **200463** Data do Envio: **29/06/22 8:54**

QUESTÃO NÚMERO 21 DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE MÉDICO GENERALISTA.

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Médico (generalista) - II - I**

**Número da questão: 21**

**R E C U R S O :**

A questão traz em seu gabarito a resposta correta a letra C.

C) Uso de broncodilatador diariamente

IV Diretrizes Brasileiras para o Manejo da Asma

Tratamento de manutenção inicial baseado na gravidade

Em asma intermitente, utilizar beta-2 agonista de curta duração por via inalatória para alívio dos sintomas. Em asma persistente leve: utilizar beta-2 agonista de curta duração por via inalatória para alívio dos sintomas; iniciar terapia antiinflamatória de manutenção (a primeira escolha é o CI, em dose baixa); são alternativas os antileucotrienos ou cromoglicato dissódico, especialmente em crianças.

Para a asma PERSISTENTE MODERADA: utilizar beta 2 agonistas de curta duração por via inalatória para alívio dos sintomas; utilizar CI em doses moderadas (especialmente em crianças) a altas ou CI em doses baixas a moderadas, associado a LABA; alternativas - associar antileucotrienos ou teofilina a doses baixas a moderadas de CI; nas exacerbações graves pode ser necessária a utilização de corticosteróide oral.

Conforme o tratamento recomendado no Brasil, o uso de broncodilatadores diariamente não está totalmente indicado, muito pelo contrário, o uso deve ser moderado, e em doses baixas e quando necessário, quando você fala diariamente você cria uma imagem que o paciente é obrigado a usar todos os dias. A questão deixou muito vago a resposta quando fala no seu uso diariamente. Por outro lado, a alternativa B se tem como correta pois a ASMA PERSISTENTE MODERADA PODE SIM CAUSAR LIMITAÇÕES DE ATIVIDADES FÍSICAS (Segundo manual de saúde da família os sintomas ocorrem diariamente e limitam as atividades da vida diária). Deixando assim a questão incoerente!

FONTE: <https://www.scielo.br/j/jbpneu/a/jFGKhS48wbCSJhZJ3dZCYXg/?lang=pt>

Ademais segundo a ultima atualização GINA 2021 não classificamos mais a Asma em intermitente, persistente leve, persistente moderada e persistente grave. Na nova classificação classificamos em asma controlada; parcialmente controlada e não controlada.

OBS NÃO CONSIGO INSERIR A TABELA DE DEFINIÇÃO DE ASMA TRAZIDO PELA GINA 2021 PORÉM SE PUDER CONSULTAR VOCÊ VERA CLARAMENTE SUAS DEFINIÇÕES NO QUADRO QUE DEIXA A QUESTÃO ERRADA SEGUNDO O PROTOCOLO ATUALIZADO...

Inscrição: **203515** Data do Envio: **29/06/22 11:45**

a questao 21 traz como gabarito a alternativa C para definição de asma persistente moderada no entanto nenhuma alternativa aponta uma característica exclusiva de tal categoria.

A alternativa A propoe crises frequentes - sendo esta sintoma da asma persistente grave

A alternativa B aponta a limitação de atividade física a qual pode ser encontrada em pacientes com asma persistente leve (nas exacerbações), persistente moderada (nas exacerbações) e persistente grave (diária).

A alternativa C uso d boncodilatador diariamente, pode ser usado tanto na asma persistente moderada, quanto na grave. a alternativa C avalia o pico de fluxo expiratorio <60%, presente na asma persistente grave

Visto que tanto a alternativa B quanto a C possuem características da asma persistente moderada, uma vez que a limitação de atividade física e o uso de broncodilatador diario são presentes nesta, solicito a anulação de tal questao.

fonte: Global Initiative for Asthma [homepage on the Internet]. Bethesda:

Global Initiative for Asthma; c2019 [cited 2019 Mar 01]. Global Strategy for Asthma Management and Prevention (2019 update).

[Adobe Acrobat document, 201p.]. Available from: <https://ginasthma.org/wp-content/uploads/2019/06/GINA-2019-main-report-June-2019-wms.pdf>

<https://ginasthma.org/wp-content/uploads/2019/06/GINA-2019-main-report-June-2019-wms.pdf>

Inscrição: **203359** Data do Envio: **29/06/22 15:38**

RESPOSTA DO GABARITO: Alternativa C

RESPOSTA CORRETA: Alternativa A

F u n d a m e n t a ç ã o :

De acordo com a Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia em sua diretriz de Recomendações para o manejo da asma da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia – 2020. "O conceito de controle da asma compreende dois

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Médico (generalista) - II - I**

**Número da questão: 21**

domínios distintos: o controle das limitações clínicas atuais, como sintomas mínimos durante o dia e ausência de sintomas à noite, necessidade reduzida de medicação de alívio dos sintomas; ausência de limitação das atividades físicas; e redução de riscos futuros, como exacerbações, perda acelerada da função pulmonar e efeitos adversos do tratamento. Com base nesses parâmetros, a asma pode ser classificada em controlada, parcialmente controlada e não controlada.

Enquanto o controle da asma expressa a intensidade com que as manifestações da asma são suprimidas pelo tratamento, apresentando variações em dias ou semanas, sua gravidade refere-se à quantidade de medicamentos necessária para atingir o controle, refletindo uma característica intrínseca da doença e que pode ser alterada lentamente com o tempo."

Portanto, não há mais a classificação em leve, moderada e grave, que levava em consideração a gravidade. Agora a classificação é baseada no controle dos sintomas.

O último Consenso Brasileiro que traz a classificação por gravidade é o III Consenso Brasileiro no Manejo da Asma - 2002, que considera a asma persistentemente moderada como aquela que apresenta crises frequentes, de acordo com quadro existente no Consenso.

Portanto, considerando a última atualização sobre asma, a classificação solicitada no enunciado da questão não é mais utilizada, e a última referência que traz a classificação por gravidade determina que a alternativa A é a correta.

**R E F E R Ê N C I A :**

Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia. III Consenso Brasileiro no Manejo da Asma 2002. J Pneumol. 2002;28(Supl 1):S1-28.

Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia. Recomendações para o manejo da asma da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia – 2020 J Bras Pneumol. 2020;46(1):e20190307

**Resposta aos Recursos**

Ama persistentemente moderada significa que apesar do tratamento apropriado com broncodilatadores, o paciente continua com sintomas.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 22**

Inscrição: **200463** Data do Envio: **29/06/22 8:54**

QUESTÃO NÚMERO 22 DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE MÉDICO GENERALISTA.

**R E C U R S O :**

Na questão traz em seu gabarito a resposta correta a letra B onde se diz:

B) Nas explorações tardias do trauma abdominal, é possível adotar condutas de controle de danos, como a exclusão pilórica e drenagem ampla da cavidade peritoneal, associada à jejunostomia para alimentação e AGUARDAR A FORMAÇÃO DE UMA FÍSTULA!

A questão está errada no seu final onde diz que o profissional médico "deverá aguardar a formação de uma fístula", visto que se trata de atenção realizada por médico generalista o mesmo deveria solicitar a avaliação de um especialista e NÃO DEVERÁ FICAR AGUARDANDO A FORMAÇÃO DE UMA FÍSTULA, o termo foi mal colocado na alternativa tornando-a **i n c o e r e n t e !**

Vale lembra que o conteúdo se trata de médico generalista e não especialista! E na atenção primária o profissional tem que encaminhar o paciente ao especialista após solicitações de exames se possível e o que não foi abordado na questão! "Define-se como fístula digestiva à comunicação anormal entre duas superfícies epiteliais, em geral, entre o tubo digestivo e a pele. Associam-se com importante taxa de mortalidade, que varia de 10% a 60%. As principais causas de morte são a desnutrição, o desequilíbrio hidroeletrolítico e a sepse."

**Resposta aos Recursos**

as alternativas A, C D estão erradas, portanto a resposta correta é a letra B.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 23**

Inscrição: **211166** Data do Envio: **27/06/22 20:51**

Prezada Coordenadoria Geral de Concursos e Processos Seletivos, solicito revisão da questão 23, visto que: Segundo o PNI (Programa Nacional de Imunização, a vacina contra o Rotavírus Humano deve ser administrada aos 2 e aos 4 meses de idade, sendo que a primeira dose pode ser administrada até 3 meses e 15 dias e a segunda dose até os 7 meses e 29 dias. Desta forma, uma criança menor de 1 ano, porém maior de 8 meses não pode receber tal vacina, e a



**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Médico (generalista) - II - I**

**Número da questão: 23**

questão fala que a vacina é indicada em menores de 1 ano. Desde já agradeço a revisão.

Inscrição: **200463** Data do Envio: **29/06/22 8:54**

QUESTÃO NÚMERO 23 DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE MÉDICO GENERALISTA.

**R E C U R S O :**

Na questão traz como alternativa correta a letra A:

A) A vacina rotavírus humano é indicada para a prevenção de gastroenterites causadas por rotavírus dos sorotipos G1 em CRIANÇAS MENORES DE 1 ANO de idade e deve ser administrada pela via oral.

Esquema de doses:

•VRH1 – Para crianças a partir de 6 semanas de idade: em duas doses, com intervalo mínimo de quatro semanas. Esquema padrão: 2 e 4 meses de idade.

•VRH5 – Para crianças a partir de 6 semanas de idade: três doses, com intervalo mínimo de quatro semanas. Esquema padrão: 2, 4 e 6 meses de idade.

•Sobre ambas as vacinas – A idade mínima para iniciar a vacinação é 3 meses e 15 dias. Se houver atraso além dessa idade, a imunização não poderá ser iniciada. Da mesma forma, a idade máxima para a última dose é 7 meses e 29 dias.

**C o n t r a i n d i c a ç ã o :**

Crianças fora da faixa etária citada acima; com deficiências imunológicas por doença ou uso de medicamentos que causam imunossupressão; com alergia grave (urticária disseminada, dificuldade respiratória e choque anafilático) provocada por algum dos componentes da vacina ou por dose anterior da mesma; e com doença do aparelho gastrointestinal ou história prévia de invaginação intestinal.

Fonte: Manual de Vacinas.

<https://familia.sbm.org.br/vacinas/vacinas-disponiveis/vacina-rotavirus>

Quando a questão diz menor de um ano entende-se que a vacina pode ser administrada em crianças até 11 MESES E 29 DIAS DE VIDA, O QUE NÃO ESTÁ CORRETO POIS A IDADE MÁXIMA SÃO 7 MESES E 29 DIAS devido ao risco elevado de ocasionar intussuscepção. O que deixa a questão incorreta por não trazer a idade exata, ou aproximada que seria menor de oito meses de vida!

Inscrição: **203515** Data do Envio: **29/06/22 11:50**

A questão 23 apresenta como gabarito a letra A, a qual a mesma afirma que " a vacina rotavirus humana é indicada para a prevenção de gastroenterites causadas por rotavirus dos sorotipos G1 em crianças menores de 1 ano de idade e deve ser administrada pela via oral". o erro da mesma apresenta-se ao afirmar que a vacina é indicada para crianças menores de 1 ano de idade, uma vez que de acordo com o Programa nacional de imunização (PNI), a mesma deve ser administrada em crianças até 7 meses e 29 dias.

por não apresentar nenhuma alternativa correta, sugiro a anulação da questão.

fonte: [http://pni.datasus.gov.br/calendario\\_vacina\\_Infantil.asp](http://pni.datasus.gov.br/calendario_vacina_Infantil.asp)

**Resposta aos Recursos**

Alternativa correta é a letra A. As demais alternativas estão erradas. Falha de interpretação da alternativa pelo candidato.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 24**

Inscrição: **202849** Data do Envio: **27/06/22 18:16**

Tiragem subcostal é classificação para pneumonia grave, como visto abaixo.

<https://www.scielo.br/j/jbpneu/a/pvmLHsbYxKTCxrpKyrdpwWG/?lang=pt>

Inscrição: **212076** Data do Envio: **27/06/22 18:37**

Solicito mudança de gabarito D para letra B, pois toda a criança com pneumonia grave ou muito grave possui tiragem subcostal, não sendo a cianose central citada como critério de classificação da gravidade da pneumonia conforme literatura abaixo:

Segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria (2018) , pela Organização Mundial de Saúde, crianças de dois meses a cinco anos com PAC e tiragem subcostal são classificadas como tendo pneumonia grave e aquelas com outros sinais sistêmicos de gravidade como pneumonia muito grave. Em menores de dois meses, são considerados sinais de doença

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Médico (generalista) - II - I**

**Número da questão: 24**

muito grave: FR = 60 irpm, tiragem subcostal, febre alta ou hipotermia, recusa do seio materno por mais de três mamadas, sibilância, estridor em repouso, sensório alterado com letargia, sonolência anormal ou irritabilidade excessiva. Entre as maiores de dois meses de vida, os sinais são: tiragem subcostal, estridor em repouso, recusa de líquidos, convulsão, alteração do sensório e vômito incoercível

Fonte: Sociedade Brasileira de Pediatria. Pneumonia adquirida na Comunidade na Infância. Nº 3, Julho de 2018. Disponível em

[https://www.sbp.com.br/fileadmin/user\\_upload/Pneumologia\\_-\\_20981d-DC\\_-\\_Pneumonia\\_adquirida\\_na\\_comunidade-ok.pdf](https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/Pneumologia_-_20981d-DC_-_Pneumonia_adquirida_na_comunidade-ok.pdf)

**Inscrição: 207256**      **Data do Envio: 27/06/22 20:48**

De acordo com o documento científico da Sociedade Brasileira de Pediatria sobre Pneumonia adquirida na Comunidade na Infância de 2018, são critérios para classificação como pneumonia grave: tiragem subcostal, dificuldade para ingerir líquidos, sinais de dificuldade respiratória mais grave (movimentos involuntários da cabeça, gemência e batimentos de asa do nariz), cianose central.

Logo, letra B e D estão corretas.

Fonte: Sociedade Brasileira de Pediatria - Pneumonia adquirida na Comunidade na Infância, 2018

[https://www.sbp.com.br/fileadmin/user\\_upload/Pneumologia\\_-\\_20981d-DC\\_-\\_Pneumonia\\_adquirida\\_na\\_comunidade-ok.pdf](https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/Pneumologia_-_20981d-DC_-_Pneumonia_adquirida_na_comunidade-ok.pdf)

**Inscrição: 212194**      **Data do Envio: 27/06/22 22:39**

A questão apresenta 2 afirmativas corretas. Segundo este trecho retirado de publicação do Departamento Científico de Pneumologia da Sociedade Brasileira de Pediatria, 2018:

"A gravidade da pneumonia em lactentes e

crianças é predominantemente avaliada por critérios clínicos. Após o diagnóstico de PAC, a presença dos sintomas abaixo, em ordem crescente de

gravidade, SÃO CRITÉRIOS PARA CLASSIFICAÇÃO COMO PNEUMONIA GRAVE:

• TIRAGEM SUBCOSTAL

• Dificuldade para ingerir líquidos

• Sinais de dificuldade respiratória mais grave (movimentos involuntários da cabeça, gemência e batimentos de asa do nariz)

• CIANOSE CENTRAL

Embora exista uma ordem de gravidade, ambas encontram-se descritas como marcador de gravidade. Devido ao fato de existirem 2 afirmativas verdadeiras, solicito portanto a anulação da questão.

Fonte: [https://www.sbp.com.br/fileadmin/user\\_upload/Pneumologia\\_-\\_20981d-DC\\_-\\_Pneumonia\\_adquirida\\_na\\_comunidade-ok.pdf](https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/Pneumologia_-_20981d-DC_-_Pneumonia_adquirida_na_comunidade-ok.pdf). ACESSO EM 27/06/2022

**Inscrição: 202472**      **Data do Envio: 27/06/22 22:57**

Os critérios de gravidade da pneumonia infantil são taquipneia, tiragem intercostal e 3º critério cianose central, de acordo a Sociedade Brasileira de Pediatria - documento científico do departamento de pneumologia 2018 e Ministério da Saúde, portanto essa pergunta tem 3 respostas sendo a letra b, c e d corretas.

**Inscrição: 200463**      **Data do Envio: 29/06/22 8:54**

**QUESTÃO NÚMERO 24 DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE MÉDICO GENERALISTA.**

**R E C U R S O :**

A questão traz como alternativa correta a letra D:

d) Cianose central.

Segundo a OMS, crianças de dois meses a cinco anos com Pneumonia adquirida na comunidade apresentando cianose central; dificuldade respiratória grave; incapacidade de beber e tiragem subcostal são classificadas em pneumonia grave e a presença de taquipneia e estertores creptantes a ausculta pulmonar classificaria como pneumonia.

Fonte: Documento Científico Departamento de Pneumonia.

Contudo analisando as alternativas da questão observamos a possibilidade de duas respostas corretas LETRA B – tiragem subcostal e LETRA D – cianose central, inviabilizando o gabarito da questão.

**NESSE PONTO TAMBÉM NÃO CONSEGUI INSERIR A TABELA DA OMS DE 2005 ONDE TEM A CLASSIFICAÇÃO CLÍNICA DE PNEUMONIAS EM CRIANÇAS O QUE MOSTRA NITIDAMENTE QUE A QUESTÃO ESTÁ ERRADA! OBS. NÃO CONSEGUI INSERIR A TABELA POIS O SEU SITE DE RECURSO NÃO PERMITE!**

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Médico (generalista) - II - I**

**Número da questão: 24**

**Bibliografia Seleccionada:**

1. Wareham DW. Postherpetic neuralgia. Clin Evid. 2007 Aug 1;2007. pii: 0905.
2. Brunell PA. Varicella (Chickenpox, Shingles). In: Ausiello D, Goldmann L. Cecil Medicine 23rd ed. Philadelphia, PA: Saunders Elsevier; 2007. chap 398. p. 2502.
3. Max MB. Pain. In: Ausiello D, Goldmann L. Cecil Medicine 23rd ed. Philadelphia, PA: Saunders Elsevier; 2007. chap 28. p. 151.
4. Shy ME. Peripheral Neuropathies. In: Ausiello D, Goldmann L. Cecil Medicine 23rd ed. Philadelphia, PA: Saunders Elsevier; 2007 chap 446. p. 2802.
5. Criscuolo S, Auletta C, Lippi S, Brogi F, Brogi A. Oxcarbazepine monotherapy in postherpetic neuralgia unresponsive to carbamazepine and gabapentin. Acta Neurol Scand. 2005 Apr;111(4):229-32.
6. Wiffen Philip J, McQuay Henry J, Moore R Andrew. Carbamazepine for acute and chronic pain in adults. Cochrane Database of Systematic Reviews. In: The Cochrane Library, Issue 2, Art. No. CD005451. Disponível em: <http://cochrane.bvsalud.org/doc.php?db=reviews&id=CD005451>.

**Resposta aos Recursos**

de acordo.

Decisão da Banca: **Questão Invalidada**

**Número da questão: 25**

Inscrição: **211166** Data do Envio: **27/06/22 21:08**

Prezada Coordenadoria Geral de Concursos e Processos Seletivos, solicito revisão da questão 25, visto que, segundo o Ministério da Saúde, A depender do agente causador da pneumonia, a mesma pode ser um quadro agudo que pode evoluir para gravidade em horas, como também pode ser um quadro arrastado, onde os sintomas pioram gradativamente, como nos casos de pneumonia causados por bactérias atípicas como, Chlamydia pneumonia, Mycoplasma pneumonia, Legionella ssp., entre outros. <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2021/07/1281712/tcc-lorena-fiorot.pdf>), portanto, a questão 25 apresenta duas alternativas corretas.

Desde já agradeço a revisão.

**Resposta aos Recursos**

entretanto, a questao vrsa sobre as diferencas entre pneumonia e tuberculose.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 27**

Inscrição: **212011** Data do Envio: **27/06/22 17:38**

Candidato: Ricardo Paganin

Cargo: Médico (generalista) - II - I

A questão 27, tem como gabarito provisório a letra "C", porém de acordo com DECRETO Nº 5.839, DE 11 DE JULHO DE 2006, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o processo eleitoral do Conselho Nacional de Saúde - CNS e dá outras providências, em seu inciso II do art. 2º diz: " estabelecer diretrizes a serem observadas na elaboração dos planos de saúde, em função das características epidemiológicas e da organização dos serviços;".

Portanto, solicito a alteração do gabarito para letra "A", visto que as outras alternativas não são competências do CNS de acordo com tal decreto.

Inscrição: **209519** Data do Envio: **27/06/22 21:50**

A questão de número 27, que versa sobre a responsabilidade do Conselho Nacional de Saúde (CNS), conforme gabarito preliminar, a alternativa correta é a que corresponde a letra C. No entanto, a alternativa A é alternativa que deve ser considerada como correta, pois é de responsabilidade do Conselho Nacional de Saúde "estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração dos planos de saúde" conforme descrito a alternativa A. O decreto Nº 5.839, de 11 de julho de 2006, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o processo eleitoral do Conselho Nacional de Saúde - CNS e dá outras providências, em seu Art. 2º afirma que:

"Ao CNS compete: II - estabelecer diretrizes a serem observadas na elaboração dos planos de saúde, em função das

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Médico (generalista) - II - I**

**Número da questão: 27**

características epidemiológicas e da organização dos serviços;"

Dito isso, gostaria de solicitar a revisão do gabarito e a troca da alternativa correta para a letra A, visto que é a que melhor contempla a questão.

Referência: BRASIL. Decreto Nº 5.839, de 11 de julho de 2006. Dispõe sobre a organização, as atribuições e o processo eleitoral do Conselho Nacional de Saúde - CNS e dá outras providências. Brasília: 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5839.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5839.htm)>

**Inscrição: 212194**      **Data do Envio: 27/06/22 22:54**

Segundo a questão, é solicitada uma responsabilidade do Conselho Nacional de Saúde.

Como consta no DECRETO Nº 5.839, DE 11 DE JULHO DE 2006, uma das competências do CNS constantes no artigo 2º é "estabelecer diretrizes a serem observadas na elaboração dos planos de saúde, em função das características epidemiológicas e da organização dos serviços".

Portanto a alternativa correta é a "A", sendo necessária a alteração no gabarito definitivo.

Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5839.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5839.htm). ACESSO EM 27/06/2022

**Inscrição: 202472**      **Data do Envio: 27/06/22 23:17**

É de responsabilidade do CNS: ANALIZAR E APROVAR OS PLANOS DE SAÚDE ASSIM COMO FORMULAR ESTRATÉGIAS E CONTROLAR A EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS DE SAÚDE, INCLUSIVE NOS ASPECTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS.

De acordo ao Ministério da Saúde - Conselho Nacional de Saúde 2ª edição 2013.

Portanto a resposta A e C são corretas.

**Inscrição: 203515**      **Data do Envio: 29/06/22 11:54**

a questao 27 traz como gabarito a alternativa C, afirmando que é responsabilidade do CNS estabelecer regras de monitoramento e acesso as ações e aos serviços de saude. no entanto a questao inviabiliza-se quando a alternativa A tambem apresenta-se como correta, uma vez que o decreto nº 5839, de 11 de junho de 2006, no artigo II relata que é competencia do CNS estabelecer diretrizes a serem observadas na elaboração dos plano de saúde. por tal motivo solicito a anulação de tal questao.

fonte: <https://conselho.saude.gov.br/apresentacao/atribuicao.htm>

**Inscrição: 203359**      **Data do Envio: 29/06/22 15:34**

RESPOSTA DO GABARITO: Alternativa C

RESPOSTA CORRETA: Alternativa A.

F u n d a m e n t a ç ã o

Texto retirado do Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o processo eleitoral do Conselho Nacional de Saúde - CNS e dá outras providências:

"Art. 2º Ao CNS compete:

I - atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da Política Nacional de Saúde, na esfera do Governo Federal, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros;

II - estabelecer diretrizes a serem observadas na elaboração dos planos de saúde, em função das características epidemiológicas e da organização dos serviços;

III - elaborar cronograma de transferência de recursos financeiros aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, consignados ao Sistema Único de Saúde - SUS;

IV - aprovar os critérios e os valores para remuneração de serviços e os parâmetros de cobertura de assistência;

V - propor critérios para a definição de padrões e parâmetros assistenciais;

VI - acompanhar e controlar a atuação do setor privado da área da saúde, credenciado mediante contrato ou convênio;

VII - acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica na área de saúde, visando à observação de padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sócio-cultural do País; e

VIII - articular-se com o Ministério da Educação quanto à criação de novos cursos de ensino superior na área de saúde, no que concerne à caracterização das necessidades sociais."

Segundo o gabarito provisório a resposta certa é a letra C, porém de acordo com o Decreto 5.839/2006 a alternativa A contempla a melhor resposta.

R E F E R Ê N C I A :

BRASIL. Decreto nº 5839 , de 11 de julho de 2006. Dispõe sobre a organização, as atribuições e o processo eleitoral do Conselho Nacional de Saúde - CNS e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília - DF.

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Médico (generalista) - II - I**

**Número da questão: 27**

**Resposta aos Recursos**

de acordo com invalidar a questão.

Decisão da Banca: **Questão Invalidada**

**Número da questão: 30**

Inscrição: **212011** Data do Envio: **27/06/22 17:46**

Candidato: Ricardo Paganin

Cargo: Médico (generalista) - II - I

Na questão 30 o gabarito provisório aponta como resposta incorreta a letra "C", porém a letra "A" também é uma resposta **i n c o r r e t a**.

De acordo com o texto: A declaração de óbito : documento necessário e importante / Ministério da Saúde, Conselho Federal de Medicina, Centro Brasileiro de Classificação de Doenças. – 3. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2009. 38 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

1) Óbito ocorrido em ambulância com médico. Quem deve fornecer a DO? A responsabilidade do médico que atua em serviço de transporte, remoção, emergência, quando o mesmo dá o primeiro atendimento ao paciente, equipara-se à do médico em ambiente hospitalar e, portanto, se a pessoa vier a falecer, caberá ao médico da ambulância a emissão da DO, se a causa for natural e se existirem informações suficientes para tal. Se a causa for externa, chegando ao hospital, o corpo deverá ser encaminhado ao Instituto Médico Legal (IML).

Sendo assim, quando a alternativa "A", diz que "independente de haver médico", isso está incorreto, visto que se houver médico e causa for natural o médico da ambulância poderá preencher a DO.

Sendo assim por haver duas alternativas incorretas "C" e "A" solicito a anulação da questão.

Inscrição: **205799** Data do Envio: **27/06/22 18:40**

No manual do Ministério da saúde  
Série A. Normas e Manuais Técnicos  
na pagina 21 diz:

1)Óbito ocorrido em ambulância com médico.

Quem deve fornecer a DO?

A responsabilidade do médico que atua em serviço de transporte, remoção, emergência, quando o mesmo dá o primeiro atendimento ao paciente, equipara-se à do médico em ambiente hospitalar e, portanto, se a pessoa vier a falecer, caberá ao médico da ambulância a emissão da DO, se a causa for natural e se existirem informações suficientes para tal. Se a causa for externa, chegando ao hospital, o corpo deverá ser encaminhado ao Instituto Médico Legal (IML).

2)Óbito ocorrido em ambulância sem médico é considerado sem assistência médica?

Sim. O corpo deverá ser encaminhado ao Serviço de Verificação de Óbito (SVO) na ausência de sinais externos de violência ou ao IML em mortes violentas. A DO deverá ser emitida por qualquer médico em localidades onde não houver SVO, em caso de óbito por causa natural, sendo declarado na parte I "CAUSA DA MORTE DESCONHECIDA"

Na questão 30 na letra "A" diz que ("INDEPENDENTEMENTE" de haver médico,é classificado como morte sem assistência médica.

Está errado e ainda fala que: ( cabe ao Serviço de Verificação de Óbitos o preenchimento da declaração de óbito).

Errado também pois se constatar que a morte tem causa externa o corpo será encaminhado ao IML e o Médico Legista que



**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Médico (generalista) - II - I**

**Número da questão: 30**

será responsável pelo preenchimento da declaração de óbito.

Inscrição: **212076** Data do Envio: **27/06/22 19:01**

Solicito anulação da questão pois a letra A e letra C estão incorretas.

Conforme documento Declaração de Óbito do Ministério da Saúde (2007), página 21, , o óbito ocorrido em ambulância COM MÉDICO é responsabilidade do médico que atua em serviço de transporte, remoção, emergência, quando o mesmo dá o primeiro atendimento ao paciente, equipara-se à do médico em ambiente hospitalar e, portanto, se a pessoa vier a falecer, caberá ao médico da ambulância a emissão da DO, se a causa for natural e se existirem informações suficientes para tal. Se a causa for externa, chegando ao hospital, o corpo deverá ser encaminhado ao Instituto Médico Legal (IML). Já o óbito ocorrido em ambulância SEM MÉDICO é considerado sem assistência médica, e o corpo deverá ser encaminhado ao Serviço de Verificação de Óbito (SVO) na ausência de sinais externos de violência ou ao IML em mortes violentas. A DO deverá ser emitida por qualquer médico em localidades onde não houver SVO.

Fonte: Brasil. Ministério da Saúde. Declaração de óbito: documento necessário e importante / Ministério da Saúde, Conselho Federal de Medicina, Centro Brasileiro de Classificação de Doenças. – Brasília : Ministério da Saúde, 2ª edição, 2007.

Inscrição: **205351** Data do Envio: **27/06/22 20:56**

A INCORRETA: A presença da expressão “independente de haver médico” torna a alternativa errada. “A responsabilidade do médico que atua em serviço de transporte, remoção, emergência, quando dá o primeiro atendimento ao paciente, equipara-se à do médico em ambiente hospitalar e, portanto, se a pessoa vier a falecer, caberá ao médico da ambulância a emissão da DO, se a causa for natural e se existirem informações suficientes para tal.” (CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2018, página 74 - questão 8)

B INCORRETA. Conforme exposto na consulta Nº 107.599/2011 CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO: [...] No caso de óbito fetal, o médico que prestou assistência à mãe, fica obrigado a emitir a D.O. quando a duração da gestação for igual ou superior a 20 semanas, ou se o feto apresentar peso igual ou superior a 500 gramas, ou estatura igual ou superior a 25 centímetros. “Quando a gestação for inferior a 20 semanas, o feto tiver peso menor que 500 gramas e estatura menor que 25 centímetros, a legislação prevê a emissão facultativa da D.O. para os casos em que a família queira realizar o sepultamento do produto da concepção. Caso contrário o corpo poderá ser incinerado sem declaração de óbito, no hospital ou entregue à coleta hospitalar adequada”. É de se concluir que a utilização predominante da conjunção alternativa “ou” nessas determinações, permite a interpretação de que qualquer um dos parâmetros presentes, isto é, duração da gestação, peso fetal ou estatura fetal será o indicador do que deve ser feito, emitir ou não a D.O., independentemente dos outros dois dados.” [...] Ou seja, na alternativa em questão, o emprego do conectivo “ou” prejudica a veracidade da alternativa, pois para afirmar que a declaração não deve ser emitida, todas as três condições deveriam estar presentes: gestação inferior a 20 semanas e peso fetal inferior a 500g e estatura menor que 25cm. A presença de qualquer item igual ou superior ao limite exposto implicaria na obrigação da emissão da certidão de óbito.

C INCORRETA Na ocasião de óbito em localidade sem médico, a mesma não é preenchida por médico assistente, sendo assinada por duas testemunhas. “Este bloco deverá ser preenchido no caso de óbito ocorrido em localidade sem Médico. Neste caso, seu preenchimento ficará a cargo do Cartório de Registro Civil, segundo o prescrito na Lei do Registro Civil” (BRASIL, 2011, página 27)

Por todo o exposto, justifico a presença de 3 alternativas incorretas, portanto, passível de anulação. Respeitosamente,

**R E F E R Ê N C I A S**

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. Manual de Instruções para o preenchimento da Declaração de Óbito / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise de Situação de Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul. Manual de Atestado de Óbito. – 2. ed. – Porto Alegre: CREMERS, 2018.

CONSTANTINO, Clóvis Francisco. CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO. CONSULTA Nº 107.599/2011. Disponível em: < [https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/pareceres/SP/2011/107599\\_2011.pdf](https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/pareceres/SP/2011/107599_2011.pdf) >. Acesso em 27/06/22.

Inscrição: **209519** Data do Envio: **27/06/22 21:50**

A questão de número 30, que versa sobre a declaração de óbito, conforme gabarito preliminar, a alternativa correta é a que corresponde a letra C. No entanto, a alternativa A também está correta, visto que o enunciado solicita que a alternativa INCORRETA seja assinalada. De acordo com o texto Ministério da Saúde (2009, p. 20):

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Médico (generalista) - II - I**

**Número da questão: 30**

“Óbito ocorrido em ambulância com médico: a responsabilidade do médico que atua em serviço de transporte, remoção, emergência, quando o mesmo dá o primeiro atendimento ao paciente, equipara-se à do médico em ambiente hospitalar e, portanto, se a pessoa vier a falecer, caberá ao médico da ambulância a emissão da Declaração de óbito (DO), se a causa for natural e se existirem informações suficientes para tal. Se a causa for externa, chegando ao hospital, o corpo deverá ser encaminhado ao Instituto Médico Legal (IML).”

“Óbito ocorrido em ambulância sem médico é considerado sem assistência médica. O corpo deverá ser encaminhado ao Serviço de Verificação de Óbito (SVO) na ausência de sinais externos de violência ou ao IML em mortes violentas. A DO deverá ser emitida por qualquer médico em localidades onde não houver SVO, em caso de óbito por causa natural, sendo declarado na parte I “CAUSA DA MORTE DESCONHECIDA.”

Dito isso, a alternativa A também está correta, pois afirma que “o óbito ocorrido em ambulância, INDEPENDENTEMENTE DE HAVER MÉDICO, é classificado como morte sem assistência médica e, portanto, cabe ao Serviço de Verificação de óbitos o preenchimento da declaração de óbito.” Conforme discutido acima, o óbito em ambulância SEM MÉDICO é aquele considerado sem assistência e no óbito em ambulância COM MÉDICO cabe a ao médico a emissão da DO. Portanto, é incorreto afirmar que INDEPENDENTEMENTE DE HAVER MÉDICO, é considerado óbito sem assistência e cabe ao SVO o preenchimento da DO. Desse modo, solicito que a alternativa A também seja incluída como correta no gabarito oficial. Referência: BRASIL. Ministério da Saúde. A declaração de óbito: documento necessário e importante. 3. ed. Brasília: 2009. Disponível em: <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao\\_obito\\_3ed.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_obito_3ed.pdf)>

Inscrição: **212194** Data do Envio: **27/06/22 23:03**

A questão solicita a alternativa incorreta.

A responsabilidade do médico que atua em serviço de transporte, remoção, emergência, quando o mesmo dá o primeiro atendimento ao paciente, equipara-se à do médico em ambiente hospitalar e, portanto, se a pessoa vier a falecer, caberá ao médico da ambulância a emissão da DO, se a causa for natural e se existirem informações suficientes para tal. Se a causa for externa, chegando ao hospital, o corpo deverá ser encaminhado ao Instituto Médico Legal (IML).

Segundo o mesmo documento, é considerada morte sem assistência quando não há um médico presente na ambulância.

Solicito portanto a alteração do gabarito para a alternativa "A".

FONTE: Brasil. Ministério da Saúde.

Declaração de óbito : documento necessário e importante / Ministério da Saúde, Conselho Federal de Medicina, Centro Brasileiro de Classificação de Doenças. – Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 40 p. : il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

Inscrição: **202222** Data do Envio: **28/06/22 8:48**

Essa questão pede qual alternativa é a incorreta. Entretanto, a letra “A”, assim como a letra “C”, está incorreta também. Segundo material publicado pelo CRM-PR, orienta que: “Óbito ocorrido em ambulância com médico durante a sua assistência (suporte avançado de vida) deve ter a D.O. emitida pelo médico da ambulância. No caso de óbito em ambulância sem médico, o corpo deve ser encaminhado para o serviço público de urgência mais próximo”. Material disponível em: disponível no link <https://www.crmpr.org.br/Atestado-de-obito-x-declaracao-de-obito-2-13-57187.shtml#:~:text=%C3%93bito%20ocorrido%20em%20ambul%C3%A2ncia%20com,p%C3%BAblico%20de%20urg%C3%A2ncia%20mais%20pr%C3%B3ximo>,

Corroborando com essa fundamentação teórica, a Secretaria do Estado de Segurança pública de Alagoas, afirma que:

1) Óbito ocorrido em ambulância com médico. Quem deve fornecer a D.O.?

A responsabilidade do médico que atua em serviço de transporte, remoção, emergência, quando o mesmo dá o primeiro atendimento ao paciente, equiparasse à do médico em ambiente hospitalar e, portanto, se a pessoa vier a falecer, caberá ao médico da ambulância a emissão da DO, se a causa for natural e se existirem informações suficientes para tal. Se a causa for externa, chegando ao hospital, o corpo deverá ser encaminhado ao Instituto Médico Legal (IML).

2) Óbito ocorrido em ambulância sem médico é considerado sem assistência médica?

Sim. O corpo deverá ser encaminhado ao Serviço de Verificação de Óbito (SVO) na ausência de sinais externos de violência ou ao IML em mortes violentas. A DO deverá ser emitida por qualquer médico em localidades onde não houver SVO, em caso de óbito por causa natural, sendo declarado na parte I “CAUSA DA MORTE DESCONHECIDA”.

Disponível em: <http://cidadao.saude.al.gov.br/informacoes/o-servico-de-verificacao-de-obito/>

Devido a essas informações, solicito que revejam o gabarito dessa questão.

Grata pela atenção.

Inscrição: **203515** Data do Envio: **29/06/22 12:01**

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Médico (generalista) - II - I**

**Número da questão: 30**

a questão 30 solicita que se marque a alternativa incorreta, afirmando que obito ocorrido dentro de ambulância independente da presença médica é classificado como morte sem assistência médica, e portanto cabe ao SVO o preenchimento da declaração de obito. no entanto, o ministério da saúde, afirma no manual " A declaração de obito - documento necessário e importante" afirma que "A responsabilidade do médico que atua em serviço de transporte, remoção, emergência, quando o mesmo dá o primeiro atendimento ao paciente, equipara-se à do médico em ambiente hospitalar e, portanto, se a pessoa vier a falecer, caberá ao médico da ambulância a emissão da DO, se a causa for natural e se existirem informações suficientes para tal. Se a causa for externa, chegando ao hospital, o corpo deverá ser encaminhado ao Instituto Médico Legal (IML)."

visto tal discordância, e que a alternativa C também encontra-se incorreta pois na ausência do médico assistente, o médico substituto ou plantonista, pode assinar a declaração de obito, para óbitos de pacientes internados sob regime hospitalar, sugiro a anulação da questão.

Inscrição: **203359** Data do Envio: **29/06/22 15:36**

RESPOSTA DO GABARITO: Alternativa C

RESPOSTA CORRETA: Alternativas A e C.

F u n d a m e n t a ç ã o :

De acordo com o documento do Ministério da Saúde que trata sobre o preenchimento da declaração de óbito: "Óbito ocorrido em ambulância com médico. Quem deve fornecer a DO? A responsabilidade do médico que atua em serviço de transporte, remoção, emergência, quando o mesmo dá o primeiro atendimento ao paciente, equipara-se à do médico em ambiente hospitalar e, portanto, se a pessoa vier a falecer, caberá ao médico da ambulância a emissão da DO, se a causa for natural e se existirem informações suficientes para tal. Se a causa for externa, chegando ao hospital, o corpo deverá ser encaminhado ao Instituto Médico Legal (IML)."

Portanto na presença de médico durante o atendimento em ambulância a responsabilidade da emissão da declaração de óbito é do médico que a assistiu. Tornando a alternativa A incorreta.

Considerando o mesmo documento, cita a RESOLUÇÃO nº 1.779, de 11 de novembro de 2005 do Conselho Federal de Medicina, que regulamenta a responsabilidade médica no fornecimento da Declaração de Óbito.

"II. Morte com assistência médica:

a) A Declaração de Óbito deverá ser fornecida, sempre que possível, pelo médico que vinha prestando assistência ao paciente.

b) A Declaração de Óbito do paciente internado sob regime hospitalar deverá ser fornecida pelo médico assistente e, na sua falta por médico substituto pertencente à instituição."

De acordo com o texto a declaração de óbito deverá ser emitida, sempre que possível, pelo médico assistente, mas não exclusivamente por esse. Portanto a alternativa C também está incorreta.

R E F E R Ê N C I A :

Brasil. Ministério da Saúde. Declaração de óbito : documento necessário e importante / Ministério da Saúde, Conselho Federal de Medicina, Centro Brasileiro de Classificação de Doenças. – Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 40 p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao\\_de\\_obito\\_final.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_de_obito_final.pdf)

**Resposta aos Recursos**

de acordo com invalidar a questão.

Decisão da Banca: **Questão Invalidada**

**Número da questão: 33**

Inscrição: **207256** Data do Envio: **27/06/22 20:48**

De acordo com o Tratado de Pediatria, 4ª edição, a desidratação é classificada como leve, moderada e grave de acordo com os parâmetros expostos na tabela a seguir (retirada do livro):

Tabela 1 - Parâmetros clínicos para avaliação do grau de desidratação (Tratado de Pediatria, 4ª edição, 2017, capítulo 8, página 176)

Dessa forma, a alternativa A e B estão corretas, visto que a desidratação moderada se configura com sinais de irritabilidade, taquipneia, fontanela deprimida e redução da diurese, bem como a desidratação grave se configura com oligúria, mucosas ressecadas, perda de peso maior ou igual 10% e hiperpneia.

Alternativa C - errada: desidratação moderada

Alternativa D – errada: desidratação leve

Fonte: Tratado de Pediatria, 4ª edição, 2017

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Médico (generalista) - II - I**

**Número da questão: 33**

**Resposta aos Recursos**

Na desidratação moderada, a pressão sanguínea não esta normal. Alternativa correta é a B.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 34**

Inscrição: **212011** Data do Envio: **27/06/22 17:53**

Candidato: Ricardo Paganin

Cargo: Médico (generalista) - II - I

Em relação a questão 34, o gabarito provisório aponta como alternativa correta apenas a letra "A", porém as letras "C" e "D" também são corretas.

De acordo com o documento Erro médico e responsabilidade civil / Fernando Gomes Correia-Lima. – Brasília: Conselho Federal de Medicina, Conselho Regional de Medicina do Estado do Piauí, 2012. 92 p.

"A negligência, forma mais frequente de erro médico no serviço público, decorre do tratamento com descaso, do pouco interesse para com os deveres e compromissos éticos para com o paciente e a instituição."

"A imprudência aparece quando o médico, por ação ou omissão, assume procedimento de risco para o paciente, sem respaldo científico ou esclarecimento à parte interessada."

"A imperícia decorre da falta de observação das normas técnicas, despreparo prático ou insuficiência de conhecimentos."

Além disso as três são consideradas como crime culposo (sem a intenção de cometer o delito).

Isso leva a conclusão de que há três alternativas corretas (A, C e D) e uma alternativa incorreta (B). Por esse na elaboração da questão solicito a anulação da mesma.

Inscrição: **200329** Data do Envio: **27/06/22 18:29**

Solicito anulação da questão número 34, sobre o tema Responsabilidade Médica: conforme código civil artigo 951 " ...no caso de indenização devida por aquele que, no exercício de atividade profissional, por negligência, imprudência ou imperícia, causar a morte do paciente, agravar-lhe o mal, causar-lhe lesão, ou inabilitá-lo."

Conforme ao Código de Ética Médica artigo 1 "causar dano ao paciente, por ação ou omissão, caracterizável como imperícia, imprudência ou negligência. Paragrafo único. A responsabilidade médica e sempre pessoal e não pode ser presumida." A questão abrange as alternativas que estão corretas: A, C e D. O examinador pede para assinalar a alternativa correta, de maneira singular, quer dizer somente uma. Quando na realidade são as 3 opções corretas ( A, C e D) com fundamento no Código Civil e o Código de Ética Médica. Sendo a questão formulada com defeito.

Inscrição: **202849** Data do Envio: **27/06/22 18:40**

A imperícia médica enquadra-se como crime culposo e pode ser caracterizada como despreparo técnico.

Fonte: <https://portal.cfm.org.br/images/stories/biblioteca/errormedicoresponsabilidadecivil.pdf>

Inscrição: **207256** Data do Envio: **27/06/22 20:48**

De acordo com o Ministério Público do Paraná, a negligência ocorre quando alguém deixa de tomar uma atitude ou de apresentar uma conduta que era esperada para a situação. Age com descuido, indiferença ou desatenção, não adotando as devidas precauções. A imperícia, por sua vez, se caracteriza por inaptidão, ignorância, falta de qualificação técnica, teórica ou prática ou ausência de conhecimentos elementares e básicos para a ação realizada. Por fim, a imprudência pressupõe uma ação precipitada e sem cautela.

No entanto, todas elas são caracterizadas como crime culposo, de acordo com o artigo 18, parágrafo II do Código Penal Brasileiro.

Dessa forma, nenhuma das alternativas está correta, visto que as alternativas A, C e D tem a definição correta e são caracterizadas como crimes culposos. A alternativa B, por consequência, estará errada, visto que quando ocorre erro médico este não é sempre doloso, já que imprudência, negligência e imperícia são erros médicos e se configuram como crimes culposos.

F o n t e s :

1.Código Penal, 2017

[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529748/codigo\\_penal\\_1ed.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529748/codigo_penal_1ed.pdf)

2.Ministério Público do Paraná, 2021

<https://comunicacao.mppr.mp.br/2021/05/21553/Negligencia-Imprudencia-e-Impericia.html>



**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Médico (generalista) - II - I**

**Número da questão: 34**

**Inscrição: 211166**      **Data do Envio: 27/06/22 21:30**

Prezada Coordenadoria Geral de Concursos e Processos Seletivos, solicito a revisão da questão 34, visto que, segundo o MANUAL DE ÉTICA DO CREMESPE

[https://www.cremesp.org.br/?siteAcao=Publicacoes&acao=detalhes\\_capitulos&cod\\_capitulo=52](https://www.cremesp.org.br/?siteAcao=Publicacoes&acao=detalhes_capitulos&cod_capitulo=52)      **CONSIDERAÇÕES SOBRE A RESPONSABILIDADE MÉDICA: IMPERÍCIA, IMPRUDÊNCIA, NEGLIGÊNCIA**

A imprudência resulta da imprevisão do agente em relação às conseqüências de seu ato ou ação. Há culpa comissiva. Age com imprudência o profissional que tem atitudes não justificadas, açodadas, precipitadas, sem ter cautela. A imperícia, por sua vez, ocorre quando o médico revela, em sua atitude, falta ou deficiência de conhecimentos técnicos da profissão.

A negligência evidencia-se pela falta de cuidado ou de precaução com que se executam certos atos. Caracteriza-se pela inação, indolência, inércia, passividade.

Sendo que os mesmos são considerados crimes culposos, existe mais de uma resposta correta na questão. Desde já agradeço a revisão.

**Inscrição: 209519**      **Data do Envio: 27/06/22 21:50**

A questão 34 versa sobre o tema "Responsabilidade médica" e o enunciado solicita que a alternativa CORRETA seja assinalada. Conforme gabarito preliminar, a alternativa correta é que corresponde a letra A. No entanto, a alternativa C e D também estão corretas, no que diz respeito ao tipo de crime e a caracterização/conceito dos termos imprudência, imperícia e negligência. De acordo com o código penal, decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940, Art. 18: "Diz-se o crime: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Crime doloso (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

I - doloso, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Crime culposo (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

II - culposo, quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)"

Portanto, tanto a imprudência, quanto a negligência e a imperícia enquadram-se como crime culposo, conforme afirma as alternativas A, C e D.

Além disso, quanto a caracterização dos termos, o Ministério Público do Paraná define imprudência como "uma ação precipitada e sem cautela" negligência como "deixar de tomar uma atitude ou de apresentar uma conduta que era esperada para a situação. Agir com descuido, indiferença ou desatenção, não adotando as devidas precauções" e por fim imperícia é definida como "inaptidão, ignorância, falta de qualificação técnica, teórica ou prática ou ausência de conhecimentos elementares e básicos para a ação realizada."

Dito isso, fica evidente que a alternativa C e D também estão corretas, tanto no que diz respeito ao tipo de crime em que se enquadram a imprudência, a negligência e a imperícia, quanto ao conceito/caracterização destes termos. Portanto, solicito que o gabarito seja revisto e que alternativas C e D sejam aceitas como certas ou então que questão seja anulada por conter mais de uma alternativa correta.

Referência: BRASIL. Ministério Público do Paraná. Negligência, Imprudência e Imperícia. Curitiba: 2021. Disponível em: <<https://comunicacao.mppr.mp.br/2021/05/21553/Negligencia-Imprudencia-e-Impericia.html#>>

**Inscrição: 212194**      **Data do Envio: 27/06/22 23:14**

A questão solicita que seja assinalada a alternativa CORRETA. O fato é que nesta questão existem 3 alternativas corretas (A,C e D) e apenas uma INCORRETA (B).

O ato criminoso também caracteriza-se pela intenção do agente. São dolosos os delitos em que existe a vontade de praticar a conduta considerada crime. Essa conduta pode ser comissiva, quando o sujeito pratica efetivamente o ato, ou omissiva, quando deixa de fazer

o que tinha por obrigação. São culposos os crimes em que o agente não quis praticar crime algum, entretanto, acaba por cometê-lo, agindo com imprudência, negligência e imperícia.

Portanto, quando ocorre erro médico, não se pode afirmar que este é SEMPRE doloso.

Devido ao fato de a questão não possuir alternativa adequada, solicito a anulação da questão.

FONTE: A responsabilidade penal do médico – Prates ND et al. J Vasc Br 2003, Vol. 2, Nº3. DISPONÍVEL EM:

<https://www.jvascbras.org/article/5e20c19d0e88254201939fde/pdf/jvb-2-3-241.pdf>  
ACESSO EM: 27/06/2022

**Inscrição: 202222**      **Data do Envio: 28/06/22 8:29**

Solicito que anulem a questão ou considerem a letra "D" também como correta e não apenas a letra "A", tendo em vista que a letra "D" também está correta.

Segue o embasamento teórico:



**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Médico (generalista) - II - I**

**Número da questão: 34**

Artigo científico de 1985, disponível pelo link <https://bjan-sba.org/article/5f503f558e6f1a03048b469c/pdf/rba-35-6-491.pdf>  
Imperícia: Caracteriza-se pela incompetência, pela- inexperiência e pela inabilidade. Presumindo que um especialista deva ter os conhecimentos básicos da carreira que exerce, esse médico pode ser competente e experiente.

Segue outra referência de 2010, disponível pelo link

<https://www.scielo.br/j/rbof/a/ZWfjNvggRzzsk76bBq99ZWM/?format=pdf&lang=pt>  
A imperícia ocorre quando o médico revela em sua atitude falta ou deficiência de conhecimentos técnicos da profissão. É a falta de observação das normas e despreparo prático necessário para exercer determinada atividade. Devem-se avaliar os progressos científicos que sejam de domínio público, e o profissional deve ter conhecimento para a utilização da técnica indicada para cada tipo de procedimento ou doença. O imperito não sabe, no seu modo de agir, o que um médico deveria saber.

Segue na íntegra o que afirma Rogério Greco. Curso de Direito Penal – parte geral. p.195-210, disponível em:[http://www.cespe.unb.br/concursos/TJDFT\\_15\\_SERVIDOR/arquivos/PadraoRespostaDefinitivo\\_TJDFTSER\\_011A08\\_E0699\\_Cargo%2011.pdf](http://www.cespe.unb.br/concursos/TJDFT_15_SERVIDOR/arquivos/PadraoRespostaDefinitivo_TJDFTSER_011A08_E0699_Cargo%2011.pdf)

As formas de violação do dever de diligência são: a imprudência, que se caracteriza pela precipitação ou afoiteza e pode ser exemplificada pelas situações em que motoristas desrespeitam a sinalização de trânsito; a negligência, que se refere à ausência de precaução e pode ser exemplificada pelas situações em que genitores deixam armas ao alcance de filhos menores; e a imperícia, que se refere à falta de aptidão técnica para o exercício de arte ou profissão e pode ser exemplificada pelas situações em que cirurgiões plásticos cometem erros técnicos durante a execução de procedimentos cirúrgicos.

Por fim, vale lembrar que tanto negligência, como a imperícia e a imprudência são crimes culposos.

Devido a essas referências, solicito que revejam o gabarito dessa questão.

Grata pela atenção.

Inscrição: **203515** Data do Envio: **29/06/22 12:11**

tal questao solicita que seja marcado a alternativa correta referente aos temas imprudencia, negligencia e impericia. no entanto a mesma apresenta 3 alternativas corretas ( A, B e D). tal fatos podem ser constatados ao se avaliar o codigo penal que classifica no artigo 18, inciso II, os crimes de negligencia, imprudencia e impericia como culposos. sendo por definição:

imprudencia: o atuar sem precaução, precipitado, imponderado - concordante com a alternativa A.  
negligencia: Negligência é caracterizada pela ausência de precaução ou indiferença em relação ao ato realizado - concordante com a letra C.

impericia: a falta de aptidão, habilidade técnica para o exercício de arte ou profissão a ser praticada

desta forma, solicito a anulação da questao.

fonte: PACELLI, Eugênio. Manual de Direito Penal. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2019. p. 285;

<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10637858/inciso-ii-do-artigo-18-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>

Inscrição: **203359** Data do Envio: **29/06/22 15:39**

RESPOSTA DO GABARITO: Alternativa A

RESPOSTA CORRETA: Alternativas A, C e D.

F u n d a m e n t a ç ã o :

De acordo com o Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940), em seu artigo 18, inciso II. "Art. 18 - Diz-se o crime: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

II - culposo, quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)"

Portanto a imprudência, imperícia e negligência são considerados crimes culposos.

De acordo com o site do Conselho Regional de Medicina de São Paulo:

" A imprudência resulta da imprevisão do agente em relação às conseqüências de seu ato ou ação. Há culpa comissiva. Age com imprudência o profissional que tem atitudes não justificadas, açodadas, precipitadas, sem ter cautela. É resultado da irreflexão, pois o médico imprudente, tendo perfeito conhecimento do risco e também ignorando a ciência médica, toma a decisão de agir, assim mesmo. Exemplo de imprudência seria o caso da alta prematura, ou a realização de uma operação cesariana sem a equipe cirúrgica mínima necessária.

A imperícia, por sua vez, ocorre quando o médico revela, em sua atitude, falta ou deficiência de conhecimentos técnicos da profissão. É a falta de observação das normas, deficiência de conhecimentos técnicos da profissão, o despreparo prático."

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Médico (generalista) - II - I**

**Número da questão: 34**

Ainda de acordo com o site do Conselho Regional de Medicina de São Paulo:

"A negligência evidencia-se pela falta de cuidado ou de precaução com que se executam certos atos. Caracteriza-se pela inação, indolência, inércia, passividade. É um ato omissivo.

Exemplo da negligência seria o desleixo ou a falta dos controles obstétricos obrigatórios durante uma assistência ao parto." Ademais NETTO & ALVES (2010) em editorial da Revista Brasileira de Oftalmologia tratam sobre os termos imperícia, imprudência e negligência:

"A imperícia ocorre quando o médico revela em sua atitude falta ou deficiência de conhecimentos técnicos da profissão. É a falta de observação das normas e despreparo prático necessário para exercer determinada atividade. Devem-se avaliar os progressos científicos que sejam de domínio público, e o profissional deve ter conhecimento para a utilização da técnica indicada para cada tipo de procedimento ou doença. O imperito não sabe, no seu modo de agir, o que um médico deveria s a b e r .

A imprudência é a imprevisão do agente em relação às consequências do seu ato ou ação. O profissional médico tem atitudes, não precipitadas, sem ter cautela, sendo resultado da não racionalização. Neste caso, o médico tem perfeito conhecimento do risco, e ignorando a ciência médica, toma a decisão de agir mesmo assim. O imprudente usa terapêuticas sem necessidade e muitas vezes técnicas terapêuticas que podem ser nocivas para o paciente. A negligência acontece pela falta de cuidado ou de precaução com que se executam certos atos. É caracterizada pela inércia, indolência, falta de ação e passividade. É um ato omissivo, oposto da diligência que seria agir com cautela, cuidado e atenção, evitando quaisquer distorções e falhas."

Portanto tanto o tipo de crime como a descrição dos termos imprudência, imperícia e negligência estão adequados, tornando as alternativa A, C e D corretas.

**R E F E R Ê N C I A S :**

BRASIL. Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940. Diário Oficial da República Brasileira. Rio de Janeiro - RJ. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm)

MANUAL DE ÉTICA EM GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA. Considerações sobre a responsabilidade médica. Imperícia, Imprudência e Negligência. Disponível em

[https://www.cremesp.org.br/?siteAcao=Publicacoes&acao=detalhes\\_capitulos&cod\\_capitulo=52](https://www.cremesp.org.br/?siteAcao=Publicacoes&acao=detalhes_capitulos&cod_capitulo=52)  
NETTO, A. L.; ALVES, M. R. Responsabilidade Médica. Rev Bras Oftalmol. 2010; 69 (2): 75-6

**Resposta aos Recursos**

A falta d observância aos deveres que as circunstancias exigem é IMPERICIA nao ngligência. A imperícia trata da falta de técnica necessária para realização de certa atividade; o sujeito não sabe o que está fazendo, mas mesmo assim faz, sendo assim o crime é doloso.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 38**

Inscrição: **212011** Data do Envio: **27/06/22 18:11**

Candidato: Ricardo Paganin

Cargo: Médico (generalista) - II - I

Em relação à questão 38, o enunciado pergunta qual das alternativas representa um profissional da saúde imune após vacinação contra o vírus da hepatite B e o gabarito provisório aponta a letra "B" como correta, mas pode-se considerar a letra "D" como correta, visto que de acordo com o documento "Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. ABCDE do diagnóstico para as hepatites virais / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. – Brasília : Ministério da Saúde, 2009.", os pacientes que possuem Anti-HBc total reagente e Anti-HBc IgM não reagente tem imunidade com IgG por infecção prévia, assim como podem apresentar os título de HBsAg não reagente e Anti-HBs reagente. O enunciado não tem a palavra a afirmação "exclusivamente por vacinação", como a alternativa "D" também pode representar o perfil de imunidade de um paciente após a vacinação pode ser considerada correta.

Considerando haver duas alternativas plausíveis para a questão (B e D), solicito a anulação da questão.

Inscrição: **200329** Data do Envio: **27/06/22 18:51**

Solicito anulação da questão número 38, a mesma abrange um tema (Hepatite B) que não corresponde aos temas cobrados compreendidos no edital do concurso, portanto deve ser ANULADA

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Médico (generalista) - II - I**

**Número da questão: 38**

**Resposta aos Recursos**

Tema importante e corriqueiro na pratica do medico generalista.  
Profissional de saude imune pos vaccinacao apresenta apenas anti-Hbs reagente.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 39**

Inscrição: **202472** Data do Envio: **27/06/22 23:29**

De acordo ao guia de bolso 8ª edição do ministério da saúde - doenças infecciosas e parasitárias. Para evitar a neuropatia pós herpética, deve ser iniciado o antivirico - aciclovir até 72 hs após o aparecimento do rash cutâneo, portanto a letra B esta correta e não a letra C como aparece no gabarito.

**Resposta aos Recursos**

Sim, a alternativa correta é a B.

Decisão da Banca: **Questão Invalidada**

**Número da questão: 40**

Inscrição: **200329** Data do Envio: **27/06/22 18:52**

Solicito anulação da questão número 40, a mesma abrange um tema (Erisipela) que não corresponde aos temas cobrados compreendidos no edital do concurso, portanto deve ser ANULADA

Inscrição: **202472** Data do Envio: **27/06/22 23:51**

Nessa questão sobre a Erisipela, todas as alternativas são corretas, porém a letra B apresenta como fatores predisponentes insuficiência venosa e a linfangite crônica (linfedema), e este é considerado uma complicação. Fatores predisponentes são insuficiência venosa, diabetes, obesidade e lesões cutâneas. De acordo a biblioteca virtual em saúde do Ministério da saúde. A resposta correta é a letra B e não a letra C como consta no gabarito.

**Resposta aos Recursos**

Trata-se de um tema bastante corriqueiro na pratica clinica, solicitado marcar a alternativa INCORRETA, que é a alternativa C, já que o diagnóstico não é exclusivamente clínico e as margens são bem delimitadas ao contrario do que diz a questão.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Matéria: Médico Dermatologista**

**Número da questão: 35**

Inscrição: **204711** Data do Envio: **29/06/22 16:15**

À Comissão organizadora, solicito a revisão da questão 35 (prova específica de dermatologia), pela ausência de resposta correta na questão. A alternativa considerada como única correta na presente questão é a letra D. Entretanto, a mesma afirma que no Antraz os sintomas sistêmicos GERALMENTE estão sistêmicos. Contudo, de acordo com uma das principais bibliografias da especialidade no país, o Tratado de Dermatologia 3ª edição, de 2018 (Belda Júnior W, Di Chiacchio N, Criado PR.), na página 1438, final do primeiro parágrafo da página (capítulo de infecções bacterianas da pele), está escrito com as seguintes palavras: "Sintomas constitucionais, com febre e mal-estar, PODEM estar associados ao quadro." A palavra "pode" é semanticamente diferente da palavra "geralmente". Como há discrepância entre a literatura médica de referência da especialidade de Dermatologia supracitada e a afirmação feita na alternativa "D", solicito a anulação desta questão por não apresentar resposta correta.

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Médico Dermatologista**

**Número da questão: 35**

**Resposta aos Recursos**

Caro candidato,

A afirmativa correta (D) foi retirada de um artigo de revisão sobre infecções cutâneas bacterianas graves publicado recentemente na revista científica da Sociedade Brasileira de Dermatologia (Marques SA, Abbade LPF. Severe bacterial skin infections. An Bras Dermatol. 2020;95:407---17.).

Porém, tendo em vista a possibilidade de divergências na literatura e a sua interpretação, considero o recurso aceito e anulo a questão.

Decisão da Banca: **Questão Invalidada**

**Matéria: Médico Oftalmologista**

**Número da questão: 31**

Inscrição: **203006** Data do Envio: **28/06/22 14:16**

Segundo o artigo científico intitulado "Retinopatia Hipertensiva", publicado na Revista Brasileira de Hipertensão, em sua página 322, item - reflexo arteriolar, cujo link para acesso e conferência deixo ao final, diz "ipsis litteris":

"O reflexo dorsal da arteríola encontra-se alterado na arteriosclerose, SENDO ESSA A MANIFESTAÇÃO MAIS PRECOCE".

O livro Oftalmologia Clínica, Kanski's, no capítulo de doenças vasculares da retina, item retinopatia hipertensiva, subitem - arteriosclerose -, diz "ipsis litteris":

"Grau 1: alargamento sutil do reflexo luminoso arteriolar", etc.

"Grau 2: alargamento evidente do reflexo luminoso arteriolar", etc.

Desta forma, o estreitamento arteriolar (dada como resposta da questão) é das manifestações mais precoces, porém o reflexo dorsal altera-se antes do estreitamento, conforme a literatura científica citada.

Deixo link:

<http://departamentos.cardiol.br/dha/revista/8-3/retinopatia.pdf>

Um ótimo restante de semana!

**Resposta aos Recursos**

O estreitamento arteriolar é o sinal mais precoce, correspondendo ao princípio de alterações arteriolares na retinopatia hipertensiva tanto aguda (vasoespasm) quanto crônica (espessamento da parede vascular por componente arteriosclerótico). Manter resposta do gabarito

Decisão da Banca: **Manter Questão**